



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM CIÊNCIAS HUMANAS-DOUTORADO**

EDISA ASSUNÇÃO CORRÊA

**AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NAS FLORESTAS DE ANAPU-PA
(1970-2019)**

Florianópolis

2022

EDISA ASSUNÇÃO CORRÊA

**AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NAS FLORESTAS DE ANAPU-PA
(1970-2019)**

Tese submetida ao Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de doutora, sob Orientação do Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma e Co-orientação do Prof. Dr Sergio Luis Boeira.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Correa , Edisa Assunção

As estratégias de sobrevivência nas florestas de Anapu
Pa (1970-2019) / Edisa Assunção Correa ; orientador,
Marcos Fábio Freire Montysuma, coorientador, Sergio Luis
Boeira , 2022.

181 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Amazonia . 3. Sustentabilidade
. 4. História Oral . 5. Floresta . I. Montysuma, Marcos
Fábio Freire. II. Boeira , Sergio Luis . III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

EDISA ASSUNÇÃO CORRÊA

Título: AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NAS FLORESTAS DE ANAPU-PA
(1970-2019)

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado por
banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma.

UFSC – Orientador/Presidente

Profa. Dra. Marcia Grisotti.

PPGICH/UFSC, Membro interno

Prof. Dr. Artur César Isaia.

HST/UFSC, Membro interno

Profa. Dra. Maria Ludetana Araújo.

UFPA, Membro externo

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão
que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Ciências Humanas

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma

Orientador

Florianópolis, 2022.

DEDICATÓRIA

Ao meu querido e amado pai, Joaquim da Cruz Correa (*in memoriam*), que sempre vibrou com minhas conquistas – se estivesse aqui, sua felicidade seria imensa.

À minha querida e amada mãe, Graciete Maria Assunção Corrêa, meu grande pilar.

À minha família, que acreditou em meus sonhos e me dá forças para que eu possa buscar meus objetivos.

Em especial à minha irmã, Elane, e aos meus irmãos, Erickson, Everton, Emerson e Elton, pela confiança em mim depositada.

Às minhas amigas, Karina Carvalho e Rose Mary, que sempre me apoiaram durante esse percurso.

E acima de tudo, a Deus, minha fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, meu grande amigo, protetor, meu abrigo de todas as horas, que me leva nos caminhos certos e seguros todos os dias da minha vida. Obrigada, Deus!

À minha mãe, Graciete Maria, que sempre lutou por mim para que eu pudesse conquistar meus sonhos e que, na calada da noite, reza por mim e me ama infinitamente. Obrigada, minha amada mãe!

Aos meus irmãos, companheiros de todas as horas, que vibram com cada conquista minha. Obrigada, maninhos, amos cada um de vocês!

À minha amiga, Maria Ludetana Araújo, que com sua simplicidade e muito conhecimento tem sido uma inspiração na minha profissional e pessoal. Obrigada, minha amada miga Lu!

À minha amiga, Karina Carvalho, que por muitas vezes me acalmou nas minhas crises existenciais no mestrado. Valeu, amiga!

Ao meu orientador, Marcos Montysuma, que com todo seu conhecimento me conduziu nesse processo, compartilhando sua sabedoria comigo, bem como ajudou a superar meus medos e angústias. Obrigada por acreditar neste projeto!

À minha amiga, Tânia Façanha, pela gloriosa companhia e amizade durante todo o percurso do doutorado.

À turma de doutorado de 2017, pelos momentos de discussões teóricas e por todos os momentos maravilhosos que vivemos juntos.

À banca examinadora, pelo tempo e pelos conhecimentos compartilhados comigo, e a todos os que colaboraram com a minha pesquisa e torceram para o sucesso nesta nova investida.

Não quero ter a terrível limitação de quem vive apenas do que é possível de fazer sentido.
Eu não: quero é uma verdade inventada.
(Clarice Lispector)

RESUMO

A presente tese resulta de um estudo realizado nas comunidades rurais do município de Anapu, no Pará. Analisamos as estratégias de sobrevivência das pessoas que migraram para a Amazônia no período de 1970 a 2019 e utilizam os recursos naturais e os cultivos da terra. Recorremos ao referencial teórico e metodológico da história oral como base para a pesquisa de campo e tomamos a memória como uma referência que possibilita trazer para o debate elementos úteis à interpretação das vivências colhidas através de relatos dos sujeitos. Assim, visamos compreender os modos como explicam e significam aqueles acontecimentos que experimentaram para atuar numa região que desconheciam antes. Problematicamos, também, o conceito de desenvolvimento sustentável e as dificuldades que se apresentam para aliá-los à preservação dos recursos naturais. Por isso nos esforçamos em análises referentes às entrevistas, discutindo as estratégias de sobrevivência das pessoas em seus desafios diante dos cenários de mudanças sociais e ambientais sobre as terras de Anapu, como o cultivo do cacau, a criação de gado, bem como a educação como uma das ferramentas de transformação e sobrevivência. Por fim, enfatizamos que o grande desafio para as próximas décadas é superar o modelo vigente de desenvolvimento que não corresponde às necessidades reais da localidade e possibilitar que as pessoas que residem nos assentamentos possam sobreviver da terra com qualidade e aliado à sustentabilidade.

Palavras-chave: Amazônia; História Oral; Floresta.

ABSTRACT

This thesis is the result of a study carried out in rural communities in the municipality of Anapu, in Pará. We analyze the survival strategies of people who migrated to the Amazon from 1970 to 2019, using natural resources and land crops. We resort to the theoretical and methodological framework of oral history as a basis for field research, we take memory as a reference that makes it possible to bring to the debate useful elements for the interpretation of experiences, collected through the subjects' reports. Thus, we aim to understand the ways in which they explain and signify those events they experienced in order to act in a region they were unaware of before. We also question the concept of sustainable development and the difficulties that arise to combine them with the preservation of natural resources. That's why we made an effort to analyze the interviews, discussing the survival strategies of people in their challenges in the face of the scenarios of social and environmental changes on the lands of Anapu, such as cocoa cultivation, cattle raising, as well as education as one of the tools of transformation and survival. Finally, we emphasize that the great challenge for the coming decades is to overcome the current model of development that does not correspond to the real needs of the locality and to enable people who live in the settlements to survive off the land with quality, allied to sustainability.

Keywords: Amazon; Oral History; Forest.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Região de integração do Xingu.....	14
Figura 2 - Localização do Rio Anapu no estado do Pará.....	15
Figura 3 - Estado de origem das famílias.....	60
Figura 4 - Registro do lote/alqueiro de seu Hélio - visto de cima.....	82
Figura 5 - Pés de açaí cultivados na propriedade de dona Joanira Carvalho.....	87
Figura 6 - O açaizal por dentro.....	87
Figura 7 - Roça de cacau de uma das famílias.....	89
Figura 8 - Processo de secagem do cacau.....	89
Figura 9 - Processo de secagem do cacau.....	90
Figura 10 - Cacau após o período de secagem.....	90
Figura 11 - Crescimento da produção de cacau no Pará.....	92
Figura 12 - Produção de leite no lote de seu Hélio Sena, Grotão das Onças - Anapu	98
Figura 13 - Momento de transferência do gado pela comitiva nas estradas de barro em Anapu.....	100
Figura 14 - Família de seu Edmilson Dantas, pioneiro no assentamento.....	104
Figura 15 - Dona Elizabeth Dantas.....	106
Figura 16 - Família da Mariane da Silva.....	108
Figura 17 - Placa de financiamento de um projeto na localidade Grotão das Onças.....	111
Figura 18 - Resultado dos produtos beneficiados na despoldadeira.....	112
Figura 19 - Dona Joanira Carvalho mostrando seus lotes e suas plantações.....	114
Figura 20 - Trajeto percorrido até o roçado de abacaxi, no lote da dona Joanira Carvalho.....	115
Figura 21 - Eliene Silva, mulher que transforma.....	117
Figura 22 - Edclea Sena, a batalhadora, agricultora.....	120
Figura 23 - Maria da Paz, grande educadora.....	123

Figura 24 - Seu Salviano Santos, apresentando sua produção.....	142
Figura 25 - Cartaz da 20ª Romaria da Floresta.....	153
Figura 26 - Trajeto percorrido para chegar às escolas nos dias atuais.....	155
Figura 27 - Escola rural no assentamento Grotão das Onças.....	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DNIT	- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMATER	- Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GEAM	- Grupo de Estudos em Educação Ambiental
GPEEA	- Grupo de Estudos em Educação Ambiental
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	- Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais
NUMA	- Núcleo de Meio Ambiente
PARFOR	- Programa de Formação de professores
PDS	- Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PIN	- Programa de Integração Nacional
SUDAM	- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UFPA	- Universidade Federal do Pará
PA	- Projetos de Assentamento

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1.1	LOCUS DE PESQUISA.....	13
1.2	DA JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA.....	23
2	OS CAMINHOS TRAÇADOS NA PESQUISA: A OPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA PELA HISTÓRIA ORAL.....	34
2.1	A HISTÓRIA ORAL COMO OPÇÃO DE MÉTODO.....	34
2.2	HISTÓRIA ORAL - ENTREVISTA E ANÁLISE.....	41
3	O DEBATE EM TORNO DO CONCEITO DO DESENVOLVIMENTO.....	48
3.1	A PLURALIDADE DE CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO.....	48
3.2	SUSTENTABILIDADE AMAZÔNICA: DISCUTINDO CONCEITOS.....	51
3.2.1	Ecodesenvolvimento e Sustentabilidade.....	51
4	OS CAMINHOS TRILHADOS: RELATANDO EXPERIÊNCIAS.....	59
4.1	A CHEGADA NA TERRA: O CONTEXTO HISTÓRICO DAS FAMÍLIAS....	59
4.2	AS MAZELAS DA FLORESTA - DOENÇAS.....	70
4.3	OUTRAS HISTÓRIAS.....	73
4.4	O MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	76
4.4.1	O INCRA e seus impactos na vida das pessoas.....	76
4.4.2	Dos acessos aos técnicos e políticas de investimentos.....	82
4.5	A IMPORTÂNCIA DA ROÇA E A DIVERSIFICAÇÃO DOS CULTIVOS PARA A SUBSISTÊNCIA DAS FAMÍLIAS.....	85
4.5.1	Cacau, feijão, arroz e gado: a forma de sobrevivência.....	85
4.5.2	O cacau.....	88
4.5.3	A criação de gado.....	95
4.5.4	Outras produções.....	101
4.6	QUAL O PAPEL DA MULHER NA CONTINUIDADE DO ROÇADO DAS FAMÍLIAS?.....	102

4.6.1	Mulheres do campo e suas estratégias de sobrevivência.....	116
4.7	DA CULTURA DA FLORESTA AOS DESAFIOS PARA AS NOVAS DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS.....	124
4.7.1	O sustento da família.....	124
4.7.2	Meio ambiente e desmatamento.....	130
4.7.3	Sustentabilidade e desenvolvimento.....	140
4.8	DOS CONFLITOS DA TERRA.....	144
4.9	AS NOVAS ESTRATÉGIAS PARA A MUDANÇA NA ROÇA.....	153
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
	REFERÊNCIAS.....	168
	APÊNDICE A – QUADRO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS, ANO DE CHEGADA.....	178

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

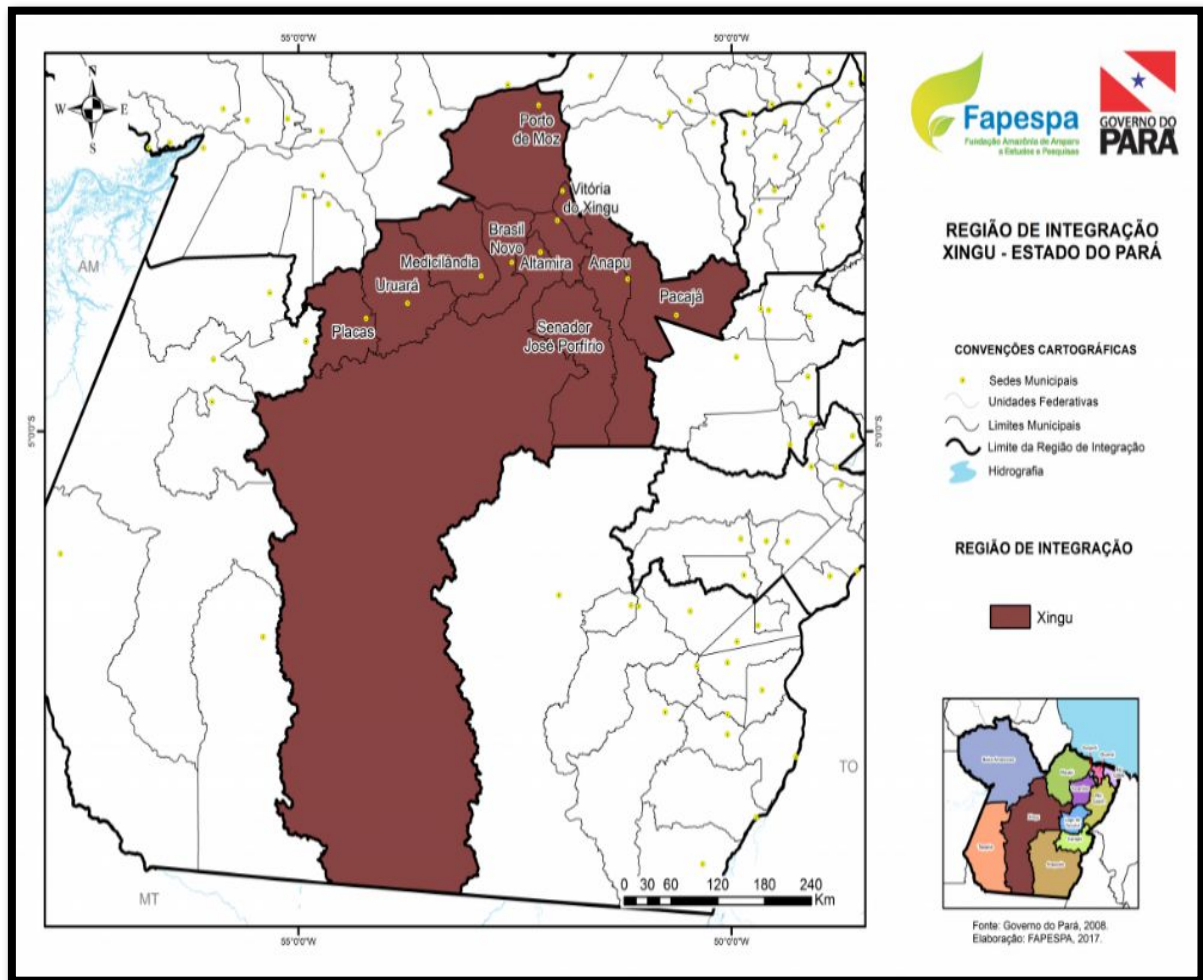
Nesta tese, analisamos as estratégias de sobrevivência das pessoas ou populações que migraram das regiões do Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste para a Amazônia no período de 1970 a 2019, situando-se no município de Anapu, a fim de sobreviverem dos recursos naturais e do cultivo da terra. Ao longo de 2019, nos dedicamos a investigar a relação dessas pessoas com a terra, bem como o uso dos recursos naturais que a floresta oferece para a sobrevivência humana dentro dos lotes adquiridos por meio do INCRA ou mesmo mediante a compra dentro dos projetos de assentamento criados pelo governo. Dentre os assentados, destacam-se as pessoas que residem na localidade Grotão Onças, bem como aquelas que se instalaram-se ao longo das margens da BR-230.

1.1 LOCUS DE PESQUISA

A localidade escolhida como campo para o desenvolvimento do projeto de pesquisa que resultou nesta tese é o município de Anapu, situado no Estado do Pará, mais especificamente na Região de Integração do Xingu¹ (Figura 1), que conta com dez (10) municípios (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu) compondo a zona oeste do estado e apresentam realidades socioeconômicas diversas.

¹ De acordo com a FAPESPA (2018), o estado do Pará - em função de sua grande extensão territorial -, para fins econômicos, é subdividido em 12 regiões. Segundo o **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração Xingu**, dados demonstraram que a região concentra um PIB de **R\$ 2,7 bilhões**, respondendo por 3% do total do estado; **57.149** empregos formais, **5%** do total do Pará; **Maior** produtor de cacau (**81%**) e de banana (**36%**) do estado; **3ª** região com a maior produção de bovinos (**13%**); Potencial produtor de leite (**7%**). **No entanto, tem como grandes desafios a superação das taxas de pobreza, mortalidade infantil e analfabetismo, pois, dentre as doze, ocupa, respectivamente, 5ª maior taxa de pobreza do Pará, com 44%; 4ª maior taxa de Mortalidade Infantil do Pará, com 17%; 4º maior taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais do Pará, com 17%.** (COSTA, 2018; PIRES, 2016).

Figura 1 - Região de integração do Xingu



Fonte: FAPESPA (2019).

O processo de ocupação do município de Anapu (Figura 02) começou no início da década de 1970 e merece destaque por fazer parte do 2º polo de colonização da Transamazônica (região compreendida pelo trecho Marabá-Altamira). Nesse segundo polo, diferentemente do primeiro, o processo de ocupação, desde o início, se deu de um modo peculiar, em que o papel do governo se restringia apenas à demarcação dos lotes de 100 ha às margens da Rodovia Transamazônica e de glebas de 3.000 ha ao fundo das vicinias, destinadas a fazendeiros mais capitalizados, mediante Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP), que deveriam torná-las produtivas (GUZZO; SANTANA, 2009).

Contudo, na realidade, a população ficava abandonada à própria sorte. Ainda que possamos presumir que esse modo de ocupar a terra constava nos programas de desenvolvimento para a região, interpretado como uma colonização dirigida, esse

tipo de colonização consistia em somente largar levas de pessoas abandonadas em um clarão de floresta cortado pela rodovia.

O nome do município faz referência ao rio que corta a cidade. Na etimologia da língua tupi, descende do tupi '**anã**', que significa forte, grosso, e '**pu**', ruído, ruído forte. Possivelmente, é referência ao barulho produzido pelo volume d'água do caudaloso rio Anapu (Figura 2), principal referência de rio daquela localidade (PREFEITURA DE ANAPU, 2019).

Figura 2 - Localização do Rio Anapu no estado do Pará



Fonte: GOOGLE (2020).

De acordo com Porro (2007), as origens do município relacionam-se diretamente com o processo de abertura da rodovia Transamazônica e com o Programa de Integração Nacional – PIN, que foi idealizado em 1970 e efetivado nos anos 1971 pelo governo federal como umas das principais metas políticas de integração e desenvolvimento da região a serem alcançadas. O grande objetivo do PIN versava sobre promover um grande programa de colonização e de reforma agrária dirigida exclusivamente para a Amazônia, mediante a alocação de trabalhadores sem-terra de diversas partes do país, principalmente dos estados do

Nordeste. Cavalcante (2012) destaca que o Pará foi o estado da Região Norte a receber o maior contingente populacional nesse período, dos quais 54,46% eram nordestinos. Conforme Assunção (2018):

A construção da Rodovia Transamazônica e a implementação dos projetos de colonização pelo governo militar foram decisivos para a ocupação da região na qual Anapu está localizado. A chamada “integração nacional” da Amazônia ao restante do País objetivava sua ocupação por projetos de colonização e empreendimentos agropecuários. Lotes de 100 hectares às margens da rodovia eram destinados à pequena agricultura (ASSUNÇÃO, 2014, p. 82).

Nesse sentido, a rodovia se configurou desde a sua concepção como um elemento essencial, à medida que atuou como principal eixo ordenador de todo o Programa, sendo o trecho Marabá-Altamira, no Pará, objeto de planejamento e investimento especial. Isso possibilitou que diversas comunidades fossem surgindo ao longo da rodovia, e posteriormente fossem elevados à categoria de municípios, dentre eles Anapu. A localidade foi elevada a tal categoria com a denominação de Anapu, pela Lei Estadual nº 5.929, de 28 de dezembro de 1995, desmembrado dos municípios de Pacajá e Senador José Porfírio, em 01 de janeiro de 1997, tornando-se oficialmente um município brasileiro (ANAPU, 2019).

Dados do IBGE (2010) estimavam que a população de Anapu possuía cerca de 27.161 habitantes, com 52% deles residentes em áreas rurais (IBGE, 2010, IBGE, 2018). A tendência é que esse aumento continue ao longo dos próximos anos, pois, com o processo de asfaltamento da rodovia, tornando-a transitável, a economia local poderá se beneficiar com o aumento de produção e a instalação de novos empreendimentos na região (ASSUNÇÃO; PORRO, 2018).

A base de sustentação da economia local pauta-se na produção agrícola – com destaque na produção de banana e cacau, que tem se expandido nos últimos anos –, na criação de bovino e na extração de madeira. O rendimento mensal da população, até 2016, consistia em torno de 02 salários-mínimos, sendo que somente 6,1% possuía ocupação – quando levado em conta a totalidade (IBGE, 2017).

No geral, metade da população (51,4%) sobrevive com até meio salário-mínimo por pessoa (IBGE, 2017). Isso demonstra que o município possui uma população marcadamente pobre, de baixo poder aquisitivo, sendo necessário, à maioria, buscar outras fontes para complementar a renda, manter a sobrevivência e o sustento familiar. É dessa necessidade que muitas delas iniciam o cultivo de

alimentos, criação de animais, entre outros, que servem para complementar a renda ou para a subsistência.

De acordo com Loureiro (2009) e Sousa (2017), a formação territorial desse município resulta da política de distribuição de terras pertencentes à União, em locais onde as concessões contratuais não foram em grande parte cumpridas, por essa razão, a distribuição das terras e os incentivos à produção não alcançavam a todos, concentrando-se, o controle da terra, nas mãos de poucos grupos econômicos. Corroborando com o pensamento Herrera *et al.* (2020), em seus estudos sobre conflitos em Anapu, destacam-se as lutas estabelecidas pelos atores da ocupação espontânea que resistiram no território, o que acabou obrigando o Estado a se reorganizar estrategicamente, criando projetos de assentamentos (PA) e Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), como tentativa de amenizar os conflitos existentes no território.

No entanto, no mesmo instante que se criam essas políticas fundiárias, são fornecidos, na região, linhas de créditos agropecuário para grandes proprietários de terras, subsidiados por um órgão oficial do governo, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), mostrando uma incoerência no ordenamento desse território, já que a agropecuária praticada na Amazônia é do tipo extensiva e precisa de grandes quantidades de terras para a reprodução do rebanho. Assim, a tendência do grande pecuarista é expandir suas áreas, avançando sobre os pequenos produtores e os suprimindo (FOLHES *et al.*, 2016). Tem-se, então, um território marcado pela tensão e por ações contraditórias que acirram ainda mais a luta pela terra e pelos recursos naturais, nos levando a acreditar que, num futuro próximo, não haverá uma solução pacífica.

O município conta com projetos de assentamentos rurais e Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDS), uma iniciativa que une a produção agrícola com a preservação florestal e o manejo comunitário. Nos anos 1998 e 1999, o INCRA realizou o recadastramento das terras em Anapu, resultando na arrecadação de parte destas e destinando-as para a reforma agrária das áreas que atualmente correspondem aos Projetos de Assentamento (PA) Grotão da Onça e Pilão Poente II, e aos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) de Anapu, com destaque para o PDS Virola-Jatobá e PDS Esperança (PORRO, 2018; ASSUNÇÃO, 2016), as quais contam com iniciativas promissoras em termos de manejo florestal sustentável. Por se configurar uma área que não pode ser desmatada, há uma

intensa cobiça dos latifundiários, grileiros e posseiros em relação à madeira, ao território e ao minério que está embaixo do solo, ou seja, eles têm interesse em três fontes de exploração. Isso geralmente culmina em conflitos, que, na sua grande maioria, envolvem a intenção do grande latifundiário em ampliar as cercas de suas terras e explorar os recursos nelas disponíveis.

Autores como Porro (2005), Souza (2008) e Le Tourneau e Burstyn (2010), ao estudarem acerca da história e o processo de formação e constituição do espaço amazônico, apontam que ele passou diferentes processos de redistribuição da terra, no entanto, não houve, efetivamente, uma reforma. O que ocorreu, na verdade, foi a construção de projetos intencionalmente direcionados para atender a diferentes seguimentos políticos em momentos distintos. De acordo com Le Tourneau e Burstyn (2010), é possível listar diferentes tipos de projeto com a temática distribuição de terra que foram estabelecidos nessa localidade ao longo da história, dentre os quais são destacados:

Assentamentos clássicos (Projetos de Assentamento Dirigido, Projetos de Assentamento Rápido) e atualmente os Projetos de Assentamento Extrativista ou Agroextrativista, e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável, sendo estes assentamentos florestais. Até metade da década de 1980 o que predominava na Amazônia eram os Projetos de colonização, já que o discurso de Reforma Agrária estava ligado à ocupação e colonização das áreas amazônicas, que interpretamos ocorrer dentro da ideologia da ocupação geopolítica, contra os inimigos internos do regime, com o fim de prevenir a formação de novas guerrilhas do Araguaia, na Amazônia. Após essa fase, foram criados assentamentos que se visavam apoiar a produção através da redistribuição de terra. (TORNEAU; BURSTYN, 2010, p. 118).

Os autores também destacam que o PA (Projeto de assentamento) é uma modalidade de regularização fundiária em vigor no Brasil desde 1970 e hoje faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária. No município de Anapu, o primeiro PA foi criado em 1997 (PA Grotão da Onça). O PA constitui uma modalidade de regularização individual a ser aplicada em terras arrecadadas, desapropriadas ou compradas pelo Governo Federal. No início, a administração das terras ficava sob a jurisdição do INCRA, em cuja área se localizam os sítios desta pesquisa, onde ocorreram os primeiros PAs, que foram criados entre as décadas de 1980 e 1990 (1º PA: Surubim – Medicilândia 1988). O lote entregue ao beneficiário individual ou à unidade familiar tem, no máximo, 100 hectares, onde o beneficiário deve residir e exercer atividades rurais para receber o Título de Propriedade Individual. O chamado assentado é emancipado quando se concretiza satisfatoriamente o Plano

de Desenvolvimento do Assentamento a ser promovido pelo órgão competente, neste caso, o INCRA (SOUSA, 2017).

Diversas pesquisas já foram realizadas nos PA, sendo o PDS Virola-Jatobá o mais famoso do município e também aquele cujos conflitos pela disputa da terra entre os assentados e fazendeiros são mais iminentes, pois é uma localidade rica em espécimes vegetais com elevado valor de mercado, assim como há abundância de em recursos naturais. Destaca-se por possuir grande extensão territorial, fato esse que leva esse PDS a uma tensão constante. Chaves (2016), Castro (2016), Menezes (2015) e Porro (2017) são alguns dos pesquisadores que já desenvolveram estudos no referido PDS. Contudo, nesta tese, a opção é pelas famílias que residem nos Assentamentos Grotão das Onças (PAGO) e Pilão Poente II (PAPPII), que foram beneficiadas com aquilo que chamam por reforma agrária realizada pelo INCRA.

Em prévio levantamento bibliográfico, constatou-se que não há indícios de que outras pesquisas já tenham sido realizadas nas referidas localidades. No entanto, há outras realizadas nos assentamentos mais famosos da região, dentre as quais destacam-se Santos (2011), que investigou sobre o processo de mobilidade espacial das famílias e transferência de lotes no interior de dois assentamentos de reforma agrária na Transamazônica, tendo como *locus* o PDS Virola-Jatobá, localizado no município de Anapu, Estado do Pará. Nessa mesma perspectiva, Porro (2018) e Sousa (2018) realizaram um estudo no qual avaliaram como os residentes de um assentamento ambientalmente diferenciado em Anapu percebem e utilizam as florestas e áreas de preservação permanentes para a sobrevivência.

Corroborando com as discussões, esta pesquisa buscou desenvolver uma análise das estratégias desenvolvidas pelas pessoas assentadas em lotes no município de Anapu, ao longo da BR-230, para o uso dos recursos naturais e da terra, a fim de garantir a subsistência familiar e obter retornos financeiros sob a ótica da sustentabilidade. Para que pudéssemos obter os resultados necessários, foram escolhidas famílias que residem em Projetos de Assentamento criados pelo INCRA, denominados Projeto de Assentamento Grotão das Onças e Projeto de Assentamento do Pilar Poente II, ambos no município de Anapu, bem como famílias que residem ao longo da BR-230.

A princípio, os critérios para a seleção dos participantes tinham como base alguns requisitos, tais como, idade (mais idosos), maior tempo de residência na

localidade e serem originários de cidades do estado do Pará. Contudo, ao longo do percurso, esses critérios foram redefinidos e passamos a buscar por pessoas que migraram para a região no auge da abertura da Transamazônica, bem como as que chegaram após esse momento, o que possibilitou ir para além das localidades Grotão da Onças e Pillar Poente. Desse modo, foram incluídas pessoas que residem ao longo da BR-230, nos travessões dos Km 045 e Km 065, onde somente um ou dois membros participaram da entrevista.

No total, fizeram parte desta pesquisa 18 (dezoito) pessoas, que foram visitadas e aceitaram colaborar com este projeto. Destas, à época da pesquisa, 08 (oito) pertenciam ao assentamento Grotão das Onças, 05 residiam ao longo da BR-230 entre os Km 045 e Km 065 e as demais pertenciam à localidade de Pillar Poente. Contudo, ao longo do estudo, essa divisão não se fez necessária, pois é somente um nome atribuído, ou seja, não há, nas propriedades ou comunidades, qualquer projeto que indique que sejam assentamentos, ou mesmo qualquer assistência advinda de órgãos governamentais.

Dos meus motivos para realizar esta pesquisa, constam os caminhos relacionados à trajetória acadêmica percorrida até aqui. A minha jornada tem como ponto de partida a graduação, etapa em que se abrem as portas do universo acadêmico, quando me deparei com um mundo completamente diferente daquele em que eu vivia, permitindo-me, assim, vislumbrar um leque de opções que contempla o anseio dos jovens sonhadores que, embora despreparados e deslumbrados com este novo mundo, abraçam diversas temáticas para que possam definir, mais adiante, como pesquisadores, a área na qual a afinidade e a paixão se entrelaçam e fazer deste o seu lugar de fala, a fim de contribuir e diversificar as pesquisas e os conhecimentos no campo escolhido, querendo contribuir com a sociedade.

Esse momento compõe a vida de todo indivíduo ao adentrar o ambiente acadêmico, não sendo diferente para esta que vos escreve, à medida que, antes de encontrar meu lugar nesse imenso universo de pesquisa, foi necessário experimentar diversos campos até ser seduzida pela área ambiental. Isso ocorreu no terceiro semestre do curso de Pedagogia, ao me tornar bolsista no antigo Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental (GPEEA), cujo foco era trabalhar as questões ambientais nas escolas do entorno da Universidade Federal do Pará – UFPA.

A participação como integrante do grupo estendeu-se até a finalização do curso de graduação e os dados levantados pelo projeto serviram de base para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual foi abordado de que maneira o curso de Pedagogia trabalhava as questões ambientais na formação dos futuros professores.

Seguindo o processo e continuando dentro da temática ambiental, cursei a especialização intitulada “Educação Ambiental” ofertada pelo NUMA-UFPA², cujo trabalho final consistiu em uma pesquisa realizada com as igrejas católicas e protestantes acerca da percepção sobre a questão ambiental. Na oportunidade, foram realizadas conversas com padres, pastores e fiéis, para tentar compreender de que forma a igreja poderia cooperar para a discussão das questões relacionadas ao meio ambiente e, assim, colaborar com o fortalecimento da área.

Hoje, percebo, naquele momento a minha trajetória ultrapassou os muros da escola, ampliando-se para outros lugares que outrora me pareciam impossíveis. Nesse deslocar, compreendo que, enquanto pesquisadora, não seria dentro dos ambientes formais que meu coração encontraria lugar de pouso, pois é no desconhecido, onde poucos desejam ir, que a minha atenção era seduzida, fazendo-me sentir desafiada, despertando-me a curiosidade, base para qualquer pesquisador.

O encontro singular com a localidade, que mais tarde viria a ser o *locus* desta tese, se deu em dois momentos. O primeiro, no ano de 2009, por meio do Programa de Educação Ambiental da BR 230-PEA, sob a responsabilidade do DNIT (Departamento Nacional de Trânsito), que, cumprindo as exigências do IBAMA, órgão regulador, através da Fundação BioRio e do GEAM/UFPA, elaborou o Programa de Educação Ambiental da BR/230 (PEA). O programa tinha como principal objetivo alinhar a discussão sobre desenvolvimento econômico e preservação ambiental na Transamazônica, bem como mobilizar e sensibilizar a população da referida localidade. O PEA da BR/230 encontrava-se estruturado de maneira a considerar a diversidade de seu público-alvo, formado pelos trabalhadores do empreendimento, pela comunidade do entorno da Rodovia

² O Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) é uma unidade de integração da Universidade Federal do Pará (UFPA), com autonomia acadêmica e administrativa, com foco na capacitação e qualificação superior em nível de pós-graduação na área de conhecimento transdisciplinar em meio ambiente. Surgiu no contexto das discussões sobre as questões ambientais e de desenvolvimento sustentável no início dos anos 1990, buscando integrar diferentes áreas do conhecimento e desenvolver a ciência crítico-propositiva por via de projetos de pesquisa-ação.

(escolas e comunidades locais) e pelos usuários da Transamazônica de uma forma geral. Nesse sentido, a estrutura do programa se dividiu em linhas de ação de acordo com o público-alvo. Dentre elas, destacavam-se a Educação Ambiental Formal, a Educação Ambiental Comunitária e a Educação Ambiental na Rodovia, com as quais pude colaborar como professora (CORREA, 2014; LOUREIRO, 2012).

No referido Programa, através do GEAM-UFPA, a parceria estabelecida como professora-pesquisadora na linha de atendimento às comunidades e às famílias ao longo da Rodovia, no período de 2009 a 2012, me permitiu adentrar localidades da zona rural (mais conhecidas como travessões) ao longo dos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, municípios que têm em comum, além da Floresta Amazônica, a BR-230 (Transamazônica) que os cortam e que, mais tarde, se tornariam minha casa, meu lugar de pesquisa. Esse lugar, mesmo representando um desafio enorme, devido às dificuldades de locomoção e acesso, também fascina pela oportunidade de desbravar histórias de vida.

Esse cenário carregado de singularidade, imponência, exuberância, de riquezas guardadas no seio da floresta e de um povo que traz, em sua simplicidade, o conhecimento que esta lhes legou – através da relação intrínseca com esse lugar – e os desafios que enfrenta para associar desenvolvimento e sustentabilidade, me conquistou. Tal fascínio não passou despercebido pela cidadã, pela pesquisadora, pela professora, pois me sentia ligada, atraída, pelas vidas simples das pessoas, pelas histórias e por tudo o que compunha aquele mosaico. Tal experiência culminaria na minha dissertação de mestrado defendida no ano de 2012, que teve como título **“Os dilemas e as proposições da Educação Ambiental na Transamazônica (br-230): do atendimento às normas para o licenciamento ao encontro das expectativas das comunidades da rodovia”**.

O segundo momento, que reforçou não só o interesse em estudar nessa localidade do estado do Pará, mas também que definiria de fato o *locus* desta tese, se desdobra como professora do programa PARFOR, a partir de 2011, quando assumi as disciplinas pedagógicas das turmas dos municípios anteriormente citados. Mas foi com a turma do Curso de Licenciatura em Pedagogia de Anapu, que acompanhei desde o início (2012 a 2016), que reforçou o meu olhar sobre essa região e o motivo pelo qual fiz dela meu local de pesquisa. Em conversas com alunos, principalmente aqueles que vivenciaram a formação dos municípios dessa

região, a história da Amazônia e da abertura da BR-230 se revelava de maneira diferenciada – com inúmeras versões – daquelas registradas nos livros de história.

Na oportunidade de tantos encontros e deslocamento, alguns questionamentos foram sendo feitos. Sentia que era necessário debater os problemas, trazer à luz vozes silenciadas na construção da história. Os caminhos que nos levam a refletir sobre o passado e o futuro dessas pessoas nas comunidades, da exuberância e da riqueza que compõem o cerne da localidade, têm despertado o interesse de muitos segmentos da sociedade, que devem, de fato, não só pensar, mas buscar alternativas que permitam às comunidades viverem, bradarem suas vozes, se desenvolverem, aparecerem não somente no viés da exploração do recursos abundantes, mas como escritores das suas histórias.

1.2 DA JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA

“Cada árvore que tomba, é um passo a mais para o progresso que chega na Amazônia.”³ (MEDICI, 1969). Foi com esse discurso que o então presidente Médici deu início a um processo que marcaria a história da região Amazônica, em especial no estado do Pará, que viveria um período escuro de violência na disputa pela terra, com o pretexto de promover a integração da Amazônia ao chamado desenvolvimento nacional, sob a prerrogativa de ocupar a região na visão do “integrar para não entregar”, sabe-se lá a quem.

Ao longo do século XX, a região Amazônica figurou como potencial para alavancar o desenvolvimento do Brasil, sendo vista como um espaço vital para o momento. Com esse entendimento, dava-se início ao plano de governo que rasgaria o manto verde da região Norte, retirando – das florestas – árvores centenárias para dar lugar a rodovias e lotes que seriam expropriados de terras para famílias oriundas de localidades mais distantes. Sob essa lógica, tudo parecia convergir para um dado

³ Frase retirada do discurso do Presidente Emilio Medici. Em 1971, a Casa Civil do general **Emílio Garrastazu Médici** lançou um vídeo institucional sobre a construção da **Transamazônica**, estrada que ligaria o litoral da Paraíba ao interior do Amazonas. A obra era anunciada como pedra fundamental de uma “nova Amazônia”, que permitiria a “fixação do homem numa região de fartura ainda não explorada”. Na cena de abertura da propaganda, uma árvore gigantesca é derrubada ao som de música triunfal, enquanto o narrador reforça o tom ufanista: “A Revolução chega à selva. Cada árvore que tomba escreve uma história bem diferente das que povoavam a terra dos sacis, iaras e cobras grandes. Na arrancada do trator apaga-se a lenda, que some, envolta em outra magia: a magia do desenvolvimento”. *militar; rev. 1930; ch. SNI 1967-1969; comte. III Ex. 1969; pres. Rep. 1969-1974. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>; <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/530270-o-cerco-aos-indios-na-ditadura-e-na-democracia>

sucesso e contribuir para o bem maior do país. No entanto, o que se viu durante a implementação de planos e projetos, foram inúmeras sucessões de equívocos que se refletiriam no futuro, digo, neste nosso presente.

O modelo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia (que se encontra esgotado) – iniciado com os projetos integrados de colonização – comportava uma faceta que consistia em um sistema de incentivos fiscais para quem investisse na região. Isso propiciou o surgimento de enormes distorções, traduzidas pelos prejuízos sociais, econômicos, sociais e ambientais (em sua maioria, irreparáveis) na Amazônia (PEREIRA, 1997). Os efeitos dessas distorções indicam a necessidade de serem repensadas as políticas públicas orientadas, no futuro, para a região. Torna-se, então, evidente que, no processo histórico, a opção do Estado por uma forma de desenvolvimento fundado na estratégia de facilitar a rápida acumulação das classes empresariais, privilegiando-as com dinheiro público (LOUREIRO, 2009), mostrou-se um equívoco, na medida em que os custos desse modelo foram rateados pelo conjunto da sociedade – seja pelos danos sociais seja pelos danos ambientais ou econômicos irreparáveis.

De acordo com Souza (2014), as políticas migratórias seguiram um ordenamento de política nacional na perspectiva de preenchimento de vazios demográficos. Essa concepção foi utilizada como justificativa pelo governo militar para incentivar o processo migratório. Paralelamente, o discurso oficial trazia à tona a necessidade de se promover a “conquista da Amazônia”, aliado ao que, na época, chamou-se de “integração nacional”. Em relação à política nacional para a Amazônia, Miranda Neto (2016) destaca como fato relevante a política de implementação dos grandes projetos a partir da década de 1990 na região.

Na verdade, constata-se que os projetos incentivados na região Amazônica se mostraram mais aptos a propiciar a concentração fundiária e de renda, o desperdício e o desvio de recursos e os conflitos de terras do que produção, renda, impostos e empregos. Propiciaram, também, notadamente, impactos indesejáveis ao meio ambiente, especialmente pelo desmatamento descontrolado fomentado e que se reflete até os dias atuais.

Dados obtidos pelo INPE⁴ (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) apontam que a taxa de desmatamento entre os meses de agosto de 2014 e julho de 2015 atingiram cerca de 5.831 km² de floresta, representado uma alta de 16% em relação ao ano anterior. De acordo com INPE, o aperfeiçoamento da análise mostrou que o corte raso atingiu 6.207 km², com aumento real de 24%, nos lembrando que é uma alta crescente e perigosa. Mas foi o ano de 2020 que, de fato, ganhou destaque quando se trata de áreas desmatadas, pois, de acordo com o Imazon⁵, o desmatamento atingiu uma área de 8.058 km² de floresta, revelando que a cultura da exploração continua forte. Logo, olhando para esses índices, tem sido cada vez mais necessário repensar o modelo de desenvolvimento, pois a “[...] mesma natureza, explorada ilimitadamente durante os séculos 19 e 20, adentra o século 21 valorizada como condição necessária à sustentabilidade da produção e ao potencial produtivo dos países”. (FREITAS *et al.*, 2012, p. 12).

Começo dessa forma para lembrar que não é de agora que essa localidade é fonte de debate, de interesses variados. Ela é rica, tem um grande potencial, o que leva governos, empresários e comunidades a vislumbrar formas de aproveitamento, à medida que representa um território dinâmico, cujos ritmos, frequência e características das transformações demográficas, econômicas, culturais e ambientais demandam grande esforço de reflexão e investimentos.

Como filha da terra, como Amazônida, considero importante trazer o debate para dentro do local onde estou inserida. Hoje, a realidade mostra um cenário completamente pautado nas modalidades de exploração – baseada no desmatamento e promovendo altos índices de pobreza –, nos revelando que, mesmo rica, do ponto de vista de matérias primas, essas riquezas não são suficientes para impulsionar políticas públicas adequadas, para promover à população uma qualidade de vida. Quando olhamos o modelo de desenvolvimento adotado para a localidade, é perceptível a olho nu a violência praticada contra os

⁴ O INPE realiza o monitoramento sistemático na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo brasileiro para avaliação e estabelecimento de políticas públicas relativas ao controle o desmatamento ilegal. A análise dos dados coletados pelo INPE é feita através do programa PRODES, que gera as taxas reais. http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=43449.

⁵ Os Dados do IMAZON mostram que os estados que mais contribuíram para este percentual de desmatamento foram :Pará, com 42% de todo o desmatamento registrado em doze meses. Em seguida vem Amazonas (17,2%), Mato Grosso (13,4%), Rondônia (12,9%), Acre (8,5%), Maranhão (2,9%), Roraima (2,5%) e, por último, Amapá (0,3%) e Tocantins (0,3%). Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-cresce-30-em-um-2020-e-bate-recorde-dos-ultimos-dez-anos/>

seres humanos que para a região são destinados e, ao mesmo tempo, a violenta destruição ambiental. Essas duas forças duelam em uma região onde a preservação e o desenvolvimento não convergem em um único sentido, por possuírem incompatibilidade irreconciliável.

Longe de ser um espaço homogêneo, ao comportar estados, comunidades e municípios com características bastante diferenciadas, tanto do ponto de vista dos padrões de crescimento econômico, das potencialidades de seus recursos naturais, quanto das características sociais e culturais, deve-se pensar não só no desenvolvimento, mas também na forma de preservar a Floresta Amazônica para as próximas gerações, o que nos traz a relevância de discutir e pensar uma Amazônia sustentável. Contudo, para buscar esse viés sustentável, antes de tudo, é necessário compreender o contexto histórico no qual a Floresta se encontra inserida. Esse contexto nos revela que a economia da Amazônia de hoje é fruto dos grandes projetos direcionados à ampliação do estoque para atender ao mercado (novas rodovias, ferrovias, fábricas, recursos minerais, postos em exploração, áreas abertas para a agricultura e a pecuária) e por um intenso crescimento demográfico devido, em grande medida, à imigração, sendo este induzido por fatores como: construção de estradas, abertura de novas fronteiras agrícolas, surtos de mineração, crescimento da indústria e dos serviços (HÉBETTE, 2002; LOUREIRO, 2012).

Sonaglio e Vieira (2007) afirmam que houve, a partir dos anos 2000 em diante, mudança significativa em setores econômicos ligados à agropecuária, especialmente nos estados de Mato Grosso, Pará, Maranhão e Rondônia, com investimentos e crescimento na produção, que tem impactado diretamente o PIB da região. Outro setor no qual se tem apostado é a indústria ligada ao extrativismo mineral, que já garante grande percentual para os estados com as exportações. Com esse entendimento, nos últimos anos, vem ocorrendo, na região, a pressão pela gestão desses recursos, de uma forma que possa se configurar para o desenvolvimento regional e sustentável, chamando a atenção de diversos setores da sociedade em função de seu potencial econômico.

Diante disso, instaura-se uma corrida para o aproveitamento desse potencial natural, acirrando ainda mais os ânimos no campo econômico, na política e nas comunidades locais, que o enxergam também como uma oportunidade de se desenvolverem. Tal disputa reflete diretamente na forma de utilização dos recursos e no processo de urbanização que, por não contar com um plano de desenvolvimento

adequado voltado para as peculiaridades da região, tem sofrido com o avanço do desmatamento e com uma urbanização desordenada nas grandes cidades, mediante práticas ilegais de extração das madeiras, avanço da pecuária e da agricultura, bem como surgimento de novos vilarejos. Soma-se, ainda, a estes, a grilagem, prática cada vez mais comum, por meio da qual grandes extensões de mata são convertidas em fazendas a partir da utilização de documentação de origem duvidosa.

A Amazônia, apesar de rica, não possui gestão que consiga ser sustentável ou que promova um “desenvolvimento alternativo” ou “novo desenvolvimento na região”. O desenvolvimento pressupõe investimentos nos setores econômico, social e ambiental que possibilitem à comunidade local a participação nesse processo de ganhos (LOUREIRO, 2009). Por isso, nesta tese, adota-se o conceito elucidado por Loureiro (2009, p. 65) como “novo desenvolvimento”, à medida que os recursos naturais devem ser preservados e trabalhados de forma que permitam a sustentabilidade, a qual, nesta pesquisa, comunga do pensamento de Gadotti (2009), indicando que ela parte de nós mesmos enquanto seres humanos, ou seja, “[...] a sustentabilidade que defendemos refere-se ao próprio sentido do que somos, de onde viemos e para onde vamos, como seres humanos”. (GADOTTI, 2009, p. 46).

É evidente que não podemos voltar no tempo para alterar o que já foi realizado em prol de um desenvolvimento, mas é urgente pensar em ações e políticas sustentáveis para parar e mudar o processo já em curso. Isso implica em “[...] um equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o planeta e, mais ainda com o próprio universo”. (GADOTTI, 2009, p. 46). Todavia, para isso, se faz necessário o entendimento do percurso que nos levou até o modelo de desenvolvimento econômico que implantamos e que se encontra esgotado.

Sob uma ótica mais ampla, ou seja, em uma ótica de país, constata-se que, apesar de todo o potencial econômico-natural, a região Amazônica, se utilizada de forma sustentável, pode ser convertida em oportunidades para as comunidades locais. Entretanto, apesar da exuberância e da diversidade, as localidades que fazem parte do cenário ainda não são vistas como objeto prioritário de um plano nacional de desenvolvimento, suficientemente amplo e inclusivo, moldado por uma visão estratégica de futuro pensado para atender às prioridades de suas populações. A esse respeito, Becker (2005) nos lembra que:

O futuro da Amazônia depende do Brasil. Mas o futuro do Brasil também depende, em boa medida, da Amazônia. Somente por meio de um novo modelo de desenvolvimento, *nacionalmente pactuado*, baseado na aplicação do conhecimento e na preservação ambiental – e superado, de vez, o falso dilema desenvolvimento *versus* conservação –, é que se poderá dinamizar os ativos naturais de forma sustentável e romper o arquipélago fragmentado de localidades e microrregiões amazônicas, ainda hoje separadas pela distância, por obstáculos geográficos, por deficiências de transporte e comunicações, condições historicamente responsáveis pelos fluxos reduzidos de comércio, de investimentos, de pessoas e de culturas, pela baixa inserção da economia local nas redes dinâmicas do mercado nacional e mundial e, conseqüentemente, pelo subdesenvolvimento estrutural. (BECKER, 2005, p. 78, grifos do autor).

Mello (2015), por sua vez, destaca que esse processo será longo e demandará um esforço de toda a sociedade brasileira, pois, ainda hoje, essa localidade recebe um tratamento que nos remete a uma ideia de colônia dos grandes centros urbanos do país, e seguimos sendo tratados como meras periferias pelos sucessivos governos da União, ignorando, na maioria das vezes, as amplas potencialidades e singularidades dessa região, em prol de intervenções do poder central e do grande capital, não raramente desastrosas do ponto de vista social e ambiental.

Esse olhar é fruto de um processo histórico que, em busca de tornar a região Amazônica mais atrativa, e permeado por um discurso de povoamento, teve, a partir da década de 1970, um grande fluxo de famílias oriundas de diversas partes do país, atraídas que foram pelo sonho de prosperidade econômica mediante a exploração dos recursos naturais e pelo incentivo do governo com a distribuição de lotes de terra.

Autores como Morbach (2001), Marin (2004) Hébette (2002), Porro (2015), Loureiro (2012) e Becker (2005), que estudam a história da Amazônia, destacam que os objetivos versavam desde a preocupação com a ocupação do lugar até planos e projetos para desenvolvê-la e torná-la um polo econômico para o Brasil. Com essa premissa em vista, foram traçadas, pelo governo, estratégias de ocupação e colonização que tinham como expectativa alocar aproximadamente cem mil famílias na região, constituídas de trabalhadores rurais do Nordeste, do Sul e do Centro-Oeste.

De acordo Hébette e Marin (2004), esse momento caracterizou-se como um processo econômico de expansão capitalista utilizando-se de um projeto governamental que aliava uma política de colonização dirigida a camponeses, empreendimentos, agropecuária, fazendeiros e empresários. A lógica nesse

processo relacionava-se com o direito à terra adotada na política de colonização – norteado pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4540/64) – e se consolidaria pelo beneficiamento da terra com o desmatamento da cobertura florestal e implantação de pasto e cultivos agrícolas (HÉBETTE, 2004). Essa noção produtivista – que garantiria o direito formal à terra – contrariava as práticas sociais de trabalho livre de “fazer roça” adotadas pelas famílias camponesas que chegavam à região sem apoio do poder público.

A ausência do poder público no cumprimento das promessas de infraestrutura e de condições mínimas de sobrevivência resultou no insucesso de muitos dos lotes no projeto de colonização. Esse fato também culminou no caos fundiário que, aos poucos, foi se instalando na região mediante a ocupação desordenada das áreas destinadas aos projetos de colonização. Com o caos formado, fazendeiros e camponeses passaram a disputar os lotes de terra, gerando, dessa forma, dezenas de conflitos ao longo das décadas (MENDES, 2015; PORRO, 2015).

Historicamente, a chegada de pessoas oriundas de diversas partes do país, atraídas pelo sonho de prosperidade, permitiu o surgimento das comunidades e agrovilas ao longo da rodovia Transamazônica, o que, mais tarde, daria origem a diversas cidades, dentre elas Anapu, *locus* desta pesquisa, onde diversas famílias foram assentadas na década 1980. No entanto, apesar de terem se instalado na referida época, foi somente a partir dos anos 1990 que a ideia de assentamento com um olhar mais sustentável para agricultura passou a ser pensada por meio de programas gestados pelo INCRA.

Para Sousa (2017), o processo de ocupação do município de Anapu começou no início da década de 1970 e merece destaque por fazer parte do 2º polo de colonização da Transamazônica (região compreendida pelo trecho Marabá-Altamira). Nesse segundo polo, diferentemente do primeiro, o processo de ocupação, desde o início, se deu de forma espontânea, em um espaço onde o papel do governo se restringia apenas à demarcação dos lotes de 100 ha às margens da Rodovia Transamazônica e de glebas de 3.000 ha ao fundo das vicinais, destinadas a fazendeiros mais capitalizados, mediante o Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP) que deveriam ser tornadas produtivas.

A utilização dessas áreas que seriam destinadas às pessoas que migraram aconteceu em razão da abertura da rodovia Transamazônica (BR-230), que, no entendimento de Herrera, Amorin e Santos (2019), foi planejada com o intuito de

possibilitar a integração do Norte ao restante do país, bem como servir de corredor logístico para promover tanto a implantação de projetos de colonização e reforma agrária quanto de grandes projetos agropecuários empresariais, como parte do Programa de Integração Nacional (PIN, 1970). Essas estratégias de distribuição das terras devolutas na Amazônia foram materializadas através do Decreto Lei nº 1.164, de 01 de abril de 1971 (HERRERA; AMORIN; SANTOS, 2019).

Mesmo diante da dura realidade, diversas famílias foram assentadas e passaram a cultivar, produzir e de lá tirar o seu sustento. Todavia, esse processo não se configurou fácil e nem sempre contou com o apoio do poder público para que se pudesse estabelecer relações adequadas de exploração e preservação com a natureza. Além disso, o município é, geralmente, visto pela sociedade sob a ótica da violência e dos conflitos de terras e pouco se conhece das histórias, dos cuidados, das estratégias desenvolvidas pelas pessoas durante o processo de abertura da Transamazônica. Essas pessoas receberam lotes e hoje fazem uso dos recursos naturais por meio do cultivo da terra como forma de subsistência, bem como para fins econômicos, muitas vezes no viés da sustentabilidade, sem compreender que estão adotando essa prática. Assim, é importante identificar e entender as motivações que as levaram a fazer desse lugar sua morada, mesmo com tantas dificuldades financeiras e de infraestrutura.

Cabe lembrar que, por desconhecimento, julgamos a localidade baseados em reportagens midiáticas, histórias contadas, reportagens de jornais impressos, pelos dados estatísticos – que a rotulam como violenta e conflituosa –, levando-nos a um olhar restrito. De fato, o município de Anapu possui conflitos gerados pelas disputas de terras, mas, ao transitar profissionalmente nessa região, pude perceber que essas comunidades possuem grandes conhecimentos que outrora estavam esquecidos, além de se apresentar como um campo de muito aprendizado e, ao mesmo tempo, um desafio profissional, por permitir a relação direta com as pessoas que ali residem e vivenciar as dificuldades em relação ao acesso às localidades, tornando o trabalho de pesquisa desafiador.

Ao olhar para além das ideias preconcebidas sobre esse lugar, meu olhar a respeito da realidade das comunidades foi se modificando e me levando a buscar compreender suas formas de subsistência, a partir da agricultura, bem como os desafios enfrentados para trabalhar na ótica da sustentabilidade, suas formas de organização, os investimentos, os planos de manejo, os problemas ambientais, entre

outras situações que fui percebendo desde que passei a transitar nos municípios ao longo da Transamazônica.

Sair da ideia de violência⁶ para uma outra possibilidade de relação entre as pessoas na luta pela sobrevivência, enfrentando os problemas do lugar, a escassez de atendimento elementar oferecido pelo Estado, dominar conhecimentos mínimos na relação com a floresta para sobreviver tornou-se a força motriz que me instigou a registrar as falas das pessoas que migraram para a localidade, buscando expressar sua visão através de seus relatos orais.

Entendo essa perspectiva como uma forma de tirar as pessoas da invisibilidade e possibilitar um outro olhar para a região, que perceba a contribuição do trabalho das pessoas para o desenvolvimento local, para a geração de renda e emprego, além de contribuir para desmistificar a ideia de que nessa localidade não são possíveis outras práticas para além da extração de madeiras e da criação de gado. Ao chamar a atenção da comunidade acadêmica para a localidade de Anapu, abrem-se possibilidades para a realização de outros trabalhos referentes à temática proposta nesta tese, bem como este estudo pode servir de base para futuras políticas e/projetos voltados às pessoas do lugar.

É com base no contexto histórico de Anapu e das vivências com o lugar que o problema da pesquisa se consistiu em desvelar as estratégias de sobrevivência adotadas pelas pessoas, que – largadas no meio do mato pelo governo, sem entender as características do lugar, chegadas de outras localidades – mobilizaram esforços e promoveram a sobrevivência do grupo em ambiente hostil, sem mesmo saberem como derrubar uma árvore frondosa sem correr o risco de sua vida ser ceifada pela árvore em tombo.

⁶ Sabemos que a violência é também humana e é decorrente da luta pelo domínio de uns sobre os outros. Segundo Elias (1994), uma relação de poder advém basicamente das relações humanas, as mais variadas, e, com isso, ele pode assumir diversas formas. Como consequência, temos que certos grupos sociais ou mesmo certos indivíduos “[...] podem reter ou monopolizar aquilo que os outros necessitam, como por exemplo, comida, amor, segurança, conhecimento, etc. Portanto, quanto maior as necessidades desses últimos, maior é a proporção de poder que detêm os primeiros”. (ELIAS, 1994). Também se dão devido à interdependência das relações humanas, desde o círculo familiar até o trabalho, à escola etc. Desta forma, Elias amplia a noção de poder para além da visão estatal ou econômica, uma vez que não a reduz às relações entre senhores e servos, dominadores e dominados, mas a estende às que podem ocorrer entre indivíduos de uma mesma família, entre membros de bairros vizinhos. A civilização, enquanto processo, conta com mecanismos de controle da violência e com a própria violência para exercê-los. Conquanto, essas três esferas (Processo civilizatório, controle e violência) estão interligadas e coabitam numa perspectiva relacional. Por isso mesmo, os termos ‘civilizado’ e ‘incivil’ não constituem uma antítese daquela existente entre o ‘bem’ e o ‘mal’, mas representam, sim, fases de um desenvolvimento que [...] ainda continua”. (ELIAS, 1994, p. 73).

Apesar do desconhecimento e do risco iminente de perder a vida atingidos por uma árvore ou atacados por algum animal, desvendar o desconhecido iluminava o desafio das pessoas para desbravar um novo local, o que proporcionou a inúmeras delas a possibilidade de uma nova vida, com estratégias diferenciadas que lhes permitiram sobreviver na região, a partir da década de 1970, quando o governo brasileiro lançou o Programa Integração Nacional para a Amazônia.

O modo de vida hoje praticado por quem reside desde o processo de migração ou por pessoas que chegaram após o auge dos acontecimentos perpassa por significados e valores modelados pela cultura que nutre a região. Isso significa que as estratégias adotadas têm reflexos no ambiente, nas comunidades e na vida das pessoas, mas, ao mesmo tempo, acabam rompendo os laços de ajuda mútua nas atividades entre os membros da comunidade em razão do avanço das fronteiras econômicas e agrícolas, levando-os a buscar formas e estratégias para sobreviverem diante desses novos desafios. A sobrevivência perpassa sobretudo por estratégias e, pensando nelas, delineou-se como objetivo geral desta tese: Identificar e analisar as estratégias desenvolvidas pelas famílias assentadas em lotes no município de Anapu, ao longo BR-230, para o uso dos recursos naturais e da terra, a fim de garantir a subsistência familiar e obter retornos financeiros sob a ótica da sustentabilidade.

Delineou-se, a partir disso, os seguintes objetivos específicos: Identificar e analisar as famílias que obtiveram acesso aos financiamentos governamentais que amparam os pequenos produtores; Discutir como as políticas públicas poderiam levar à melhoria do acesso à terra e à preservação das florestas, traduzindo-se em benefícios sociais e ambientais para a localidade; Identificar os tipos de produtos cultivados nos lotes das famílias assentadas; Identificar e analisar as transformações sociais, ambientais e econômicas; Problematizar a inserção das novas formas de cultivo agrícola através dos relatos das famílias que se estabeleceram às margens da rodovia a partir da década de 1970 no trecho de Anapu.

A tese divide-se em cinco capítulos. No capítulo um, tem-se a introdução, na qual apresentam-se o *locus* da pesquisa e as motivações que proporcionaram esta tese. No capítulo dois, destaca-se o referencial teórico-metodológico, embasado pela história oral, à luz de autores como Alberti (1996, 1989, 2002, 2009); Portelli (1997, 2006); Montysuma (2018, 2012), Nora (1993), Amado (1995), Montenegro (2009); Thompson (1998); Halbwachs (2006) e Vilanova (2000). No capítulo três,

discute-se o conceito de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, baseando-se em autores como Porto-Gonçalves (2006), Passet (2000); Furtado (1992, 2006); Léna (2012); Nascimento (2012); Montibeller-Filho (2007). Além desses, compõem esse debate autores que discutem a temática dentro do contexto amazônico, a exemplo de Loureiro (2009, 2012), Becker (2001, 2009), Enriquez (2008) e Hébetete (2004), os quais apontam sobre essa dimensão histórica da Amazônia e seus reflexos nos dias atuais e refletem sobre as novas demandas sociais, políticas, ambientais e econômicas à luz da necessidade do capital. Destacam, portanto, que, mesmo diante de um cenário que aponta para mais exploração dos recursos que a floresta possui, também permite que sejam pensadas as diversas maneiras que se pode dar a esse processo, levando a uma gestão dos recursos para que se transformem em benefícios econômicos, sociais e ambientais. O quarto capítulo traz os resultados e discussões da pesquisa de campo, nos quais a memória é o principal ponto. Nele discutimos o processo de chegada das pessoas que migraram no início da década de 1970 para a região de Anapu, destacando suas dificuldades e as estratégias que utilizaram e utilizam para sobreviver em uma localidade onde a tensão e o medo vez ou outra superam a potencialidade dos recursos naturais. E, por fim, o quinto capítulo, é composto pelas considerações finais, momento em que situamos nossas percepções sobre a pesquisa.

2 OS CAMINHOS TRAÇADOS NA PESQUISA: A OPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA PELA HISTÓRIA ORAL

Neste capítulo, apresentamos nossa escolha teórico-metodológica para conduzir a pesquisa. Assim, ao longo do texto, trazemos as obras referentes à História Oral e autores como Alberti (1996, 1989, 2002, 2009); Potelli (1997, 2006); Montysuma (2015), Nora (1993), Amado (1995), Montenegro (2009); Thompson (1992); Vilanova (2010) que embasam o trabalho de campo. Por recorrermos à história oral como base metodológica para a pesquisa de campo, tomamos a memória como uma fonte de conhecimento que possibilita trazer para o debate, neste caso, para a pesquisa, a interpretação das vivências dos sujeitos, com seus testemunhos, relatos orais e narrativas que permitem a reconstrução de um conhecimento daquelas situações que aparecem nos relatos. Também se discute, ao longo deste capítulo, a importância das entrevistas na história oral e dos mecanismos para realizá-la.

2.1 A HISTÓRIA ORAL COMO OPÇÃO DE MÉTODO

A História oral é uma metodologia que conquistou seu espaço no ambiente acadêmico, conseqüentemente, cada vez mais pesquisadores aderem a essa forma de construção de fontes para análise em suas pesquisas. Nesse campo, destacam-se historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos, dentre outros (CPDOC, 2016).

Engana-se quem pensa que esse movimento é recente, isso porque, a História Oral enquanto metodologia de pesquisa tem sua origem nos anos de 1950, inicialmente nos Estados Unidos da América, na sequência foi adotada na Europa e no México. No Brasil, o método subdivide-se em duas fases, a primeira, nos 1970, com a criação do programa de História Oral do CPDOC, e outra a partir dos 1990, quando o movimento em torno do método cresceu significativamente, sendo que ambas são importantes para a sua consolidação.

Podemos afirmar que os programas de história oral implantados a partir dos anos 1970 procuraram garantir um acervo com depoimentos orais de diferentes setores que compunham a sociedade brasileira, buscando, dessa forma, ampliar o conhecimento sobre a vida política do país e apontar os entraves que impediam o

acesso da grande maioria da população aos benefícios da cidadania. Além desse cenário, a história oral acabou ganhando espaço também entre pesquisadores individuais, que desenvolveram pesquisas, dissertações e teses com esse viés. Assim, os novos pesquisadores autônomos passaram a agregar as entrevistas de história oral em suas pesquisas de Ciências Sociais ou de História, dando ênfase às temáticas voltadas para a classe trabalhadora, ao sindicalismo, às minorias e aos grupos discriminados, como negros e mulheres, fábricas, bairros, dentre tantos outros (MATOS; SENA, 2011).

O grande momento da história oral ocorreu nos anos de 1990, quando ela ultrapassou a barreira dos programas de pós-graduação em História, de cursos voltados para a discussão da história oral, mas, principalmente, pela ampliação das discussões em encontros e seminários, firmando-se como uma nova metodologia. Contribuíram, também, para a sua efetividade, parcerias estabelecidas com pesquisadores estrangeiros e com programas de reconhecido mérito internacional propiciadas por esses encontros, que criaram canais importantes para o debate e a troca de experiências.

Constata-se que, no Brasil, a história oral é praticada majoritariamente no âmbito da academia. Isso não quer dizer que outros tipos de experiência não possam existir ou que praticantes da história oral desvinculados de centros acadêmicos não possam conviver com seus colegas universitários. Isso tão pouco quer dizer que os trabalhos acadêmicos de história oral já realizados ou em curso no Brasil sejam desconectados das demandas sociais e alheios aos graves problemas que a sociedade brasileira enfrenta na atualidade. Dessa forma, a dimensão que as práticas em história oral adquiriram no Brasil forjou os meios que levaram à criação da Associação Brasileira de História Oral em 1994.

De acordo com Thompson (1992), foi o pesquisador Jules Michelet um dos primeiros a se debruçar sobre a história oral como técnica de pesquisa. Thompson, dentro da história oral, é considerado um autor clássico, pois destaca-se nesse cenário ao recorrer a esse formato de construção de fontes para sistematizar a sua pesquisa no livro *“A voz do passado: história oral”*. Difundida em todo o mundo, a história oral, mesmo com a resistência de alguns cientistas brasileiros, foi introduzida no país na década de 1970, sendo, o termo, oficialmente utilizado pela primeira vez “[...] em publicação, feita por Carlos Humberto Correa, da Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 1978”.

Conforme Alberti (1996), levando-se em conta a grande quantidade de materiais produzidos na academia por diversos segmentos de pesquisa –, talvez sejam os campos da História e das Ciências Sociais que mais têm produzido textos de cunho teórico-metodológico centrado na história oral nos últimos tempos. Essa assertiva se dá frente a relevante quantidade de artigos, palestras e até livros que abordam questões envolvendo as dimensões da história oral, do papel do pesquisador, das entrevistas, bem como a relação com a memória, entre outras. Desse modo, é possível afirmar que história oral já se inseriu atrelada à discussão teórico-metodológica que pretende garantir sua validade.

O conceito atribuído a história oral, na concepção de Amado, é compreendido como metodologia e remete a uma dimensão teórica. Enquanto método científico, Albert (2004) nos lembra que a história oral faz uso de diversas estruturas para avaliar que a pesquisa obtenha resultados substanciais por meio de entrevistas, relatos, gravações, testemunhos originários, a partir dos interesses da pesquisa de pessoas que possam testemunhar, dissertar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida e/ou outros aspectos da história contemporânea.

Thompson (1992) lembra que o poder da história oral se encontra na possibilidade de dar voz a personagens que geralmente não se fariam ouvir, ou seja:

É uma história construída em torno de pessoas. Ela é a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vividos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. [...] contribui para formar seres humanos mais completos. (THOMPSON, 1992, p. 44).

Compreende-se, então, que a história oral forja uma situação que se volta também para a construção e a reconstrução do que foi vivido, tomando a memória, as experiências de vida, as lembranças e o cotidiano dos sujeitos como ponto de partida. Nesse caso, os sujeitos, quer sejam os pesquisadores que dominam o conhecimento acadêmico quer sejam os estudantes que compartilham uma mesma condição, podem, juntos, construir o conhecimento por meio de um exercício igualitário da pesquisa. É uma história construída e, nessa construção, as hierarquias são quebradas. Para Montenegro (2010), a memória, nesse processo, encontra-se em movimento contínuo, haja vista que, ao mesmo tempo que os

sujeitos históricos rememoram, também analisam e reelaboram suas percepções. Por isso é que nunca devemos pensar a memória ou a percepção do vivido como reflexo ou cópia do mundo, mas como um movimento ininterrupto de ressignificação do presente ou, ainda, como leitura a partir de um passado que se atualiza constantemente, considerando o contexto do presente em que se elabora a entrevista (MONTENEGRO, 2009). Dessa forma, é possível obter da história oral uma

[...] grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. (THOMPSON, 1992, p. 17).

Mesmo que a memória possa parecer, em um primeiro momento, uma construção individual, ao consideramos o sujeito em si, de certa forma, a memória também é uma construção social e ambas as perspectivas ocupam papéis importantes e com características distintas na vida social. Cabe lembrar, ainda, que a segunda, além de importante, é uma ferramenta forte na construção do imaginário social. Nesse sentido, a memória constitui-se um dos principais fatores para a construção da identidade individual e social.

Entende-se, conseqüentemente, que a memória é uma construção que ocorre no presente, mediante vivências ocorridas no passado. Cumpre destacar, também, que memórias individuais e sociais por vezes se confundem, sendo necessário ter em mente que “[...] não somos ilhas e, portanto, estamos sujeitos a influências, bem como, a influenciar os grupos a que pertencemos e com os quais nos identificamos”. (MATOS; SENA, 2011, p. 97).

Quanto a considerar a memória como principal fonte, Halbwachs (2006) nos lembra que ela é um fenômeno social, portanto vivenciada por todos os indivíduos inseridos na sociedade. Desse modo:

A memória é um fenômeno social que se manifesta nos seguintes tipos: coletiva, individual, histórica. A primeira, que se poderia chamar de memória social, está relacionada a uma história vivida, na qual o passado permanece vivo na consciência de um grupo social. Esta noção é contraposta à história (memória histórica), que seria uma forma de conhecimento do passado, exterior ao domínio do vivido. Por seu turno, a memória individual será sempre um ponto de vista sobre a memória coletiva. (HALBWACHS, 2006, p. 53-89).

Embora Halbwachs defenda a ideia de uma memória coletiva, esse fenômeno, assim entendido, engessa a memória subjetiva. Por isso seu esforço em definir a memória em três categorias, porque a memória do sujeito não conta, posto que o que deve prevalecer é a memória coletiva, que é posta a serviço da memória histórica, para explicar a história nacional. Por essa razão:

Os quadros coletivos da memória não se resumem a datas, nomes e fórmulas; eles representam correntes de pensamento e de experiências onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por tudo isso [...] a memória apoia-se sobre o “passado vivido”, o qual permite a constituição narrativa do passado do sujeito de forma viva e natural [...]. (HALBWACHS, 2004, p. 71-75, grifo do autor).

Corroborando com esse pensamento, Nora (1993) nos lembra que a memória é um acontecimento sempre atual, ou seja, as experiências que são registradas pela memória não se acomodam em detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, portanto, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. Dessa forma, podemos dizer que a memória é, por natureza, seletiva, o que significa dizer que não é um depósito de tudo o que acontece no cotidiano. Em outras palavras, guarda-se apenas aquilo que, por algum motivo, teve ou tem algum significado, aquilo sobre o qual o sujeito produz sentido (BERGSON, 1999).

Ao nos propormos um estudo cujo *locus* está imerso em uma dinâmica na qual os interesses econômicos são latentes, as divergências entre a preservação e o uso de recursos naturais necessitam de um olhar mais amplo nessas relações e, ao mesmo tempo, precisam observar suas singularidades, pois os relatos orais, considerados a partir das subjetividades dos indivíduos, serão essenciais para desvendar, encontrar, compreender as relações das famílias que compõem a comunidade naquele ambiente. Isso porque, ao trabalhar com uma comunidade cujo contexto histórico é fundamental para o entendimento do presente, fazer uso das memórias, através dos relatos e discursos orais, é essencial. Aqui, lembrar será um momento para evocar as vivências nas quais os sujeitos manifestam seus sentimentos a respeito das experiências vividas. Esses sentimentos envolvem os aspectos negativos e positivos, tais como a raiva, o desprezo, as frustrações, as alegrias, os sucessos, os fracassos, entre outros.

A lembrança é, assim, uma imagem construída no momento presente e, por mais nítida que ela nos pareça, trata-se da lembrança de um fato antigo. Isso

significa que ela não pode ser considerada a mesma imagem que experimentamos quando se deu a ocorrência do fato, porque, enquanto sujeitos, não somos os mesmos em função de todo o processo vivido, assim como nossas percepções, nossas ideias e juízo de valor também não serão os mesmos. Nas palavras de Bosi (1994, p. 55), “[...]. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista”.

Desse modo, as lembranças, a partir da afirmação de Bosi (1994), revelam sua importância enquanto matéria prima com a qual trabalhamos, indicando que, ao fazer uso do passado no presente – sendo entendida “[...] em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente” –, a memória também é “[...] preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”. (HALBWACHS, 2006, p. 49). Significa dizer que as lembranças não permanecem no passado, ao contrário, precisam de um tempo presente para existir, de onde sejam projetadas e ancoradas por um sentido. Outro ponto importante sobre as lembranças é que elas jamais se apresentam isoladas, portanto, são de ordem relacional e envolvem outros indivíduos, assim, nas lembranças, nunca estamos sós, ou seja, estamos sempre acompanhados de pessoas e acontecimentos. Essa explicação de Halbwachs nos indica de modo muito claro que, na sua visão, não há espaço para a memória subjetiva.

A memória subjetiva é uma construção de Bérson (1999), ao destacar que o embasamento da subjetividade é a memória, que não é psíquica e sim cósmica, portanto, ela é duração e, enquanto tal, o homem trafega numa gigantesca memória. Nesse processo por onde trafega, é preciso considerar que há dois tipos de memória que se entrecruzam, logo, a memória é concebida na forma de imagens-lembranças (aquela que diz respeito a tudo o que experienciamos ao longo da vida, pela qual é possível situar lugares, datas, acontecimentos etc.). No pensamento do referido autor, é essa memória que

[...] registra todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam; ela não negligenciaria nenhum detalhe, atribuiria cada fato, a cada gesto, seu lugar e sua data. Sem segunda intenção de utilidade ou de aplicação prática, armazenaria o passado pelo mero efeito de uma necessidade natural. (BERGSON, 1999, p. 88).

Nesse entendimento, é a junção das imagens-lembranças que possibilitaria o reconhecimento, no nível do intelecto, de uma determinada percepção experimentada que usaríamos quando nos propuséssemos a recuperar nossa vida. Sendo assim, Bérqson ainda nos aponta que, em toda a compreensão que exercitamos ou nos nossos entendimentos, a percepção se expande ou se alonga em ação, trazendo, assim, a noção de hábito que acontece quando as imagens se fixam e se alinham e os movimentos que as continham nos possibilitam intervenções em situações que julgamos novas (BERGSON, 1999). Assim solucionamos os problemas, porque nossa experiência vivenciada forjou os fragmentos que alimentam a memória e, em dada situação, esses conteúdos são reunidos e oferecidos a nós sempre que necessário. O armazenamento (esforço para guardar) e a ação (esforço de lembrar) são entendidos pelo autor como memória e criam o conceito de memória-hábito, que “[...] reencontra esses esforços passados, não em imagens-lembranças, que os recordam, mas na ordem rigorosa e no caráter sistemático com que os movimentos atuais se efetuam”. (BERGSON, 1999, p. 89).

Nas duas percepções de memória apresentadas por Bergson é plausível afirmar que a memória-lembrança aparece como uma conservação do passado no presente, sendo o presente uma síntese do passado; já a memória-hábito se faz perceber em nossos gestos, atitudes, posturas, caráter, personalidade, nas ações cotidianas e na identidade. E esse é um movimento em constante processo de transformação.

Dessa maneira, ainda que a história trabalhe com uma memória social, também é necessário valorizar as memórias individuais, pois elas são construídas a partir de vivências que os sujeitos experimentaram no curso de suas vidas no interior de grupos sociais. Logo, podemos intuir que a História Oral valoriza ambos os registros, sejam eles de cunho social ou a partir das experiências individuais, se apresentando como um método que atende a determinadas necessidades no contexto atual da sociedade, visto que atinge dimensões até então ignoradas (MONTENEGRO, 2010).

A História Oral ocupa-se da experiência de vida dos sujeitos, experiência esta formada por vivências ricas e concretas que devem ser entendidas a partir de onde esses sujeitos se situam. Nesse sentido, é importante compreender o contexto do sujeito em seus mais variados aspectos – classe, gênero, origem, ideologia política, condições objetivas de vida –, ou seja, atenta-se para como são os sujeitos

e como eles atuam no mundo e agem nas situações da vida, não os dissociando de sua cultura, o que condiz a considerar a subjetividade em todos os processos e sujeitos envolvidos na pesquisa. A subjetividade é um elemento importante que devemos considerar na análise da narrativa, visto que “[...] fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que quis fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que faz”. (PORTELLI, 1997, p. 16-17).

2.2 HISTÓRIA ORAL - ENTREVISTA E ANÁLISE

Villanova (2010) nos lembra que as fontes orais possuem a mesma importância que as fontes escritas e, ainda, que os registros feitos a partir da obtenção dos relatos orais estão repletos de significados, portanto, deveriam compor a história. Nas suas palavras:

Estamos convencidos de que essa História bem-feita, sem fontes orais, é uma história incompleta. Ao mesmo tempo, sabemos que a fonte oral é uma fonte viva, é uma fonte inacabada, que nunca será exaurida, e portanto, que a história bem feita que queremos fazer é uma história inacabada. Sabemos que a fonte oral, posto que é viva, é parcial. E vou defender a parcialidade da fonte oral, não só porque é inacabada, com o também porque nos põe em confronto com o outro. (VILANOVA, 2010, p. 34).

Esse pensamento de Villanova (2010) nos remete à ideia de tornar mais viva a pesquisa a partir da fonte oral, em que a atribuição dessa dimensão abre um leque de novas perspectivas ao pesquisador, que necessita de documentos variados, não apenas os escritos, mas também daqueles nos quais as emoções humanas se façam presentes, ou seja, os sentimentos, as emoções estejam latentes e permitam transcender as palavras.

São, portanto, as fontes orais que nos permitem entender as intenções dos sujeitos, suas crenças, mentalidade, imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas. Cabe ressaltar que a fonte oral pode não ser um dado preciso, pois é dotada de muitos sentimentos e experiências, mas possui elementos que, às vezes, um documento escrito não possui. É por meio dela que podemos compreender o estudo no tempo presente, em que os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum *status* político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época, são revelados (PORTELLI, 2006).

No sentido exposto, acredita-se na história oral como uma escolha acertada, na medida em que ela busca valorizar a memória humana e sua habilidade de

recordar o passado, isto é, enquanto procedimento metodológico, a história oral procura registrar as impressões, as vivências e as lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e, dessa forma, permitir o acesso a um mundo de conhecimentos muito mais rico e dinâmico sobre situações de uma época ainda desconhecida para nós ou que possa trazer outras percepções de um tempo histórico.

Montysuma e Moser (2015) apontam que essa metodologia nos apresenta novas perspectivas de abordagem das questões, projetando memórias locais sob diferentes óticas, além de trazer conteúdos relativos a acontecimentos e processos que não se encontram registrados em outros tipos de documentos e, ainda, apresentando-se como outra possibilidade de escrita da história, que confronta o caráter estático do documento escrito. Ela comporta adentrar em contato com experiências e processos específicos, vividos ou testemunhados pelos sujeitos.

No entendimento de Alberti (1989), a história oral é definida como

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

O olhar sobre os momentos experimentados, mesmo que sejam sociais, é entendido e internalizado pelos sujeitos de forma bastante singular, sendo possível que se escreva diferentes versões de um mesmo fato, já que as visões dependem do olhar e da subjetividade de cada um. Logo, as dimensões do real são projetadas de acordo com as perspectivas que as pessoas projetam para o mundo em que atuam, independentemente do quanto aquilo que é externalizado de fato tenha ou não relação com uma dimensão factual dos acontecimentos. Importa mais a projeção e reverberação no presente do que remontar o que aconteceu.

A história oral que eu aprendi, e que se presta à pesquisa que aqui venho discutindo, ocupa uma dimensão na qual os sujeitos ditos sem história, que viviam escondidos na sombra da floresta, podem, eles mesmos, falar a própria história. Em outras palavras, esses sujeitos podem mostrar o modo como esses sujeitos interpretam a vida miserável a que foram submetidos pelas políticas do Estado brasileiro sob o pretexto de desenvolver a Amazônia – muitos deles, depois, se tornaram vítimas do latifúndio.

Nesse sentido, por meio das estratégias e possibilidades oferecidas pela história oral, a escolha desta metodologia se concretiza na pesquisa ao se preocupar com a criação de inúmeras possibilidades de manifestação capazes de permitir aos excluídos “[...] da história oficial, tanto a tradicional quanto a contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais.” (GUEDES PINTO, 2002, p. 95), porque as pessoas, elas próprias, as chamadas vítimas sociais, são empoderadas, falando sobre o que bem entendem, sem outorgar a palavra a outrem.

Como um dos objetivos desta tese versa também sobre a compreensão das transformações sociais, ambientais e econômicas, e pela inserção das novas formas de cultivo agrícola, através dos relatos das pessoas que se estabeleceram às margens da rodovia a partir da década de 1970 no trecho de Anapu, fazer a opção por entender esse processo a partir das memórias dos agricultores, moradores, mulheres que o vivenciaram é admitir esses pressupostos históricos, reconhecendo a impossibilidade de reconstruir “a história”. Significa dizer que é possível, apenas, narrar um dado cenário histórico a partir de depoimentos de pessoas que vivenciaram determinadas situações, sendo a memória a principal fonte. Desse modo, permite-se que indivíduos pertencentes a segmentos sociais geralmente excluídos da história oficial sejam ouvidos, deixando registros para análises futuras de sua visão de mundo e da visão do grupo social a que pertencem. Assim, se “[...] oportuniza ao povo que se movimenta e fale por si mesmo. É a oralidade assumindo e conferindo ao sujeito o seu direito e seu papel de centralidade no ato de narrar uma história [...]”. (OLIVEIRA, 1997, p. 3).

Assim, no decorrer da pesquisa, tornou-se possível visualizar os diversos sujeitos em suas singularidades e enriquecê-la com informações que outrora foram esquecidas, como as mulheres agricultoras, dentre outros que, no processo de ocupação da região, tiveram papel importante, mas quase não são considerados durante as pesquisas, ou mesmo pela própria história registrada da Transamazônica.

Buscar metodologias que potencializem as memórias registradas permite que não somente quem vivenciou o fato possa colaborar, mas também aqueles que fazem parte do círculo familiar, de amigos ou da comunidade na qual se realiza o estudo possam também participar do processo, pois, aqui, as memórias compõem um dos elementos mais importantes para compor a narrativa dos relatos orais. De

acordo Portelli (1996, p. 2), a narrativa ganha destaque, na medida em que “[...] narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar, contar e interpretar”. Todavia, é Amado (1995) que nos lembra a importância de uma narrativa e que ela apresenta uma versão de um determinado acontecimento, uma experiência, um ponto de vista sobre algo, pois, toda

[N]arrativa articula alguns elementos, como: quem narra, o que narra, por que narra, como narra, para quem narra, quando narra. As formas - quase infinitas - de articulação entre esses elementos resultam do uso de códigos culturais (linguagem, estilo, gênero literário etc.) à disposição dos autores, em determinada época, e, também, da contribuição individual oferecida por cada autor, ao escolher os códigos que utilizará em sua narrativa, e os modos como o fará. O uso desse espaço é individual. (AMADO, 1995, p. 133).

Sendo a narrativa um dos principais alicerces de quem vai a campo, ela logicamente pressupõe a gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, instituições e modos de vida da história contemporânea (ALBERT, 2002). É por essas características, e também pelo fato de fundamentar-se no princípio da adequação do método ao objeto – este de natureza qualitativa e não correspondente às formas quantitativas de aproximação –, que se acredita que, na história, é o objeto que determina as escolhas as serem tomadas no encaminhamento da pesquisa: quem entrevistar, que tipo de entrevista empregar, quantas pessoas ouvir.

Ao adotá-la como base metodológica de pesquisa, a narrativa nos permite elucidar dados importantes do cotidiano dos entrevistados, o que outros métodos mais convencionais não nos favoreceriam, por não serem flexíveis como a metodologia oral. Além disso, não podemos esquecer que, com ela, pode-se colocar em evidência a fala apresentada sob a ótica dos sujeitos da pesquisa, tornando-os atores da construção teórica que se pretende com um determinado estudo.

Nesse caso, para o estudo que envolve as famílias migrantes, a entrevista configurou-se como um ponto primordial para o sucesso na obtenção das narrativas, visto que o interesse em compreender as famílias, os homens, as mulheres, que, de alguma forma, fizeram parte do processo de construção das histórias daquele lugar, pressupõe deixá-los livres no seu lugar de fala. Conforme entende Villanova (1994), durante esse processo, há uma intensa interação, e isso significa que, realmente, duas pessoas estão se olhando. Nas palavras da mesma autora:

[...] é durante esse olhar-se um ao outro que a fonte oral se justifica, porque constitui um processo de aprendizado. Não estamos estudando fontes; estamos conversando com pessoas que buscam diferentes conhecimentos. É nessa síntese nova que elaboramos através do diálogo, estamos convencidos, e vivemos essa experiência, que vamos mudar uns aos outros. (VILLANOVA, 1994, p. 47).

Aqui, a autora chama a atenção para a questão do diálogo, ou seja, a entrevista é um diálogo e deve ser conduzido de forma que o sujeito possa se sentir livre para expressar seus pensamentos, ideias, seus posicionamentos, sejam eles políticos ou sociais, dentre outros. Daí porque o momento da entrevista é único, pois é nele que pesquisador e entrevistado exercem reflexão sobre sua identidade e sobre suas vidas, envolvidos na interação, na elaboração de representações mútuas e manifestação de emoções. Assim, o cuidado na preparação das entrevistas coopera para que elas sejam profícuas em sua realização.

Albert (2004) salienta que as entrevistas são, nos estudos que utilizam a história oral, um meio para entender o passado, aliando-se aos documentos escritos, imagens e outros tipos de registros históricos. No caso desta tese, as entrevistas caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, surgindo sempre de uma conversa, de um bate papo, portanto, de um momento pouco formal. Para realizar tal tarefa, foi essencial seguir alguns direcionamentos antes de se chegar à entrevista em si, razão pela qual a autora sinalizou alguns passos a serem observados para garantir o sucesso dessa etapa (ALBERT, 2004).

Antes de partir para o contato com as pessoas a serem entrevistadas, Albert (2004) lembra ser conveniente que nos informemos sobre suas vidas, sobre suas histórias partilhadas com outras pessoas. Significa dizer, que recorramos às leituras de todo o material disponível que nos possa ser útil para melhor compreender aqueles sujeitos com os quais trabalharemos em seguida. Deve-se, também, definir previamente se será realizada uma entrevista temática, discutindo determinado assunto, ou se ela será uma entrevista de história de vida, privilegiando o sujeito na história. O passo seguinte é preparar um roteiro, contendo perguntas abordando os aspectos que se busca discutir na entrevista. Atingida essa condição, é hora de entrar em contato com a pessoa escolhida para combinar o primeiro encontro (ALBERTI, 2004; MONTYSUMA, 2012).

O ato de aprender a ouvir torna-se essencial nessa etapa, sendo conduzido por um roteiro que será utilizado durante a entrevista e servirá de base para o início da conversa. Acerca das qualidades do pesquisador durante o momento das

entrevistas, Thompson (1998) indica que este deve ter “[...] interesse e respeito pelos outros como pessoa e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar”. (THOMPSON, 1998, p. 254).

Segundo Alves (2016), para uma entrevista com qualidade e êxito, o pesquisador precisa estar atento aos mínimos detalhes bem antes de ela acontecer, pois é no processo de preparação e primeiros contatos com a localidade que há o compartilhamento da realidade a ser enfocada pelo pesquisador e o sujeito a ser entrevistado. Adverte, porém, que é preciso buscar entender a realidade dos sujeitos, afinal é o pesquisador que se desloca para dentro dos contextos de suas vidas. Assim, é primordial compreender esse momento, para que estratégias sejam traçadas a fim de se obter falas que venham a contemplar os anseios da pesquisa. Nesse processo, o entrevistado é, ele próprio, um agente histórico, logo, é a sua percepção sobre a própria experiência que lhe permite resgatar sua visão sobre os acontecimentos sociais dos quais participou, haja vista que, embora caiba ao pesquisador escolher o tema e formular as questões esboçando um roteiro temático, é o narrador que decidirá o que e como narrar. Foi pensando dessa forma que as entrevistas de campo foram realizadas nos horários e locais definidos pelos sujeitos desta pesquisa, afinal, a adequação às rotinas sempre parte do pesquisador.

Os relatos orais colhidos durante as entrevistas, após transcritos, necessitam de uma análise profunda e crítica, considerando-os em sua totalidade. Tendo isso em vista, buscou-se analisar os conteúdos dos relatos de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre as temáticas e assuntos coletados, considerando como base as discussões de Bronislaw Braczo (1985) e Michel Certeau (1994). Braczo (1985) traz a questão do imaginário, lembrando que este é um aspecto da vida social, de uma atividade dos diversos agentes sociais, constituindo pontos de referência nas redes simbólicas pelas quais a coletividade direciona regras, normas e objetivos. Ressalta, ainda, que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade, elabora uma certa representação de si e estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais.

O ato de dizer algo por si só pressupõe a intencionalidade do sujeito, ou seja, ao efetuar um discurso, seu autor, imbuído de um propósito particular, adéqua as suas palavras para uma finalidade própria que, nem sempre, corresponde à

realidade dos fatos normalmente conhecidos, mas sim, a partir da sua percepção, do seu imaginário social, que é historicamente construído pela vivência do cotidiano em comum, mas no interior da experiência vivida pelos sujeitos.

Os relatos orais coletados em Anapu com sujeitos residentes nas comunidades pesquisadas fazem parte desse imaginário, que, ao mesmo tempo em que é individual, está atrelado à coletividade, portanto, sofre interferência do meio em decorrência das diferentes formas de inserção social de cada sujeito. Nele evidenciam-se memórias e lembranças que são originárias de uma construção social e cultural, na medida em que, ao narrar, expressa a experiência de vida, as relações de poder e a força que moldaram o sujeito e o grupo social a que o sujeito pertence.

Nesse campo, Certeau (1994) traz a discussão a respeito do *tempo* e do *lugar* de fala na perspectiva do historiador enquanto construtor da história. No caso desta tese, nos interessam ambos os conceitos em função da reconstrução do passado através das narrativas dos nossos interlocutores que, dentro da simplicidade do homem que vive no campo, experienciou momentos singulares.

Enquanto pesquisadora, a ideia de lugar proposta por Certeau nos lembra que nenhuma reconstrução do passado histórico está isenta da influência do sujeito da investigação, na medida em que o objeto da pesquisa nunca falará por si mesmo, ou seja, caberá àqueles que “reviram” o tecido da história a consciência de que essa prática reconstrói o passado sempre a partir de uma perspectiva que nunca será absolutamente neutra (CERTEAU, 2002).

Acerca do tempo, o mesmo autor enfatiza que passado, presente e futuro só existem em função de um agora – que é a presença no mundo –, ou seja, este agora que acabou de acabar é que fundamenta uma temporalidade, que institui um antes (passado), um depois (futuro) e a sensação de pertença a um tempo (o presente).

3 O DEBATE EM TORNO DO CONCEITO DO DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, discutimos a respeito das origens do conceito de desenvolvimento, bem como esclarecemos diferenças existentes em torno dos conceitos de Crescimento e Desenvolvimento, pautados que somos em autores como Passet (2000), Furtado (1992, 2006), Léna (2012), Nascimento (2012), Montibieler-Filho (2007). Além disso, discute-se a respeito do desenvolvimento no contexto amazônico.

3.1 A PLURALIDADE DE CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Dentro e fora das universidades e institutos de pesquisa, o conceito de desenvolvimento vem sendo debatido, sobretudo em sua relação com a promoção de índices crescentes de crescimento econômico. O aumento dos níveis de renda é visto, assim, como o eixo norteador de todo o processo, mas, geralmente, sem uma consideração atenta sobre as externalidades decorrentes, dentre elas, a distribuição equitativa das riquezas assim geradas e os impactos destrutivos sobre a capacidade de regeneração dos ecossistemas e dos biomas (OLIVEIRA, 2002).

No entendimento de Passet (2000) e Lená (2012), por exemplo, a visão reducionista da dinâmica de desenvolvimento inspira-se no ideário de um crescimento econômico⁷ ilimitado em um planeta de recursos finitos. A elevação contínua do Produto Interno Bruto (PIB) é considerada condição *sine qua non* de uma busca efetiva de satisfação das necessidades básicas das populações. Essa perspectiva se originou no século XIX e tem sido assumida como um dos pilares da ideologia dominante de gestão do subsistema econômico das sociedades modernas.

O acima exposto pode ser identificado na evolução das pesquisas desde o início dos anos 1970, mostrando que a utilização do conceito de crescimento material não permite capturar a multidimensionalidade embutida no fenômeno do desenvolvimento, que exige ser pensado em termos de promoção simultânea de

⁷ O crescimento econômico é geralmente aferido por meio de mudanças percentuais no PIB, consistindo na soma do valor de mercado anual de todos os bens e serviços produzidos por todas as empresas e organizações, nacionais e estrangeiras, operando num dado país. Neste sentido, “[...] os modelos convencionais e atuais de crescimento econômico levam a um grande aumento na riqueza e oferta de produtos, por outro lado grave desequilíbrio no meio ambiente, crescimento da miséria, degradação ambiental e um aumento da poluição”. (MILLER, 2007, p. 6).

aspectos socioeconômicos, psicossocioculturais e sociopolíticos, sob o pano de fundo de uma ética (não dual) de simbiose com a biosfera.

Desse modo, enquanto o conceito de crescimento designa essencialmente o aumento da produção de bens e serviços, o conceito (sistêmico) de desenvolvimento é muito mais amplo. Sob esse prisma, as questões econômicas fazem parte do processo, mas devem, sempre, compor uma representação integral – ou ecocêntrica – da teia da vida inserida nas dinâmicas hipercomplexas do sistema ecosférico.

Conforme entende Siedenberg (2004), nas últimas cinco décadas, o termo desenvolvimento ocupou um lugar de destaque nas Ciências Sociais e Econômicas, na discussão política, na mídia e nas políticas públicas. Entretanto, nunca houve unanimidade em torno desse conceito, principalmente a respeito das formas pelas quais o desenvolvimento pode ou deve ser fomentado.

Para Montibieler-Filho (2008), desenvolvimento continua sendo um conceito ambíguo, difuso, ou seja, um conceito cujos contornos não estão nitidamente definidos e que, portanto, há uma variedade de associações deste aliadas a outras palavras, tomando contornos diferentes. Dentre elas destacam-se desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial.

Em resumo, podemos dizer que a veemência e a constância do uso desse conceito não devem e nem podem ser consideradas como uma prova irrefutável de sua utilidade (SIEDENBERG, 2004). Completa esse pensamento Morin (2007), ao enfatizar que a ideia de desenvolvimento ainda permanece tragicamente “[...] subdesenvolvida, ela ainda não foi realmente repensada, mesmo na ideia de desenvolvimento sustentável [...]” (MORIN, 2003, p. 70).

Em consequência disso, as pesquisas vêm mostrando a necessidade de ampliação da visão que transcenda a dominância do viés econômico nas nossas interações com a teia da vida, buscando o desenvolvimento das potencialidades que todo ser humano traz dentro de si e do bem-estar da coletividade como um todo – e não somente de uma minoria. Como ressalta Furtado (2006):

O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação, de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso às formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um futuro melhor para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza e efetiva a melhoria das condições de vida desta população, o crescimento se

metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. As estruturas de países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não resultaram de uma evolução inercial, mas de uma opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo. (FURTADO, 2006, p. 25).

Em termos mais eloquentes, Morin (2006) salienta que repensar o desenvolvimento em um cenário de mercantilização extensiva da biosfera significa, antes de tudo, considerar e valorizar tudo aquilo “[...] que não é nem calculável nem mensurável, isto é, a vida, o sofrimento, a alegria, o amor”. (MORIN, 2006). Por sua vez, ao refletir sobre o conceito de desenvolvimento, apontando o quanto o termo é complexo, Porto-Gonçalves (2012, p. 39) argumenta que

[...] desenvolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantêm suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como também separá-los entre si, individualizando-os, o que envolve uma nova configuração societária, a capitalista e, portanto, mercantil [...]. (PORTO GONÇALVES, 2012, p. 39).

Na mesma linha de pensamento, Morin (2005) esclarece que:

Concebido unicamente em termos quantitativos, ignora as qualidades da existência, as qualidades da solidariedade, as qualidades do meio, as qualidades de vida, das riquezas humanas que não se podem calcular nem vender, ignora o dom, a magnanimidade, a honra, a consciência. O seu processo varre os tesouros culturais e os conhecimentos das civilizações arcaicas e tradicionais, o conceito cego e grosseiro desintegra as artes de vida e sabedoria de culturas milenares. (MORIN, 2005, p. 14-15).

Dessa maneira, desenvolver pressupõe, automaticamente, alterações, seja nas relações das comunidades, regiões, lugares seja nas formas de se relacionar com a natureza. Morin (2003), ao tratar sobre o que seria considerado verdadeiro desenvolvimento, deixa evidente que se trata do desenvolvimento humano. Desse modo, segundo o autor, deve-se

[...] retirar a noção de desenvolvimento de sua ganga econômica. Não cabe mais reduzir o desenvolvimento ao crescimento, que, como disse Jean-Marie Pelt, “tornou-se uma excrescência”. A noção de desenvolvimento deve tornar-se multidimensional, ultrapassar ou romper os esquemas não apenas econômicos, mas também civilizacionais e culturais ocidentais que pretendem fixar seu sentido e suas normas. Deve romper com a concepção do progresso como certeza histórica para fazer dele uma possibilidade incerta, e deve compreender que nenhum desenvolvimento é adquirido para sempre: como todas as coisas vivas e humanas, ele sofre o ataque do princípio de degradação e precisa incessantemente ser regenerado. (MORIN, 2003, p. 102, grifo do autor).

A partir desse entendimento, o desenvolvimento não é perpetuado como outrora se acreditava, por também estar sujeito ao próprio definhamento. Isso ocorre na mesma proporção que as mudanças no tempo, nas relações econômicas, sociais, culturais e ambientais se modificam. Do mesmo modo, a própria ótica de entender o que seria desenvolvido também muda na medida em que o véis econômico não é mais suficiente para explicar a dinâmica da vida humana, que tem atribuído novas dimensões que precisam ser consideradas ao se pensar em desenvolvimento.

3.2 SUSTENTABILIDADE AMAZÔNICA: DISCUTINDO CONCEITOS

A história tem nos mostrado que os seres humanos vêm modificando, ao longo do tempo, suas relações com o ambiente. Mas é com o advento da modernidade que se instaurou uma relação especialmente marcada pela degradação intensiva de ecossistemas e paisagens. Em contraste com uma relação mais próxima com a natureza, onde os ciclos de vida eram geralmente respeitados, passou a vigorar uma imagem de mundo dualista, atrelada a uma ética antropocêntrica de domínio sobre a natureza. Partindo desse entendimento, este item busca elucidar os debates em torno de ideias e concepções que, teoricamente, superam a visão de exploração predominante nos últimos tempos no campo, à luz de autores como Morin (2006), Sachs (2007) e Vieira (2005), dentre outros que problematizam a questão da sustentabilidade, do ecodesenvolvimento, da gestão de recursos comuns num contexto geral, a exemplo de Loureiro (2009), Homma (2005), Hurrtienne (2005), Lima (2005) e Pozzobon (2005). Nesta tese, as discussões estabelecidas por esses e outros autores são acionadas e direcionadas ao contexto amazônico.

3.2.1 Ecodesenvolvimento e Sustentabilidade

Desde a década de 1970, a Amazônia tem sido focalizada sob vários ângulos por parte do Governo Federal, tendo em vista a promoção econômica do seu extraordinário potencial em termos de sociobiodiversidade. Uma das alternativas adotadas correspondeu à política de incentivos fiscais para projetos e programas de dinamização socioeconômica nessa região.

Os projetos *Jarí*, *Projeto Manganês*, *Polamazônia* e, mais recentemente, as hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte (PAULA, 2008; ARAÚJO, 2009; BELO, 2009) são exemplos de iniciativas essencialmente contra-produtivas que não têm contribuído para alcançar as finalidades mencionadas em suas cartas de princípios. Na verdade, servem, hoje em dia, de exemplos de ações de cunho desenvolvimentista que vêm gerando graves impactos socioambientais negativos (CORREA, 2014).

Segundo Araújo e Belo (2009):

A sustentar esta ideia (**aproveitar as potencialidades**) está o fato de que a Região Amazônica é sempre um lugar a ser modernizado, a ser posto em evolução, a ser desenvolvido. Ocorre que tudo o que é pensado para a Região e/ou praticado, pauta-se na lógica de tornar a Região sempre o insumo do desenvolvimento do país, a pretexto de trazer desenvolvimento para a Amazônia. (ARAÚJO; BELO, 2009, p. 270).

No mesmo contexto, Loureiro (2004) admite que

A Amazônia constituiu-se pelas grandes potencialidades minerais, hidrológicas, madeireiras e outras, no local privilegiado para a implantação de novos empreendimentos. Hoje esses, empreendimentos estão assentados nos mais diversos pontos do vasto território amazônico [...]. Tratava-se de aproveitar a oportunidade para atrair a aplicação de capital internacional, abrindo espaço para sua reprodução em novas fronteiras de expansão econômica, proporcionadora de alta rentabilidade. (LOUREIRO, 2004, p. 74).

A região continua a ser vista como um amplo campo de recursos naturais que precisa ser explorado por uma sociedade racional e utilitária que se tornou hegemônica na modernidade tardia (no âmbito do capitalismo global e do socialismo realmente existente). Nesse sentido, “[...] a Amazônia vem sendo forçada a pagar, ao longo do tempo, o preço (proibitivo) cobrado pelo enrijecimento da crença antropocêntrica nas virtudes do mercado competitivo e globalizado e no progresso” a que se refere Vieira (2005, p. 34).

Trata-se do preço assumido pela exploração predatória e socialmente excludente da base de recursos naturais, principalmente os de origem mineral e florestal. Com um olhar fortemente embasado na dimensão da abundância, a possibilidade de transformar esses recursos em fontes de lucro crescente no curto prazo tem sido mais forte do que a tomada de consciência dos impactos negativos assim gerados e da finitude dos recursos naturais. Explorar é algo densamente enraizado na cultura política de uma sociedade fortemente condicionada pela força da ideologia do “progresso” a qualquer custo.

Corroborando com esse pensamento, Mello (2015) ressalta que, enquanto Amazônia e Desenvolvimento,

Apesar de toda essa riqueza natural disponível – incomparável por sua exuberância e diversidade –, a Amazônia brasileira ainda não figura como objeto prioritário de um plano nacional de desenvolvimento, suficientemente amplo e inclusivo, moldado por uma visão estratégica de futuro. No caso brasileiro, as áreas amazônicas seguem sendo tratadas, colonialmente, como mera periferia do país pelos sucessivos governos da União; ignoradas em suas amplas potencialidades e singularidades; reduzidas à condição de almoxarifado para usufruto exógeno; excluídas das vantagens ou compensações de uma justa política fiscal e tributária; alvo de intervenções do poder central e do grande capital não raramente desastrosas do ponto de vista social e ambiental. (MELLO, 2015, p. 5).

Compreende-se que, historicamente, a implantação dos grandes projetos e programas está ligada à exploração territorial e degradação ambiental da região, pautada em um discurso de desenvolvimento e modernização que ocasionou problemas socioambientais à população que reside na região Amazônica e, notadamente, impactos indesejáveis ao meio ambiente, especialmente pelo desmatamento descontrolado, problemas que se refletem atualmente. É justamente nesse ponto que reside um dos grandes desafios da localidade, a gestão dos recursos naturais, pois o processo em curso caminha para grandes consequências no âmbito ambiental e social.

De acordo Mello (2015) e MCT (2010), no cenário da atual crise ambiental planetária, um novo modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia poderia anunciar um inédito e amplo horizonte de oportunidades, com liderança mundial na formulação e atuação de um paradigma econômico conciliador do progresso material com o respeito ao meio ambiente, a demonstrar que “economia verde” e redução da pobreza podem ser fatores diretamente complementares e elementos de uma nova equação de progresso humano, de forte apelo internacional e fator catalisador de futuros (e necessários) investimentos globais. Nesse sentido, é primordial pensar um desenvolvimento diferenciado para a Amazônia que atue como

Um projeto de desenvolvimento sustentável, que busque a *superção do falso dilema desenvolvimento vs. conservação*, uma vez que ao lado das Áreas Protegidas é urgente conceber e implementar um novo modelo de desenvolvimento capaz de utilizar – sem destruição – o seu capital natural para gerar e distribuir riqueza para as populações regionais, a região e o País. (MCT, 2010; MELLO, 2015).

Pensar sob essa ótica não é um processo fácil. Requer articulações políticas, sociais, econômicas e ruptura no modo como nos relacionamos com o ambiente e o

retorno dele advindo. Vários representantes contemporâneos defendem a necessidade de gerir os ecossistemas e paisagens de um ponto de vista radicalmente diferente. Propõem a adoção de estratégias ecocêntricas (em contraponto às de corte dualista e guiadas pela ética antropocêntrica) e de longo prazo de harmonização das interrelações envolvendo os sistemas socioculturais e a biosfera.

Essa estratégia adaptativa abarca a diversidade das representações dos atores sociais em jogo e a variabilidade envolvida nas diferentes escalas espaciais – do local ao global – e temporais – do curto ao longo prazo (VIEIRA; WEBER, 2000; GODARD, 2002; SANTOS; POLICARPO, 2008).

Na visão dominante, a floresta comparece nos planos e programas de gestão ora como mais um dos vários obstáculos a serem vencidos nas dinâmicas de exploração ora como um manancial aparentemente inesgotável de riquezas ou, finalmente, como fonte promissora de expansão e reprodução do capital (LOUREIRO 2009; CORRÊA, 2014).

Segundo Vieira (2005):

Na atualidade, não causa mais espanto a ninguém que as águas, as florestas, os ar a biodiversidade, os recursos genéticos ou zonas costeiras sejam considerados sejam considerados pelos economistas e tecnocratas de plantão como bens gratuitos, em um processo de mercantilização indiscriminada do patrimônio natural e cultural da humanidade. (VIEIRA, 2005, p. 34).

Por sua vez, Hurttienne (2005) e Lima e Pozzobon (2005) destacam a necessidade de uma nova representação da condição atual e do futuro da região.

Na formulação de Marriott (2007):

Não é a conservação e a sobrevivência de uma parte isolada de um determinado sistema. É a conservação e a sobrevivência do sistema inteiro: a preservação do todo, de suas partes e das relações entre as partes entre si e destas com ele. A sustentabilidade das partes só pode existir se houver a sustentabilidade do todo no qual elas estão contidas. A vida dos indivíduos só será sustentável se também o for à vida da sociedade e a do ambiente. (MARIOTTI, 2007, p. 85).

Com base na evidência de severos impactos atuais e dos riscos socioecológicos futuros de muitas das práticas de dinamização econômica que coexistem na Amazônia (COSTA, 2005), vem se tornando cada vez mais premente a pesquisa de *outro modelo de desenvolvimento*. Segundo Loureiro (2009, p. 234),

[...] o que se propõe é uma nova forma de desenvolvimento que privilegie o social, o local, o regional e os valores éticos, em especial a solidariedade e a integração e, como tais característica em tudo se opõem aquelas preconizadas pelo modelo de desenvolvimento proposto pela democracia liberal globalizante.

Ressalta-se que a opção por uma terminologia diferente da retórica do *desenvolvimento sustentável* resulta do entendimento de que cada conceito “[...] envolve e articula uma intencionalidade que lhe é própria”, portanto, a mesma autora argumenta que esse termo não leva adequadamente em conta a dimensão da garantia de direitos humanos inalienáveis (LOUREIRO, 2009, p. 235). Nas suas palavras:

Criar vias alternativas, tão diversificadas quanto a inventividade dos grupos sociais puder criar, com base nas possibilidades que natureza oferecer, aproveitando os saberes tradicionais e alinhando-os aos científicos num esforço sempre renovado de criar formas de produção da vida social. Formas novas, baseadas em princípios éticos e de solidariedade local [...]. (LOUREIRO, 2009, p. 235).

Na mesma ótica, apesar da grande potencialidade, a Amazônia brasileira ainda não conta com uma estratégia direcionada no cenário nacional de desenvolvimento suficientemente ampla e inclusiva, tendo em vista um horizonte de longo prazo. Dentre as diversas opções possíveis, destaca-se o resgate lúcido do enfoque de *ECODESENVOLVIMENTO*, enriquecido por pesquisas mais recentes sobre a problemática dos modos de apropriação e gestão de recursos de uso comum.

Tais recursos configuram-se como uma categoria de recursos para os quais a supressão é complexa e o uso compartilhado permite a subtração daquilo que pertence a todos (OAKERSON, 1992; BERKES, 2005; SEIXAS; BERKES, 2005). Como exemplo, podem ser mencionados os recursos pesqueiros, a fauna selvagem, as florestas, as águas continentais e os oceanos, a atmosfera, os recursos genéticos etc. Nesse sentido, “[...] a gestão de recursos naturais de uso comum ocupa um papel determinante no processo de regulação das inter-relações entre os sistemas naturais e sociais em longo prazo”. (JACOMEL, 2012, p. 42).

Olhando por essa lógica, o uso comum dos recursos naturais provoca a necessidade de gerenciar, negociar e resolver conflitos entre os diferentes usuários. Isso indica que, nas comunidades – localidades em que todos fazem uso de um bem –, é primordial a compreensão de que a coletividade está acima da individualidade. Todavia, para alcançar esse patamar, requer-se um processo de formação longo e

amplo. Trazendo essa ideia para uma região marcada pelas disputas em busca de apropriação dos bens naturais – que deveriam ser de uso comum –, gerenciar essa forma de usar não só é uma necessidade, mas também uma maneira de garantir a sobrevivência de um bioma chamado Amazônia e frear as agressões ao meio ambiente que se originaram séculos atrás.

No transcurso dos séculos XIX e XX, descobertas científicas e tecnológicas transformaram radicalmente as mentalidades e os estilos de vida nas modernas sociedades industriais. Consolidou-se uma cosmovisão de corte mecanicista, associada a um *ethos* antropocêntrico que tem marcado a dinâmica ecologicamente destrutiva dos estilos de desenvolvimento dominantes (VIEIRA, 2005).

Conforme entende Morin (2003), o crescimento econômico, desde o século XIX, foi não apenas um motor, mas também o regulador por excelência da economia, fazendo aumentar, simultaneamente, a demanda e a oferta. Entretanto, ao mesmo tempo, contribuiu para erodir de forma irreversível os modos de vida das comunidades tradicionais. Atualmente, a economia de mercado tornou-se um sistema complexo e globalizado, no qual as partes se tornam dependentes da dinâmica do todo e, reciprocamente, o todo é impactado pelas perturbações verificadas nas partes. Nessa teia de interdependência, a mundialização dos circuitos econômicos norteados pelo ideário neoliberal acaba unificando e dividindo, igualando e desigualando.

A ação predatória do homem sobre o ambiente – muitas vezes sem nenhum controle ou prevenção – permitiu explorar as riquezas da terra pautando-se em um capitalismo egocêntrico, para o qual a acumulação de riquezas se torna o bem principal. Essas ações, atualmente, causam um prejuízo enorme sobre o meio ambiente, provocando, em sua grande maioria, impactos negativos, irreversíveis ou de difícil recuperação. Hoje, os riscos produzidos se envolvem em quase todas as dimensões da vida humana, obrigando-nos a rever a maneira como atuamos em relação ao meio ambiente.

Os primeiros sinais de alerta acerca da gravidade dessas tendências remontam à década de 1960, com a publicação, em 1962, da obra seminal de Rachel Carson, intitulada “Primavera silenciosa”. No decorrer dos anos 1970, a preocupação pelo futuro da teia da vida no planeta alimentou a construção do

enfoque (sistêmico) de *ecodesenvolvimento*⁸ (SACHS, 1986, 2007). Este, por sua vez, acabou sendo eclipsado pelo surgimento da noção de *desenvolvimento sustentável* por ocasião da *Cúpula da Terra*, em 1992 (BRUNDTLAND, 1987; VIEIRA 2005; JACOMEL, 2012; LACERDA, 2013; CANDIDO, 2013; FERNANDEZ, 2011).

Contudo, o ecodesenvolvimento apresenta-se como um enfoque sistêmico de planejamento e gestão de estratégias integradas, socialmente inclusivas e ecologicamente prudentes, mobilizando instrumentos de análise e ação de cunho preventivo-adaptativo e indutores de processos de aprendizagem social transformadora e ecologizada (SACHS, 1980, 2007; VIEIRA, 2005; VIEIRA *et al.*, 2005). Trata-se de uma opção que, aliada à sustentabilidade, parece-nos uma alternativa viável para o contexto ao qual se propôs esta pesquisa.

Diferentemente do Desenvolvimento sustentável, que devido ao excessivo uso caiu no eixo do uso comum, ou seja, para vários segmentos, utilizá-lo é como uma estratégia para indicar que executavam práticas ambientalmente corretas a fim de cumprir uma obrigação, desgastando, conseqüentemente, o conceito e o desvirtuando da sua essência. O Ecodesenvolvimento implica, então:

Uma solidariedade sincrônica com a geração atual, na medida em que desloca a lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da maioria da população; e uma solidariedade diacrônica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir às gerações futuras as possibilidades de desenvolvimento. (MONTIBELLER-FILHO, 2007, p. 132).

Trata-se, dessa forma, de um projeto de Civilização, na medida em que evoca um novo estilo de vida, um conjunto de valores próprios, um conjunto de objetivos escolhidos socialmente e uma visão de futuro (SACHS, 1986).

Nesse sentido, é importante ressaltar que um projeto de civilização tem, no componente cultural, uma dimensão essencial. Implica, no que tange à problemática aqui posta, considerar, do ponto de vista metodológico, a estreita imbricação do socioeconômico com o ecológico. Sob a ótica da realização, cabe o planificar, o organizar-se, tendo em vista a tomada de decisões orientadas pelo futuro e, mais

⁸ Em 1973, foi lançado o conceito de Ecodesenvolvimento, pelo francês Maurice Strong, como uma política de desenvolvimento alternativo. O termo ecodesenvolvimento foi criado por Maurice Strong, mas verdadeiramente difundido pelo economista Ignacy Sachs. O último incorporou a esse conceito outras preocupações além daquelas ligadas a natureza como, por exemplo, questões econômicas, sociais, culturais e de gestão participativa e ética.

ainda, um esforço de pedagogia social em relação aos novos papéis sociais (MONTIBIELLER-FILHO, 2008).

A categoria sustentabilidade é central para a cosmovisão ecológica e, possivelmente, constitui um dos fundamentos do novo paradigma civilizatório que procura harmonizar ser humano, desenvolvimento e Terra entendida como Gaia. Comumente a sustentabilidade vem acoplada ao desenvolvimento. Oficialmente o conceito desenvolvimento sustentável foi usado pela primeira vez na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979. Foi assumido pelos governos e pelos organismos multilaterais a partir de 1987 quando, depois de quase mil dias de reuniões de especialistas convocados pela ONU sob a coordenação da primeira ministra da Noruega Gro-Brundland se publicou o documento Nosso Futuro Comum. É lá que aparece a definição tornada clássica: sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. (BOFF, 2008).

No entendimento de Sachs (2004), a definição de sustentabilidade versa sobre um conceito mais dinâmico, que leva em consideração “[...] as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão [...]”, ou seja, que procura satisfazer as necessidades do presente sem comprometer o futuro, tendo em conta os recursos naturais disponíveis (SACHS, 2004, p. 29). Na proposta desse autor, a base para a sustentabilidade perpassa cinco dimensões, que podem ser sintetizadas em sustentabilidade social, ambiental, territorial, econômica e política. Contudo, esse mesmo autor ainda acrescenta mais duas dimensões ou critérios de sustentabilidade: a cultural e a ecológica. Com isso, torna-se “[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”. (SACHES, 2008, p. 15).

4 OS CAMINHOS TRILHADOS: RELATANDO EXPERIÊNCIAS

Neste capítulo, discutimos a respeito das experiências⁹ das pessoas que foram compartilhadas por meio de relatos durante a pesquisa de campo. É a oportunidade de revelar os casos das pessoas que foram morar no meio da Floresta Amazônica e que, durante esse processo, aprenderam a cultivar, explorar e a viver a partir de ensinamentos dos moradores locais, de indígenas que já habitavam a localidade. Revela-se, também, a visão de como as famílias lidam com os problemas ambientais e a relação delas com os órgãos responsáveis por auxiliá-las.

4.1 A CHEGADA NA TERRA: O CONTEXTO HISTÓRICO DAS FAMÍLIAS

Sob os ideais de povoamento, num período que se inicia em 1964 e ganha força nos anos 1970, há um intenso incentivo à exploração das terras e dos recursos que a Floresta Amazônica oferecia. Nesse período, incutia-se na cabeça das pessoas que explorassem esses recursos – acreditando no retorno financeiro – para promover o povoamento da região. Para que isso ocorresse, estradas foram abertas para facilitar o processo de locomoção, bem como efetuou-se distribuição de terras para famílias vítimas das secas no Nordeste, as que foram expulsas pelo avanço das barragens no Sul e Sudeste, as que tiveram terras expropriadas pelo latifúndio e tivessem interesse em se deslocar das suas cidades de origem para a região. Dessa forma, o governo propalava um não mensurado desenvolvimento para a localidade e presumia garantir uma segurança nacional, através do povoamento proporcionado pela migração interna, ou deslocamento da “gente perigosa” que foi pauperizada pelo modelo de desenvolvimento econômico nas regiões originárias.

Nas imagens propagandeadas e veiculadas insistentemente pelo governo federal, viam-se famílias entusiasmadas para um novo começo, idealizando, na Transamazônica, um futuro próspero e farto. No entanto, em meio ao processo de conhecimento do espaço, logo na chegada à Rodovia, a primeira impressão que ficava, muitas vezes, era negativa e o que se via desconstruía os discursos propagandistas, culminando no arrependimento de alguns, acompanhado do desejo de retornar para as terras de origem, o que, de fato, muitos fizeram.

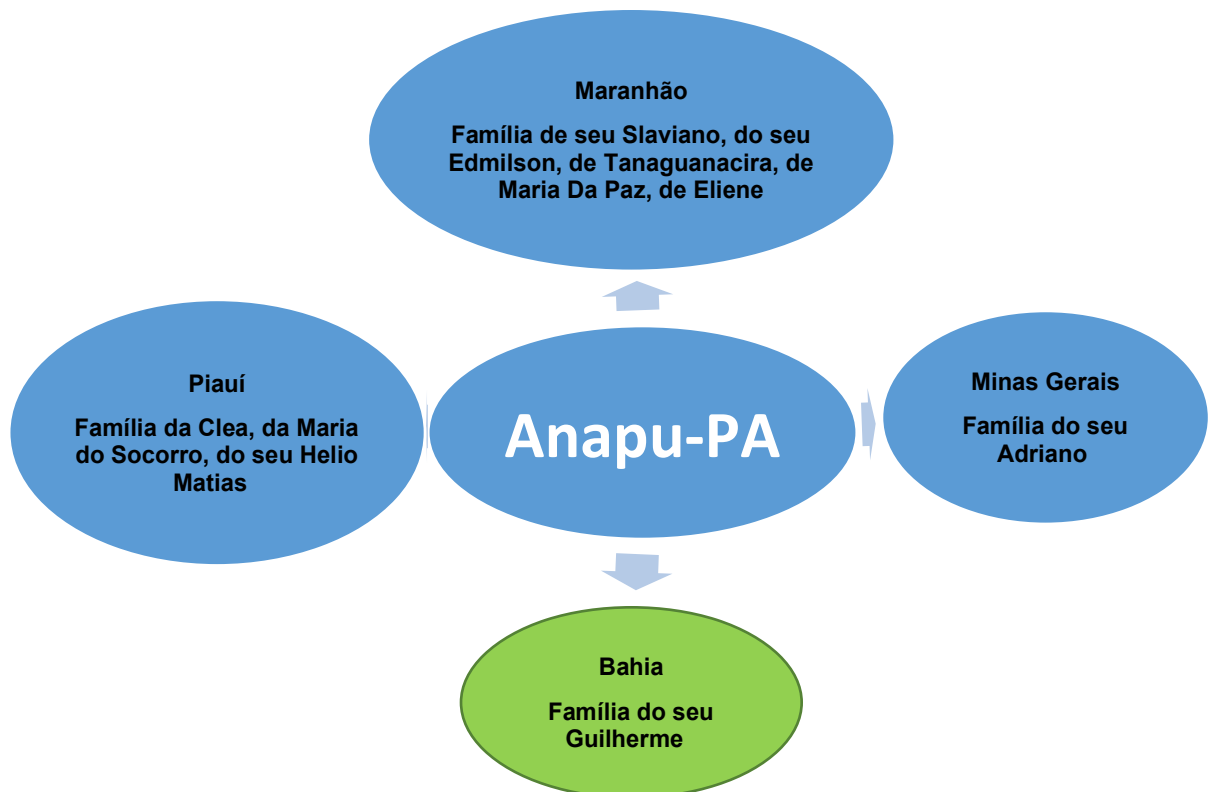
⁹ As entrevistas concedidas durante a pesquisa campo serão citadas ao longo da análise com seu primeiro nome e o sobrenome, bem como indicando o ano e localidade onde foi realizada em 2019.

A construção de um ideário positivo através da propaganda em jornais, rádios e televisão consistia em retirar a população miserável da situação de penúria sob a promessa de uma vida farta e digna em torno da Rodovia Transamazônica. Esses fatores se tornaram decisivos para que famílias migrassem para a Amazônia em busca de um recomeço, de uma vida melhor, ou mesmo em busca de uma “terra prometida”, visão que se fortalecia no imaginário nacional. Embaladas por essa imagem, partiram praticamente de todos os lugares do país rumo à terra prometida nas propagandas do governo. Como bem ressalta Souza (2006):

Nos anos de 1970, Amazônia mais do que nunca é uma terra de brasileiros. Eles vêm de toda parte, em busca de terra, de emprego, de oportunidades nas novas e antigas cidades. Vem enfim, em busca de algo que seus lugares de origem ou de procedência já não são capazes de oferecer. (SOUZA, 2006, p. 31).

Tomando a ideia de Souza (2006), podemos ver esse processo nos relatos dos entrevistados, nos quais aparecem o motivo ou mesmo os principais motivos que os impulsionaram a conhecer e desbravar novas localidades. Nesse deslocamento, encontravam-se famílias oriundas de diversas partes do país (Figura 3), compondo um mosaico de cultura e de costumes.

Figura 3 - Estado de origem das famílias



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo (2021).

Na Figura 3, observa-se o local de origem dos entrevistados, predominando o Maranhão, nos levando a supor, ou a acreditar, que isso está relacionado com a proximidade desse estado com a localidade para onde as famílias migraram, além de possuírem costumes e uma cultura mais próximos da paraense, o que lhes possibilitaria melhor adaptação. Todavia, também se ressalta que não seria apenas isso, pois o estado do Maranhão passou por grandes conflitos pela posse da terra, principalmente na região de predomínio do extrativismo do babaçu, uma vez que as áreas de extração de coco também foram expropriadas por fazendeiros para implantar a pecuária. Como consequência, muitas famílias fugiram desses conflitos, procurando guarida em outras regiões, diversas delas convergindo para Anapu. Outro fato que nos chama a atenção é a pouca identificação das pessoas com o lugar no que tange aos costumes. Na localidade onde realizamos as entrevistas, é mais fácil encontrarmos famílias de fora do estado do que propriamente paraenses de nascimento, como se diz. Percebemos, no momento das entrevistas, a ocorrência de sotaques e características que não lembram uma expressão de formação paraense – a exemplo de sotaque e expressões ordinárias adotadas no cotidiano.

Há, nesse mosaico, variedade de costumes e falas, como *uai*, característico de Minas Gerais, *gury*, termo muito usado no Rio Grande do Sul. Por outro lado, percebemos uma dada “fala mansa”, uma das características de quem é originário da Bahia. Desse modo, tem-se uma espécie de mescla relativa a pessoas e culturas que migraram para a localidade. Contudo, de um modo geral, não podemos negar que os imigrantes do Nordeste e, em menor grau, de outras regiões do país, são os que foram amplamente encorajados pelo governo federal a se deslocarem para a Amazônia a partir da instalação da ditadura civil militar de 1964, seguindo-se pelas décadas de 1970 em diante, o que gerou profundas transformações, impactando em suas vidas e na vida das populações locais. Isso se deu tanto pelas trocas e compartilhamento de culturas quanto pela disputa por territórios já ocupados, mas de todo ignorados pelo governo e seus técnicos planejadores e executores daquela política.

Em meio a diversos relatos, começamos o mergulho nas lembranças de Dona Maria do Socorro, que narra nos mínimos detalhes como ocorreu a chegada da sua família e os meios que motivaram seus integrantes a migrar e se estabelecer na região. Sem dúvida, a falta de terra para trabalhar, aliada à forte propaganda do

governo federal, fez com que dezenas de pessoas migrassem a partir dos anos de 1970 em diante para a localidade de Anapu.

O que se pode notar nas narrativas dos sujeitos entrevistados é que eles tinham como referência apenas a possibilidade da terra e um imaginário de muitas riquezas. Entretanto, a realidade vivenciada por aquela gente era muito diferente do que se prometia nas propagandas oficiais do governo. Vejamos como ela se expressa, contando a saga de sua família para chegar em Anapu.

Meu avô veio primeiro em 1966 lá do Maranhão. Só veio ele e meu pai. Meu vô contava que lá onde moravam a família passava por dificuldades, difícil para plantar, meu vô e minha vó com muitos filhos, só não passavam fome porque ainda tinha umas coisinhas plantadas. Então ouviu falar que aqui para essas bandas tava dando terra. Ai ele chamou um irmão pra vim junto, mas não quis, então trouxe meu pai, ele vieram de pau de arara, a senhora já ouviu falar? Sai de lá da nossa terra carona de carroça, na cidade pegou este pau de arara e chegou até capital. Foi na rodoviária se informou se tinha algum transportes pra lá. Ele contava que nem sabia onde ficava esse lugar, mas durante a viagem encontravam outros que vinha também pra cá e rumaram na direção. Tudo de pau de arara, demoraram semanas pra chegar aqui. Se ele tivesse aqui ele contaria com detalhes como foi, a demora, mas até onde me lembro durante as conversas, quando chegavam aqui e viam que era só mato, tinha apenas umas vilas, muitos davam meia volta e rumaram para suas cidades. Tinha que ter coragem pra ficar, a dificuldade de sair de um lugar pro outro, era longe, sem ruas, só caminhos no meio do nada, os picos, sabe [...]. (SOCORRO; MARIA DO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Dona Maria do Socorro tece, a partir das suas memórias, a história da luta de seus antepassados – seu avô e seu pai – para assegurar uma vida digna à família. Nessa história, a narradora apresenta o processo de mudança do Maranhão, detalhando a situação em que se encontravam. Inicialmente, seu avô, ao receber a negativa do irmão quanto a mudar-se para o Pará, apela ao filho para saírem em busca de uma terra, incerta, que acolhesse a família numerosa que passava necessidades, ou seja, não havia o básico essencial à sobrevivência.

É possível entender que esse processo acontece baseado em um “**ouviu falar**”, nos remetendo à ideia de não haver certeza da conquista de um pedaço de chão para plantar e fixar moradia na região Amazônica. Tal era a intenção de sair, de construir, mudar, de conquistar, que fatores como deslocamento não foram considerados para a viagem. O meio escolhido não fugiu daquele utilizado normalmente no dia a dia na localidade onde residiam – o “pau de arara”, o que nos reporta a uma realidade de transportes poucos confortáveis e sem nenhuma

estrutura, mas bastante utilizados nas regiões Norte e Nordeste, principalmente pelas camadas economicamente mais vulneráveis.

A respeito dessa condição de transportes, o próprio presidente da República à época, Luís Inácio Lula da Silva, mencionava, em seus discursos, que havia saído do Nordeste para São Paulo quando criança, junto com sua mãe e irmãos, num pau de arara. Cabe lembrar que, nas décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, o transporte a que Dona Socorro se refere foi bastante popular no Brasil, por oportunizar o transporte coletivo, principalmente em estados do Norte e Nordeste. Guardadas as devidas proporções, esse meio ainda opera em alguns grotões deste imenso país. A terrível viagem, feita por muitas pessoas, demorava de 15 a 20 dias, em situação precária de acomodação, ou seja, em um espaço onde caberiam, no máximo, 20 pessoas, acomodavam-se 30 ou 40 indivíduos, incluindo mulheres e crianças.

A certa altura do relato, Dona Maria do Socorro, talvez percebendo que o pau de arara não é mais usado como antigamente, me provoca, perguntando – “Senhora conhece”? Isso me remete à possibilidade de interpretar que, na imaginação da narradora, a viagem naquelas condições pouco dignas era tão insólita, que, talvez, as gerações atuais nem conhecem algo tão indigno de ser tomado como possibilidade de transporte a humanos.

Em Anapu, as inúmeras dificuldades que passaram para chegar à localidade encontraram refúgio em outras pessoas, que, assim como eles, largaram suas casas e famílias e “**rumaram**” para outro lugar, a fim de mudar a vida que levavam, buscando não só terra, mas, certamente, riqueza. Contudo, nesse processo, nem todos tiveram a força e a perseverança para permanecer no lugar, como bem expressa Dona Socorro, mesmo tendo enfrentado o duro percurso para chegar à localidade almejada. Alguns chegaram e logo partiram, pois descobriram, de imediato, que não havia infraestrutura, que a mata, a floresta, era a dona do espaço. Diante disso, muitos indivíduos não se consideraram aptos a enfrentar os desafios daquele novo e desconhecido lugar.

Ele contava que nem sabia onde ficava esse lugar, mas durante a viagem encontravam outros que vinha também pra cá e rumaram na direção. Tudo de pau de arara, demoraram semanas pra chegar aqui. Se ele tivesse aqui ele contaria com detalhes como foi, a demora, mas até onde me lembro durante as conversas, quando chegavam aqui e viam que era só mato, tinha apenas umas vilas, muitos davam meia volta e rumaram para suas cidades. Tinha que ter coragem pra ficar, a dificuldade de sair de um lugar pro outro, era longe sem ruas, só caminhos no meio do nada, os picos, sabe. (SOCORRO, MARIA DO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

O desconhecimento não era somente das famílias que se aventuraram, mas de um país que olhava para os estados situados na Amazônia Legal como um lugar no qual predominavam as florestas e os animais, chegando-se, muitas vezes, a fantasiar inúmeros eventos que beiravam o impossível. O mito da região inabitada impediu, de certa maneira, que os habitantes locais fossem vistos como parte do país, como os indígenas e caboclos que, antes mesmo de se pensar no povoamento da região, já faziam da localidade sua morada. Cabe ressaltar, porém, que as visões fantasiosas não desmotivaram os pais da entrevistada e, esta, ao lembrar, busca no seu mais profundo interior um motivo maior para terem percorrido o trajeto até Anapu:

A família veio porque no lugar que a gente morava, segundo meus pais era bem mais difícil do que aqui. Lá morávamos longe, não tinha onde plantar e eles tinham muita vontade de botar a gente pra estudar porque lá era muito difícil, não tinha escola nos interior do Maranhão, muito bastante difícil, ele (pai) não estudou, teve que trabalhar na roça sempre, não queria isso pro seus filhos. Ele queria uma terra [...] então ele veio com a gente em 1971, com seis filhos, eu tinha oito anos. Ficamos porque meu pai era teimoso, queria um pedaço de chão, pela minha mãe, íamos pro nosso lugar (PAZ, MARIA DA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Há, nessa fala, dois momentos, um que envolve a pobreza como propulsora à migração e outro relacionado à educação. São dois fatores fortes que determinaram a tomada de decisão das pessoas para migrarem e se tornarem desbravadoras do lugar para nele assentarem suas famílias. O primeiro relaciona-se com as condições de vida no lugar onde residiam, afinal, são originários de uma cidade do interior do Maranhão, onde as condições certamente beiravam à pobreza extrema, com bem se observa na maioria dos relatos sobre aquela época. Outro momento que se destaca nas entrevistas relaciona-se com o processo educativo, que será tema frequente em outras entrevistas e se configura como um dos argumentos capazes de justificar a tomada de decisão no âmbito das estratégias de mudança e sobrevivência.

Um dos fatores que chama a atenção nas falas das duas entrevistadas é a ênfase à dificuldade de locomoção de quem chegou quando tudo estava iniciando, portanto, relacionando-se diretamente ao processo de abertura da principal rodovia da região, a Transamazônica. Nos seus relatos, os entrevistados destacam que, em alguns locais, havia apenas os “PIC” (caminhos abertos no meio da florestas), por onde as pessoas que chegavam transitavam floresta adentro para chegar aos vilarejos ou mesmo às comunidades, demonstrando que, para obter acesso à terra,

aos lotes, era necessário, antes de tudo, abrir, rasgar o manto verde que a floresta formava. Ressaltam as entrevistadas:

Quando a gente chegou aqui era bastante difícil a locomoção professora, não tinha nada, tinha uns lugarzinho ali outra bem longe, umas famílias. Pra gente ir a qualquer lugar era uma dificuldade. Ainda meus pais para chegar a Altamira enfrentariam bastante dificuldade, que eles iam a pé até um certo ponto, até Belo Monte às vezes. A estrada era muito ruim, poeiral, muitos locais era apenas pic. Quando chegavam a Belo Monte aí eles conseguiam transportes, às vezes pagavam, outras iam de carona até a cidade. Aí eles faziam as coisas que tinham que fazer e vinham (PAZ, MARIA DA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Quando chegavam aqui e viam que era só mato, tinha apenas umas vilas, muitos davam meia volta e rumaram para suas cidades. Tinha que ter coragem pra ficar, a dificuldade de sair de um lugar pro outro, era longe, sem ruas, só caminhos no meio do nada, os picos, sabe [...] (SOCORRO, MARIA DO, ANAPU, 2019-Entrevista Citada).

Podemos observar, tanto na fala de dona Maria da Paz quanto na fala de dona Maria do Socorro, como se dava a locomoção. Uma ressalta que havia apenas o “Pique”, a outra lembra do pique, mas também da estrada ruim, e que somente na Vila de Belo Monte era possível encontrar um meio de transporte. As entrevistadas revelam que os olhares sobre a chegada podem variar, mas a dificuldades pelas quais passaram são similares, o que representa um ponto em comum nas memórias dos sujeitos que residem na localidade há mais de 20 anos. Não podemos mensurar o grau de dificuldade enfrentado individualmente, mas se pode identificar que a locomoção era um ponto crucial, pois não havia meios de transporte adequados para realizarem atividades no centros urbanos, nos lembrando que dependiam da boa vontade das caronas ou empreenderem longas caminhadas, afinal, as estradas hoje existentes não passavam de meros caminhos ou piques abertos no meio da mata.

Nas suas lembranças, o medo do desconhecido não foi maior do que a esperança em encontrar um lugar que proporcionasse o mínimo de subsistência para a família. A investida no desconhecido sempre é uma decisão do patriarca da família, ou seja, as mudanças ocorreram em função de maridos ou avôs que insistiram em deixar suas terras de origem a fim de crescer financeiramente, auxiliando, assim, na criação dos filhos e contribuindo para aumentar o patrimônio da família. A Esperança foi o pilar no qual essas mulheres se agarraram para enfrentar, junto com seus maridos, os momentos cruciais da longa jornada.

No entendimento de dona Maria da Paz:

A família veio porque no lugar que a gente morava meus pais contavam que era bem mais difícil do que aqui. Lá morávamos longe, não tinha onde plantar e eles tinham muita vontade de botar a gente pra estudar, porque lá era muito difícil, não tinha escola no interior do Maranhão, muito bastante difícil, ele (pai) não estudou, teve que trabalhar na roça sempre, não queria isso nós os filhos. [...] então ele veio com a gente em 1971, com seis filhos, eu tinha oito anos. Ficamos porque meu pai era teimoso, queria um pedaço de chão, pela minha mãe, íamos pro nosso lugar. (PAZ, MARIA DA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

O desejo de um futuro melhor e de uma vida menos sofrida fica evidenciado nas palavras de dona Maria da Paz: “[...] *lá morávamos longe, não tinha onde plantar e eles tinham muita vontade de botar a gente pra estudar porque lá era muito difícil, não tinha escola no interior do Maranhão, não tinha trabalho*”. O “lá”, nesse contexto, refere-se a uma cidade no interior do Maranhão, que também carrega consigo as memórias de um tempo em que as dificuldades eram maiores do que enfrentar o desconhecido de uma outra localidade. A pobreza foi o cerne das decisões e um aspecto constante das realidades das famílias que partiram de suas cidades natais para um outro estado em busca de oportunidades, de qualidade de vida, promovendo um processo de migração interna de cidades interioranas para as capitais ou para cidades de outros estados. Assim, famílias inteiras se deslocaram dentro da própria região, neste caso, a região Norte.

Autores como Loureiro (2001, 2004), Martins (1996), Marin e Hébette (1982) e Hutienne (2005), ao problematizarem sobre o assunto, destacam que, em um contexto global, todos os movimentos de população são para a sobrevivência, ou seja, a grande maioria da população, das famílias, não se desloca baseada no querer, mas por alguma necessidade de ordem natural, econômica ou social que a impulsiona a migrar em busca de melhores condições de vida. Além disso, os projetos de desenvolvimento econômico também deram impulso ao processo migratório de diversas regiões do país para os estados da região Norte, produzindo mudanças nas formas de ocupação da terra e na relação com a natureza. Consequentemente, houve a inclusão de novos sujeitos coletivos nesse cenário, com suas tradições e práticas culturais. Os vazios não existem, eles estão repletos de seres humanos e não humanos, visíveis e não-visíveis, “gentes” de diferentes formas que habitam, negociam e criam o mundo (SCHWEICKARDT *et al.*, 2017). No caso em questão, os migrantes foram e são peças-chave nesse intenso processo de ocupação da Amazônia.

Relativamente às pessoas que migraram para a região nas décadas de 1970 e 1980, até aquelas que chegaram a menos de uma década em Anapu, todas enxergaram lá uma forma de colocar em prática suas expectativas de vida. As pessoas mais antigas, residentes nas vilas, travessões e assentamentos, contaram com incentivos de ordem política, como é o caso das famílias de seu Salviano, Edmilson, Maria, Hélio, Adriano, Joanira, Mariana, Eliene, Tanaguanacira. Contudo, quem se instalou na região a partir dos anos 2000, fugia da dura realidade apresentada pela seca ou por outros fatores econômicos, sendo este o caso da família da Beatriz e do seu Guilherme, que comprou terras para reconstruir a vida.

Podemos perceber esse processo na fala de alguns entrevistados, que destacam o chamamento do INCRA por meio das propagandas veiculadas nos diversos meios de comunicação. Ao evocar suas memórias, tanto seu Edmilson quanto Tanaguanacira destacam os métodos utilizados pelo governo para chamar e conclamar a população. Na fala de seu Edmilson, identificamos uma das estratégias utilizadas pelo governo para implementar o processo de povoamento da Amazônia.

Passou helicóptero (helicóptero) jogando papel falando quem tinha muitos filhos podia vim pra essas bandas, queriam acima de 5 filhos. Tudo o governo ajudaria, daria tudo a gente com terra, com alimentos, mas não foi assim, só fomos largados aqui mesmo. (DANTAS, EDMILSON, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Eu pequena meu avô contava que passou um carro anunciando que o INCRA está chamando gente pra vim trabalhar com terra aqui. Meu vô chamou meu pai e veio, antes da gente, minha avó veio depois. Conseguiu um lote grande, podia tirar em qualquer lugar. (SILVA, TANAGUANACIRA ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Em ambas as falas, observa-se o chamado por meio das propagandas amplamente realizadas pelo governo federal da época, que, dispondo de meios para a comunicação em massa, conseguia alcançar famílias, pessoas de diversas partes e cidades do país, principalmente aquelas residentes nos estados do Norte e do Nordeste. Ao lançar mão desse mecanismo, acabou-se por estimular a ocupação da Amazônia baseada na ideia de um espaço vazio a ser incorporado aos demais centros produtivos do país, convencendo os agricultores de áreas empobrecidas a se tornarem colonos nos projetos de colonização desenvolvidos pelo INCRA – o prêmio aos que aceitassem era a possibilidade de explorar as riquezas da Amazônia.

No contexto apresentado, quanto maior a família, mais ampla a possibilidade de aceitar a mudança. E o que parecia tão somente uma mudança, cumpria, no entanto, uma papel maior, que estava ligado à soberania nacional, ainda que isso representasse o avanço na floresta no que tange ao desmatamento.

Corroboram o pensamento das entrevistadas as palavras de Borges (2003, p. 26), para quem as políticas dos governos militares utilizaram o espaço físico da Amazônia com uma finalidade prática, aproveitando a grandeza do território e o baixo índice demográfico, aliando essa nova ocupação à manutenção da segurança – interna e externa. Os militares aproveitavam os aspectos positivos do espaço e neutralizavam os negativos. Nesse processo, é possível afirmar que não houve isonomia quanto à distribuição de terras e nem assistência aos cidadãos nortistas e nordestinos como se deu aos sulistas. Conforme ressaltado por Bringel (2014, p. 18), aos “[...] grupos que migravam da região sul foram destinadas as terras boas e assistência técnica, enquanto que para aquelas oriundas das regiões norte e nordeste foram instaladas nas terras ditas não boas e largadas a própria sorte”, em lugares onde as estradas não passavam de caminhos – picos abertos no meio da floresta.

Ao nos permitimos emergir nessas memórias, sendo elas subjetivas ou coletivas, podemos compreender as mobilidades, as migrações, bem como o abandono do lugar de origem pautado em muitos fatores, dentre eles, a dificuldade de acesso a serviços públicos essenciais, a falta de renda e a precária qualidade de vida. Também nos leva a compreender a importância de buscar melhores condições para responder às necessidades de sua unidade familiar. Ainda que pareça pouco relevante, o peso dessas questões na decisão de seguir para outra região, e a grande propaganda feita pelo governo, foi preponderante. Há, ainda, nesse contexto das entrevistas, uma ideia de onde partiram os pais, avós e tios que darão origem aos lotes, alqueiro das famílias que, posteriormente, se tornariam os municípios hoje conhecidos na região.

Aqui estrada Amazônica, aqui era tudo mata minha filha lá perto do 80, nos fez o seguinte, nós somos do Piauí, depois fomos para Recife, em Recife nos ficamos uma temporada boa. O pai passou 90 dias caçando emprego, com 5 dias que ele tenha arrumado um emprego de vigia no banco passou um carro anunciando o INCRA tava precisando de umas família, quem tinha filhos, também só tava pegando quem tinha bastante, se tivesse 1 filho ou 2 ele não queria, mas se tivesse de 5 pra frente já servia. Ai o INCRA foi lá e o meu pai saiu do emprego, com 5 dia que tinha arrumado emprego de vigia ai saiu, com essa arrumação esse cabra passo, meu pai endoido dizendo

“eu pra lá, vou, lá no Pará que bom pra cabra cria família, vou pra lá, pra região do Pará” o cabra do INCRA disse “quem vai pro Pará vai passar muita dificuldade, só que vai passar umas dificuldade no mesmo tempo vai se torna fácil porque lá tem manutenção ninguém se preocupe com despesas, não se preocupe com medicamento, o avião vai levar os coloin, não era agricultor que falava era coloin, o que aconteceu o avião veio de Recife pra cá, pra Belém [...]. (DANTAS, EDMILSON, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Nesse relato, há não somente os motivos, mas também os meios de comunicação pelos quais muitos foram contatados, nos lembrando que a ideia de povoamento era vista sob a ótica da quantidade de filhos necessários para que as famílias pudessem fazer parte do programa. Se a ideia era povoar, nada mais certo que se focasse em famílias numerosas, afinal, com muitas “bocas” para alimentar, tornava-se mais fácil o processo convencimento “[...] *quem vai pro Pará vai passar muita dificuldade, só que vai passar umas dificuldades no mesmo tempo vai se torna fácil porque lá tem manutenção, ninguém se preocupe com despesas, não se preocupe com medicamento*”. (EDMILSON, ANAPU, 2019). Sob essa ideia, era mais fácil acreditar que as dificuldades seriam por pouco tempo e que, logo, as famílias conseguiriam se estabilizar. Motivados por esse pensamento, se deslocaram para Anapu não apenas seu Edmilson, mas muitos outros brasileiros iludidos em busca da terra prometida. Não podemos mensurar ou comprovar tais falas, mas é uma memória presente de quem viveu ou conhece alguém que passou por situação parecida. É um relato singular e, da forma como relatado, pertence à sua história, às suas memórias, dessa maneira, assim como qualquer fato histórico, tem seu valor.

Durante todo o momento dessa fala percebemos que a simplicidade do povo do campo esteve sempre contra eles, pois a ilusão de conhecer um carro, um barco, andar de helicóptero lhes saltou aos olhos e lhes fez acreditar que no futuro próximo poderiam adquirir coisas materiais como aquelas, portanto, os esforços eram válidos.

Não nem sabia o que que era carro na vida, ninguém sabia o que que era carro na vida de jeito nenhum, o que foi que aconteceu nos fumo pra Belém, de Belém pra cá já viemos de barco por água, que ninguém sabia o que que era isso também não, lá que a gente foi ver isso ai, aqueles barcão grande carregando o povo ‘pra onde é que vai? Pra Altamira!’

[Nem sabia o que era?]. Mar menino o que que isso Altamira? Pronto, nós vamos morrer todo mundo nessa Altamira. Que lá era o fim do mundo, ninguém conhecia nada na vida, o que foi que aconteceu nós viemos de barco por água, passou uns 15 dia ao mais andando por água, só que não faltava nada, tinha de tudo, rapadura aqui o povo olha é uma isca, rapadura naquela época era de quilo, 2 quilo, 3 quilo se tratava era prato “quantos

prato de rapadura tu qué?” 1 prato pra lá, pode botá na balança que dá 2 quilo de qualquer coisa, pra lá pra nossa região, pra aqui não, é na balancinha, ainda rouba ainda de tu e ainda coloca em outra balança certa. (DANTAS, EDMILSON, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

O que se nota nessa narrativa é o longo caminho percorrido e as promessas feitas. Assim como seu Edmilson, muitos outros foram convencidos por uma propaganda imaginária, que somente descobririam não ser real ao chegarem nos centros dos núcleos dos projetos, o lugar exato onde seriam deixados, momento em que perceberam que as estradas no meio da floresta ainda estavam por ser abertas, que construiriam os lotes do zero, ou seja, o que encontraram era uma imensidão de floresta e muitas possibilidades.

Nessa memória, evidencia-se, ainda, a precariedade do sistema de transporte da época, quando sobreviver passava também por aceitar , mesmo que não fossem adequados, assim, a viagem até o destino acabava por ser penosa, por meio de diversos meios de transporte que demoravam dias e/ou mesmo semanas. Essa memória também ressalta a cultura do entrevistado ao lembrar o tipo de alimentação, “a rapadura”, característica da região Nordeste. Ao estabelecer a comparação com os dias atuais, saudosamente retorna à fartura dela, na época em que se locomovia nas águas paraenses para chegar a Anapu-PA. É uma cultura muito presente e marcante essa que percebemos na fala sob o impacto de uma emoção latente.

Outra questão importante nesse relato do seu Edmilson é a ingenuidade do homem do campo daquela época, ao demonstrar que, apesar do desconhecimento do lugar e dos meios de transporte que os conduziram, ainda assim, depositou sua total confiança: “[...] *mar, menino, o que que é isso, Altamira? Pronto nós vamos morrer tudo mundo nessa Altamira, que lá era o fim do mundo, ninguém conhecia nada na vida*”. (EDMILSON, ANAPU, 2019). Confiança e coragem são fatores essenciais para os que residem e sobrevivem do campo, por isso não duvidaram ou questionaram as promessas que lhes foram feitas para os convencer a migrar e povoar a região Amazônica.

4.2 AS MAZELAS DA FLORESTA - DOENÇAS

O processo de fixação das famílias que migraram não só contou com as dificuldades relacionadas à locomoção e à terra, mas também com questões

relacionadas à saúde, como as doenças típicas da região e de outras mazelas relacionadas ao contexto da floresta. Em suas memórias, os entrevistados evocam as lembranças de momentos em que foram afetados por doenças até então desconhecidas por eles, ressaltando o sofrimento em lidar com as enfermidades típicas da região ou com as mazelas da floresta. Nos acampamentos improvisados, eram obrigados a lidar com esses problemas com escassos recursos medicamentosos, buscando, muitas vezes, auxílio em remédios alternativos ou mesmo nos recursos que a floresta fornecia.

Cabe lembrar que não é de hoje que os conhecimentos dos povos antigos substituem os remédios convencionais, à medida que o conhecimento medicinal dos povos que habitam a floresta é amplo e eficaz, pois quem lida no dia a dia com ela, consegue extrair benefícios que garantem a vida.

Nós viemos pra cá em 70 na época, o acampamento nosso era ali na atual vila 18 perto de Altamira, 18km da vila pra chegar em Altamira, fiquemos doente e o hospital de Altamira era coberto de paia de coco, a cama dos paciente quando chegava doente era forrada de paia de banana tala de coco, o paciente que tivesse mal ia pra aquela cama ali; era muito gente doente de febre da malária [...]. Outros tiveram problema por causa de picadas de cobra. Ah! dona, a senhora não imagina quanta coisa ruim eu vi e vivi nessas bandas. (DANTAS, EDMILSON, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

O hospital era só em Altamira, então a gente usava o que aprendia, os remédios ensinados pelos antigos, por conhecido. Era plantas que lá pra nós não existia, mas ajudava, curava. (DANTAS, ELISABETH, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Meu pai, quando veio com meu avô, tinha um barracão aqui, minha mãe cuidou de muita gente doente, largado nas redes, vinham trabalhar, mas acabavam pegando tudo, picada de bicho. Minha mãe cuidou de tanta gente que o barracão era cheio, não tinha médico, não tinha ajuda. Cuidava com o quê? cuidava com as coisas da floresta, chá, plantas. (SILVA, ELIENE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Nas narrativas acima transcritas, observamos a situação referente ao acesso à saúde, sendo evidente que fatores como a distância e a dificuldade na locomoção contribuía para que outros meios de tratamento fossem utilizados, meios esses repassados por moradores da floresta que dominavam segredos medicinais poucos conhecidos e utilizados pela medicina convencional. Basta lembrar que no período em que as estradas estavam sendo abertas, os vilarejos eram distantes uns dos outros, logo, os migrantes só poderiam contar com os ensinamentos dos antigos,

dos mais velhos, e mesmo que não acreditassem, era mais fácil arriscar a vida com uma chance de cura do que aguardar socorro e morrer.

Lembro daquele se ficava muito doente levava pra Altamira, o hospital era longe, se chegasse vivo era sorte, tinha chance, mas era mais fácil tentar ficar aqui, sem transportes, como ia chegar? Aqui nós somos os primeiros, abrimos pic, não tinha cidade, uma casa aqui outra ali, tinha que passar por dentro rio, com doente era mais ruim ainda, você tinha que ajudar a fazer tudo, não tinha remédio, não tinha transportes pra nós. Só tinha nós e Deus, que ajudava. (MARTINS (MATIAS, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Olha, a gente sofria para chegar até o hospital. Não tinha nada aqui. Belo Monte era só uma vila, médico não tinha. Se ficasse doente, tinha de se curar em casa, ou ir pra Altamira, mas a estrada era ruim, tinha de andar dias, se pegasse carona, aí era bom, se não, era mais de semana, você tinha que contar com ajuda, porque o doente ia na rede para andar quilômetros de floresta, com chance de ser pego por bichos como a onça até chegar na estrada principal e tivesse sorte passava um carro, mas se não esperaria ou caminharia até Altamira, era muito difícil, muitos não chegaram lá. (SOCORRO, MARIA DO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Observa-se, nas narrativas acima, uma demonstração das penúrias, do desespero nos momentos em que a vida teve destaque, quando o sistema de saúde existente não oferecia suporte para lidar com as mazelas que afetavam a saúde dos novos moradores. Em algumas situações, era mais fácil se manter no local do que buscar ajuda no hospital de referência para as cidades ao logo da Transamazônica. A palavra-chave, nesse contexto, era escolher entre ficar ou se aventurar na estrada ou em meio às matas em busca de transporte para alcançar um hospital e obter tratamento que garantisse a vida.

Engana-se quem pensa que as dificuldades durante o processo de locomoção estão relacionadas somente à terra e aos transportes. Na realidade, essas pessoas passavam por uma adaptação do corpo ao clima do lugar, algo incomensurável e de muito pouca percepção para os setores que não vivenciaram essa experiência na pele, como foi o caso relatado a seguir:

Aqui tinha muito o mosquito, carapanã, sabe, o corpo ficava todo cheio de bolinhas, as brotoejas. Aí tinha umas plantas que a mulher preparava o banho e dava nas crianças. O que mais tinha de doença era gente com a tal de febre amarela. Só minha menina menor pegou três vez, eu achei que ela não ia viver. (DANTAS, ELISABEHT, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Meu avô pegou malária, meu pai e minha mãe, quando chegaram aqui, cuidaram de muita gente, eles tinham um barracão, quem vinha pra cá sempre parava ali. Muita gente ficou doente, a febre deixava no fundo da rede, tremia, minha mãe cuidava deles, não tinha posto aqui, só em Altamira. A febre amarela matou gente por aqui, não tinha remédio, não tinha médico. (SILVA, ELIENE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

As dificuldades diariamente assombravam os moradores das comunidades e vilarejos instalados ao longo da rodovia. Mesmo anos após a intensa migração e abertura da Transamazônica, muita coisa parecia não se encaixar às expectativas criadas pelas pessoas que se deslocaram para a região. A ausência de assistência médica e a distância de centros urbanos com atendimento hospitalar especializado levou homens e mulheres a lidar com as mazelas da floresta sozinhos ou mesmo com o mínimo de recursos, na maioria das vezes torcendo para que o organismo ganhasse resistência à doença. A solidariedade e a compaixão foram os mecanismos que possibilitaram a muitos os cuidados necessários, pois quem migrava encontrava com um desconhecido a ajuda necessária para sua sobrevivência. No meio do nada, da floresta, a união e o compartilhamento de conhecimentos e saberes se tornou essencial para a sobrevivência individual e do grupo.

Olha de Anapu para Altamira era uma semana, era uma tristeza, hoje está uma benção, antes era horrível, eu tirei 2 semanas pra Tucuruí, o carro atolava, era horrível, passava sede, fome e tinha tomar água da poça no meio na estrada. Eu sou o primeiro morador daqui dessa vicinal; [...]. Não tinha rede, não ia pro chão não porque tinha rede. Então era um barracão grande que hoje em dia está o SESC de Altamira, que o SESC mais antigo, ali era coberto de paia de cocó na era de 70 e quando adoecia um dentro mato, o alicoptozinho do INCRA que vinha buscá. Você gastava 8 a 15 dia pra chega no acampamento, ai chegava lá o chefe do INCRA perguntava seu nome. Naquela época era muito sofrido aqui (DANTAS, EDMILSON, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Nesse relato, um dos entrevistados revela o processo penoso para se chegar ao que chama de acampamento. Nos lembra que a viagem durava semanas, além disso, muitas vezes, os que estavam acampados e adoeciam, somente poderiam se locomover através dos transportes oferecidos pelo órgão gestor ou se submeter a longas e penosas caminhadas. Quando se locomoviam pelas estradas, se deparavam com situações que beiram o tratamento nada humanizado. Era um época difícil, em uma localidade pouco desenvolvida, mas seu Edmilson busca, em suas memórias, num passeio longínquo, detalhes precisos do barracão onde eram tratados os doentes, cuja estrutura oferecida estava bem distante de ser um hospital. Ainda é possível perceber o passado e o presente nessa memória, lembrando que onde um dia foi um barracão coberto de palha de coco, hoje há outra estrutura, com outro viés – o SESC. Não passa despercebida a fala final, “era muito sofrido aqui”, na qual essa memória conta de forma suave e, com leveza, guarda no seu interior

as marcas do sofrimento de uma época cuja única saída era sobreviver ou sobreviver. São momentos como esses que fazem de seu Edmilson um homem singular, com histórias memoráveis, mas narradas como uma aventura de um grande herói, que demonstra os lados positivos e negativos da época com a sabedoria de quem utilizou as dificuldades como ferramentas para suportar os desafios.

Nessas memórias, os fatos históricos são narrados com uma realidade aguçada e uma pitada dos grandes feitos, para que os momentos mais tenebrosos sejam superados sem que as marcas fiquem latentes em seus rostos já marcados pelo tempo de quem viveu uma aventura selvagem.

4.3 OUTRAS HISTÓRIAS

As narrativas dos entrevistados revelam histórias que dimensionam a grandeza da floresta e de seus habitantes e isso, no meu entender, aponta para uma outra relação dos humanos com a natureza. Os grandes feitos, tomados aqui como as histórias contadas – que diante da razão circunscrita em outras culturas poderia ser considerada fora do mundo real –, expressam momentos em que há um profundo respeito pelo lugar, pelo fato de as pessoas saberem que a floresta era o espaço de domínio de seres poderosos, talvez, poderíamos até tomá-los como divindades.

Os seres a que me refiro são habitantes que assumem, em muitas circunstâncias, papéis míticos devido à função que exercem naqueles habitats. Isso se explica porque, antes da chegada do homem, esses seres já habitavam o lugar. Assim, aqueles espaços, na realidade, eram como que um santuário de vida, de renovação das espécies, tornando-se, os seres que ali viviam, divindades que habitam o imaginário dos povos da floresta. Mas, para as pessoas que chegam de fora, se constituem pesadelo em razão da magnitude do poder e da ameaça que exercem sobre as fragilidades de quem não conhece os segredos das matas.

O imaginário é uma parte importante das histórias de vida das pessoas que migraram, ele está imbuído de um mistério, encontra-se nas lembranças dos momentos vivenciados que beiram o inacreditável. Isso também se faz presente no cotidiano dessas pessoas e se torna ainda mais forte quando lidamos com as

questões relacionadas ao medo que os humanos sentem dos animais, conforme podemos acompanhar nos relatos seguintes:

Tinha medo de sofrer ataques e bicho, aqui era só mata, só tinha os pique. Tinha bichos, tinha histórias de gente que sumia na mata, tinha história de bicho que comia gente, e tinha mesmo, as onças! (SANTOS, TANAGUANACIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Ali, km 70, tinha um conhecido que foi comido pela onça. Tem muitos casos desse por aqui. Quem chegou logo no início conhece algum. Hoje não vê muito, mas antes entrava na mata, topava com a bicha! (SENA, HELIO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Minha filha quase foi comida por uma onça que rondava nossa casa. Sabe, não era casa assim, era de só uma lona, no meio da floresta, ainda não tinha aberto a roça. Deixamos ela sozinha e fomo fazer a roça, quando voltamos, vimos ela, lá rodeando a lona, nós afugentamos ela (DANTAS, ELISABETH, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Aquilo que sugere ser obra do imaginário presente na mente das pessoas, quando prestamos atenção nessas falas, entendemos que se confunde entre o que é real e o que seria fantasia despertada pelo temor que os segredos da floresta causavam na vida dos indivíduos quando se deslocavam nos seus afazeres diários na região, tendo que enfrentar as matas. Tais fatores podem ser associados às histórias contadas ou mesmo aos mitos que se criaram em torno da região pelos primeiros moradores.

É importante destacar que esses casos são parte da cultura local, na medida em que estão presentes no cotidiano. Na grande maioria, inicia-se com um relato, outro tema, geralmente a partir de uma pergunta para entender os motivos que levaram as pessoas àquele lugar. Aos poucos, no entanto, a pessoa, em sua resposta, vai modificando a narrativa. Quando menos esperamos, ela já está contando uma história de arrepiar, e por vezes até se emociona ao recordar como ela ou um membro da família escapou da morte iminente sob as garras de uma fera. Desse modo, creio eu, ao contar e recontar, os casos vão se solidificando e se constituindo como parte da história de vida das pessoas e da comunidade local. Há, então, uma construção social dos eventos narrados que são extremamente ricos, contados e recontados sob diversos olhares, nos ajudando a conhecer a história do lugar. A narrativa subjetiva dos conteúdos apresentados por esses sujeitos ocorre compartilhada socialmente e nos permite compreender como esses espaços foram elaborados, comportando os tempos diferentes, como o da vivência e o da narrativa.

Ao dizer “*minha filha mais velha quase foi comida por uma onça*”; “*Ali, km 70, tinha um conhecido que foi comido pela onça*”, carrega-se um sentimento de medo e de respeito pelo animal, pela floresta e por toda a forma de vida que interage nesse território demarcado como sendo floresta, que contém uma miríade de seres visíveis e não-visíveis. O importante diante de todos os eventos narrados, consiste na significação das memórias que, juntas, formam um mosaico de experiências, tomando como cenário a floresta. Ao recordar, as pessoas retornam a um tempo que, mesmo interpretado como difícil, lhes permitiu criar, acredito que se possa falar assim, uma espécie de acervo de lembranças únicas, pois cada indivíduo, pela força da subjetividade, absorve o vivido de uma maneira singular, que só tem aquele significado para si.

Nesse caso, não estamos falando apenas de uma narrativa, ou seja, nos referimos, também, aos desafios relativos à sobrevivência diante do novo e desconhecido lugar.

Tinha local aqui, que quando a gente chegou, só ia de dia. À noite não, ninguém ia, não tinha coragem. Do outro lado do rio, medo de ser comido por cobras. Diziam que acontecia coisas, as pessoas sumiam. (MARTINS, MATIAS, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Não se mexe com a floresta, com os bichos - tem que respeitar. Quem não fazia, sofria. Tudo tá no lugar que tinha que tá. Tem coisa que acontece na floresta, tem gente que não acredita, tem que respeitar. (CARVALHO, JOANIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Em ambas as falas, há uma riqueza no que diz respeito ao poder atribuído à floresta. Respeito esse que permitiu a sobrevivência, bem como a formação das comunidades e, posteriormente, dos municípios. O respeito aos casos locais possibilitou, ao longo das décadas, a preservação da fauna, da flora, da área verde e dos mananciais. A origem desses relatos não é conhecida. Talvez poucos moradores saibam dizer de onde se originaram, suas lembranças são, na verdade, versões que, com o passar do tempo, ganham novos personagens, novas roupagens, e terminam por cumprir um papel importante, preservar a vida animal e da floresta.

Uma das moradoras mais antigas da região, por sua vez, discute sobre suas andanças na mata, criando, no seu imaginário, o que seriam os sons da floresta. “*Não tinha estrada, era só caminho, pique. Ia eu, mas meu marido, quando a gente ouviu aquele barulhão, a gente no meio do mato, vinha correndo ligeiro. Eu passei a*

mão nele, rumamos, no pé, parecia que aquilo ia pegar a gente. Aí ouvimos barulhão, parecia um rangido, não lembro bem como, mas a gente deu no pé”. (DANTAS, ELISABETH, ANAPU, 2019 – Entrevista Citada).

São esses momentos que fazem da experiência de cada sujeito um momento único, ainda que esteja no mesmo ambiente, no mesmo local, as percepções são diferentes, são sentidas de forma única. A floresta, a localidade, causam em cada um, ao mesmo tempo, medo e fascínio e foi isso que os impulsionou a continuar e a fixar lugar. A construção, nesse caso, é subjetiva, ou seja, os critérios que utilizaram para permanecer partem do íntimo de cada um.

Ao questionamos se mesmo com tantas dificuldades e medos não pensaram em voltar, são taxativos em dizer que *“era o lugar deles, aqui”*, nesse aqui, há oportunidades, e mesmo a saudade existindo, viam a chance de uma vida melhor.

4.4 O MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

4.4.1 O INCRA e seus impactos na vida das pessoas

A permanência de uma família em uma localidade, comunidade, município, depende de muitos fatores, como terra, assistência técnica dos órgãos governamentais, das leis, dentre outros aspectos menos visíveis ou que sejam objeto da atenção das autoridades, de técnicos ou das pessoas de um modo geral. Nesse caso, um órgão decisivo para as famílias que se deslocaram para a cidade de Anapu foi o INCRA, que, dentro de um plano maior, incentivou, através de programas do governo federal, o deslocamento de famílias para povoar a localidade, conforme propagandeado à época.

A formação dos atuais territórios agrícolas que se constituíram na região Amazônica se deu a partir, principalmente, da abertura incipiente de algumas das rodovias hoje conhecidas, com a chegada de grandes levas de populações oriundas de diversas regiões do país – mas principalmente do Nordeste. Essas populações trouxeram suas características próprias, suas culturas, suas práticas e seus modos de fazer – profissionais ou tradições com que foram iniciadas nas atividades –, suas aspirações, ambições, seus sentidos de crescimento e de melhoria de vida. Isso certamente introduziu novos saberes no trabalho agrícola, mas que caracterizaram e marcaram um intenso e contínuo desmatamento, que, por sua vez, provocou

acentuada destruição da biodiversidade, das riquezas naturais e a deflagração de conflitos na luta pela posse da terra (HÉBETTE, 1996), exatamente a terra considerada como apropriada à agricultura.

Aqui estrada Amazônica, aqui era tudo mata minha filha, lá perto do 80, nós fez o seguinte, nós somos do Piauí, depois fomos para Recife, de Recife nós ficamos uma temporada boa, o pai passou 90 dia caçando emprego, com 5 dia que ele tinha arrumando um emprego de vigia no banco, passou um carro anunciando: o INCRA tava precisando de umas família, quem tinha família. Também, pegava quem tinha filhos, se tivesse 1 fio ou 2 ele não queria, mas se tivesse de 5 pra frente já servia. Aí o INCRA foi lá e o meu pai saiu do emprego, com 5 dia que tinha arrumado emprego de vigia, aí saiu. Com essa arrumação esse cabra passou, meu pai endoidou dizendo 'eu pra lá que vou, pro Pará, lá no Pará que é bom pro cabra criar família, vou pra lá, pra região do Pará. (DANTAS, EDMILSON, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Nesse relato, projeta-se a percepção de seu Edmilson, ao contar a história de como sua família, a partir do sonho de seu pai – de oferecer melhores condições de vida aos filhos –, saiu à procura de oportunidades. Quando havia conseguido um emprego, passado um período de cinco dias, foi tomado por uma decisão repentina de mudar-se para o Pará, por ter ouvido um chamado através de um alto-falante instalado em um carro e que convidava famílias numerosas para morar na Amazônia. A promessa consistia em receber um lote de terra patrocinado pelo Governo Federal, através do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Nas palavras de seu Edmilson, seu pai “endoidou” para mudar-se para o Pará, porque era “bom para criar família”. Observamos que a mensagem era clara quanto à condição para conceder terras – ser família numerosa, casal com muitos filhos. Partindo do entendimento enunciado na mensagem, que priorizava números, presumimos que, para o governo, grandes famílias seriam perigosas para residir nos centros urbanos. Dessa forma, seria necessário isolá-las no interior do país, em lugar remoto, na floresta Amazônica, para dar paz aos cidadãos. Mas existem outros problemas, como bem descreve seu Matias Martins em seu relato, que apareceram quando as pessoas chegaram ao chamado destino:

Logo quando nós chegamos aqui o INCRA pegou um caminhão e botou nós todos dentro com pá, enxada e facão pra ir tirar lote no Anapu. E aí fomos. Chegamos no Anapu de tardezinha, pra chegar lá e tirar a terra. Aí descemos do carro e fomos tirar a terra. Eu tirei um lote desse lado da Transamazônica e o meu amigo tirou desse outro lado. Aí meu amigo não gostou, tirou o dele, mas desistiu, disse que ia voltar. Eu disse, vou ficar, vou ficar aqui. (MARTINS, MATIAS, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

É recorrente, nas narrativas, a referência ao papel desempenhado pelo INCRA nos primeiros anos, abrindo espaço na mata para demarcação dos lotes. Mesmo que com atuações pontuais (quando havia realmente um colono necessitando ajuda), os funcionários desse órgão colaboravam, oferecendo assistência que permitia, aos novos moradores da região, sobreviver. É importante destacar que, em suas memórias, seu Matias nos leva a acreditar na facilidade de chegar no destino e “tirar suas terras”, como se não houvesse a dificuldade de derrubar as árvores centenárias da floresta e a presença de animais perigosos, que, com um pulo, poderiam ceifar a vida de uma pessoa. Trata-se, contudo, de uma memória, e como tal, hoje, talvez seu Matias não se lembre com tanta clareza das dificuldades da época. É mais fácil para ele, quem sabe, narrar de forma heroica aquele momento, enfatizando grandes feitos: distâncias e estradas ruins não parecem ter sido parte daquele momento na vida.

Ainda, é possível perceber, na narrativa, que alguns homens não suportaram as dificuldades e que, mesmo com apoio, ainda que limitado, dos órgãos governamentais, retornaram para sua terra natal, conforme se identifica em um momento de exercício da memória de seu Matias: “[...] *vi homem feito chorar. Um amigo que veio com a gente tirar terra, não quis ficar, tinha tirado um lote grande, mas não quis, dizia que não queria morrer aqui, que era o fim do mundo, que não tinha nada pra ele aqui, ele voltou pra terra dele*”. (MARTINS, MATIAS, Anapu, 2019 – Entrevista citada).

Aos nossos olhos, sob nossos critérios de julgamento ou compreensão das situações, parecem apenas palavras, mas, para seu Matias, representam um momento de dor e sofrimento. Representam também um momento de escolha, de decisão, ainda que depois possam se arrepender e lamentar. Nessa lembrança aparece o sofrimento, o medo daquele lugar distante que, conforme interpreta, não tinha nada para ele, que representava “o fim do mundo”. Assim como seu amigo, seu Matias também poderia adotar a mesma atitude, porém, optou por permanecer em Anapu e cuidar do lote. Esse sentimento faz parte da vida de muitas pessoas que sobreviveram às agruras do desconhecido por terem enfrentado a floresta.

Diferentemente de outrora, dos anos de 1970 e 1980, quando o uso da floresta e dos recursos naturais poderia ser feito sem qualquer fiscalização ou normatização, no período marcado pelo “início de tudo”, as pessoas que permaneceram na região em povoamento conseguiram plantar e sobreviver da terra.

Contudo, nos últimos tempos, sentem dificuldades para exercer a arte do cultivo, uma vez que, com a legislação vigente, e com as constantes fiscalizações dos órgãos responsáveis, a vida de quem vive nas regiões de floresta tornou-se mais complicada, exigindo deles a adequação das formas e uso das terras, tendo que cumprir as leis, construídas sob as novas demandas socioambientais. É importante destacar que a resistência ou os questionamentos a essa nova realidade se devem muito mais pelo desconhecimento de como interagir sob as novas políticas ambientais.

É possível observamos, nas narrativas, as dificuldades em se adequar às novas demandas com leis mais presentes, onde o novo assusta e a referência ao passado se faz cada vez mais constante, indicando que poderiam continuar usando as mesmas estratégias que lhes permitiram sobreviver até os dias atuais. Seu Matias enfatiza:

Antes, lá atrás, quando a família veio não tinha esse negócio INCRA em cima da gente. A gente plantava e fazia da terra como sabia. Agora tudo está mais difícil. Se derrubar uma árvore, colocar fogo no mato, nada pode. Isso deixa a gente sem saber pra onde ir. Aqui tem gente que faz tudo isso e não acontece nada. Mas a gente sabe, já foi fiscalizado, meu compadre também já. (MARTINS, MATIAS, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Nessa fala, tem-se uma visão das ações realizadas na localidade e, conforme destacado por seu Matias, os pequenos agricultores sentem-se perseguidos pelo INCRA, pois acredita-se que esse órgão é o responsável por impedir que continuem fazendo uso da terra com as técnicas utilizadas por cerca de 30 anos. Tem-se, nessa narrativa, dois momentos importantes: “[...] *agora tudo está mais difícil, se derrubar uma árvore, colocar fogo no mato, nada pode [...] e tem gente que faz tudo isso e não acontece nada. Mas a gente sabe, já foi fiscalizado. Meu compadre também já*”. Nos trechos citados, o entrevistado expressa a angústia de não poder utilizar as técnicas de plantio que conhece, bem como o fato de que não há igualdade no processo de cumprimento das leis – “não acontece nada”. Isso nos lembra que os detentores do poder, seja ele econômico ou político, nessa localidade, tendem a ser menos penalizados. É uma percepção individual e especulativa que não pode passar despercebida, haja vista que estamos em uma localidade de conflitos, principalmente pelo domínio da terra. Nessa narrativa, fica subentendido quem são as pessoas para quem “não acontece nada”.

Outro ponto evidenciado nas entrevistas relaciona-se ao fato de que muitos lotes, atualmente, são oriundos de terceiro dono. Isso significa que diversas famílias que possuem o título da terra não o receberam do INCRA diretamente, ou seja, compraram de outras pessoas, como é caso da família da Dona Maria da Paz. Esse foi um movimento decorrente de vários fatores que contribuíram para que as pessoas não permanecessem no lugar. Um deles relaciona-se às poucas condições de assistência técnica oferecidas pelos órgãos públicos, que inviabilizavam a vida na região, uma vez que os recém-chegados não conheciam os meios adequados para manejar a terra, bem como a falta de infraestrutura e as dificuldades de acesso a diversos serviços. Vale lembrar, ainda, que na origem da venda dos lotes, a terra era vista como uma forma de fazer dinheiro, não havia o interesse em ficar, havia a oportunidade de possuir ou aumentar seus bens a partir do lote recebido do INCRA, constituindo-se como instrumento de especulação.

Aqui, quando chegamos, só tinha este caminho aberto, umas três casinhas, o INCRA deu esse pedaço de chão pra gente, aí ficamos. Era longe, mas aí eu disse meu bem (mulher) vamos ficar aqui mesmo, é um lugar bom pra gente criar nossos filhos. Ela olhou, eu via, ela não queria, mas já tinha vindo de muito longe, a gente não tinha nada, aqui a gente tem terra pra gente plantar, vamos fazer roça. [Vocês já têm o título?] Até hoje não recebemos, um tempo atrás vieram, deram pra uns, mas eu estava sem uns documentos, então não, eu fiquei fora. (DANTAS, EDMILSON, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Diferentemente de seu Edmilson, a família da dona Maria da Paz e a do Seu Matias não ganharam seus lotes, eles foram comprados de pessoas que não se identificaram com a região e retornaram para suas cidades de origem, vendendo a terra por um preço simbólico. Naquela época, era mais fácil negociar as terras, muitas vezes, elas foram trocadas por algum bem ou uma pequena quantia. As terras da Amazônia ainda não possuíam o valor de mercado dos dias atuais, pois, com poucas estradas abertas e infraestrutura precária, investir na região era considerado um “tiro no pé”.

A gente chegou depois, aí tudo já tinha dono. Então aquelas pessoas que pegavam aquela terra, devido às dificuldade e não tinham como de trabalhar, iam só passando pros outros. Aí meu pai chegou, né, aí pegou um dos lotes e comprou, comprou um a 10 km daqui, comprado de outra pessoa, mas já era o segundo dono, não era mais dado pelo INCRA; aí a gente ficou morando lá um bom tempo também, até vim para beira da estrada da Transamazônica. (PAZ, MARIA DA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Foi assim, quando eu vim pra cá, um amigo veio e tirou esse lote de 20 alqueiro, eu já vinha trazendo de Tailândia umas plantas e eu vim sem-terra, mas vim na fé, o dono dessa terra aqui me perguntou se eu queria comprar essa terra aqui dele e eu, com as 700 mudas, eu vim recebê essa terra. (MARTINS, MATIAS, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Dentre os entrevistados, há famílias que conseguiram lote, ou seja, suas terras, mediante a compra de outras famílias que a receberam do INCRA, mas, por não conseguirem sobreviver ou por saudades das suas origens, venderam e retornaram ao seu local de origem. Na fala a seguir, observamos a situação de famílias que não conseguiram quitar seus lotes e acabaram se desfazendo deles, movidos por um problema de saúde do chefe da família.

Conseguimos esse lote de terra, o nosso lote é de segunda mão, o antigo dono adoeceu e precisou fazer o tratamento no Maranhão e vendeu essa terra pra gente, e ficou meio pendente, já que ele não quitou a dívida com o INCRA. (SOCORRO, MARIA DO, ANAPU, 2019 – Entrevista Citada).

Então, essas pessoas que receberam terra do INCRA, tinha que pagar sim, tinha que pagar. Alguns tiveram de graça, pela nossa terra ser tirada do por meu avô e pelo pai, não pagamos, mas não sabemos ao certo, um dia pagamos umas parcelas mão, mas os primeiros sim; eles tinham mais incentivo, mais direitos e ajuda. Ele tirou um grande pedaço terra, limpou tudo, foi pra cidade, quando voltou tinha um outro homem aqui, meu avô disse passa cabra, esse lote é meu, eu tirei tudo por aqui. (SILVA, ELIENE, ANAPU, 2019- Entrevista Citada).

São muitos os casos em que há grande divergência quanto à participação do INCRA na aquisição dos lotes pelos primeiros moradores. Há quem diga que houve doação, para outros, o INCRA permitiu a retirada de lotes que foram pagos de forma parcelada, e há famílias que simplesmente chegaram na região e tiraram os lotes e a quantidade de terra que lhes fosse necessária. Esse é caso do avô e do pai da Eliene.

Na Figura 4, destaca-se a imagem do lote de seu Hélio, que, assim como tantas pessoas, migrou para Anapu em busca de um pedaço de terra para plantar e viver com sua família. O lote de seu Hélio foi conseguido mediante negociação de troca, para a qual se desfez de um bem para adquirir essa terra.

Figura 4 - Registro do lote/alqueiro de seu Hélio - visto de cima



Fonte: Imagem de drone de uma empresa desconhecida na localidade (Clea Sena, 2019).

O sítio Estrela, propriedade de seu Hélio, localiza-se no assentamento Grotão das Onças. Dentro dele há plantações de cacau, criação de galinhas, gados e piscicultura. É com essa diversidade que ele mantém o sustento da família. Seu Hélio e sua esposa residem no sítio a semana inteira, os filhos e netos frequentam a localidade nos finais de semana.

4.4.2 Dos acessos aos técnicos e políticas de investimentos

Um aspecto que aparece durante as entrevistas e nas narrativas das pessoas da localidade diz respeito ao acesso aos investimentos e à assistência técnica dos órgãos responsáveis. Para as pessoas entrevistadas, elas são esquecidas pelo poder público, indicando que o aumento e a diversificação da produção não ocorrem nas terras ou roçados porque seus proprietários não têm acesso a máquinas para

arar a terra, aos profissionais para ajudar e melhorar o processo de plantio, bem como aos financiamentos.

Aqui tem um local que tem um técnico, sabe aquele que ajuda se fomos lá, mas cá faz tempo que a gente não vê ele por aqui. A gente mora na beira da rodovia, mas é distante da cidade, temos que ir de moto, perdemos muito tempo. (PAZ, MARIA DA, ANAPU, 2019 - Entrevista citada).

Mas a EMATER, EMBRAPA não ajuda. Professora, aqui não chega pra nós, pra gente agendar a máquina para vim aqui arar o terreno é uma dificuldade. Tem que ir na prefeitura de Anapu, agendar, são poucas para muita gente. (SILVA, TANAGUACIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Quem tem dinheiro paga a máquina, paga gente pra ajudar a preparar a roça. É mais fácil a gente se ajudar, do que conseguir uma pra vim aqui, os técnico da prefeitura não ajuda, você vai lá, manda voltar outro dia. Pede ajuda com plantio, não ajuda, não tem semente. Pra que semente, Professora? É pra fazer as mudas, tem plantio que mais fácil fazer com as mudas. Tem coisa que só cresce assim. Antes tinha um pessoal da Embrapa, vinham aqui, ajudavam a comunidade, tinha uns programas, mas hoje a gente tem que se virar. Estamos largado. (MOREIRA, ADRIANO, Anapu, 2019 - Entrevista Citada)

Identifica-se, nas três falas citadas, a insatisfação quanto aos serviços prestados pela prefeitura, a ausência de órgãos como EMBRAPA e EMATER e dos técnicos. Talvez, essas pessoas ainda estejam presas na visão do passado, quando iniciaram e não havia participação maior dos órgãos junto aos pequenos produtores. Também o desconhecimento quanto à função desses órgãos, as leva a atribuir-lhes a culpa por não terem assistência adequada. Todavia, hoje, os pequenos produtores que residem à beira da rodovia, nos assentamentos, nos travessões, possuem mais autonomia para realizar o manuseio da terra. A função de fazer a terra produzir é de responsabilidade pessoal de cada um, de cada agricultor, evidentemente, podem contar com a assistência, com programas, mas não significa que seria obrigação pontual. O que os governos estaduais e municipais devem oferecer são políticas, formas de financiamentos, bem como estruturas que permitam o crescimento e a competitividade dos produtores diante do mercado.

O descontentamento pela falta de atenção é algo presente na comunidade pesquisada há muito tempo. Desde os primeiros contatos com os moradores da região de Anapu identificamos narrativas de pessoas que se encaixam na categoria de pequeno agricultor reclamando da falta de assistência. Talvez esse seja um dos maiores gargalos, pois, devido a não possuírem o maquinário industrial semelhante aos dos grandes produtores, dependem das ações desenvolvidas pela prefeitura – que disponibiliza maquinários –, ou então, acabam por realizar o processo de forma

braçal, como antigamente. Esse é um trabalho presente, não há reclamações mais duras sobre roçar, arar da forma como sempre fizeram, contudo, há um sentimento de abandono, haja vista que, na visão dos entrevistados, não são assistidos corretamente, são esquecidos, assim, não podem crescer ou usufruir dos benefícios que o governo oferece.

Nós somos esquecidos, falta de incentivos do governo, isso fez com que a família deixasse de cultivar, a gente tem umas coisinhas plantadas ali, mas não dá para sobreviver mais só com isso como antes. A minha mulher e minha filha têm um emprego na cidade, vão e voltam de moto. Eu cuido das roças, dos bichos. E tenho uma aposentadoria. (SOUZA, JOÃO DE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Para seu João, a culpa de não cultivar como antes recai sobre o governo, que, no seu entendimento, não oferece os incentivos necessários para que ele possa produzir como antigamente. O entrevistado relata que a produção atual não lhe permite o mesmo nível de sobrevivência, ou seja, a renda da família é afetada, porque ele não consegue retirar das suas terras os proventos básicos, e isso se dá, na sua visão, pelo não acesso aos recursos financeiros necessários. Percebe-se, ainda, que a complementação da renda é feita pelas mulheres da família – que mantêm um emprego fora do campo –, sendo essa uma realidade cada vez mais presente. Os tempos mudaram, os preços dos alimentos, das vestimentas, dos itens essenciais encareceram, não permitindo a essa família sobreviver somente do que cultiva.

Isso significa que as políticas de incentivo aos pequenos produtores nem sempre chegam ao seu destinatário. Ainda que os governos tenham uma linha ou um programa de crédito, para muitos, as dificuldades de acessar esse benefício é enorme. A reclamação de seu João faz coro a de outras pessoas, como seu Salviano, que reverbera seu receio quanto às dificuldades para acessar quaisquer programas de incentivo governamental.

Aqui não temos quem olhe pra nós, nos aqui já se juntamos em uma associação para pedir no banco, mas daí o nome ficou sujo, não pagaram o que pediram, agora não dá para ir lá pedir no banco pedir de novo. Então se gente vai se virando como dá, eu sozinho planto, planto principalmente o cacau, então o que tenho dá pra mim. (SANTOS, SALVIANO, Anapu, 2019 - Entrevista Citada).

Nos parece que tanto para seu João quanto para seu Salviano – e para muitos outros –, é a falta da mão do Estado que os leva a passar por dificuldades no plantio. Contudo, talvez seja a falta de organização que leva esses pequenos

agricultores a ficarem distantes das políticas de financiamento que lhes são disponibilizadas. Vemos, aqui, que o fato de não compreender seus direitos os leva a situações embaraçosas, que acabam por prejudicar não um, mas vários pequenos produtores, isto é, uma comunidade inteira. Isso se deve à falta de uma associação que represente efetivamente a comunidade, o que a torna fraca diante da sociedade na qual cada um pensa em si, em sua satisfação, e não na melhoria e bem-estar de todos.

4.5 A IMPORTÂNCIA DA ROÇA E A DIVERSIFICAÇÃO DOS CULTIVOS PARA A SUBSISTÊNCIA DAS FAMÍLIAS

O desenvolvimento local é um dos pilares das comunidades e é através dessa modalidade que o sustento econômico das famílias é garantido. A produção local não segue um padrão, como se dá com os grandes produtores. Das pessoas entrevistadas, pode-se dizer que produzem de acordo com o tempo ou a sazonalidade de cada cultivo. A intenção das famílias é comercializar sua produção no comércio local, ou seja, não há, por parte delas, interesse em exportar ou gerar faturamento vultoso, sendo o objetivo principal garantir o sustento da família e melhorar as condições de vida. Acreditam que as condições de vida melhoram a partir da aquisição de bens materiais, como possuir uma casa boa, um meio de transporte que lhes permita a locomoção da família ou mesmo arrendar mais terras.

4.5.1 Cacau, feijão, arroz e gado: a forma de sobrevivência

De acordo com Hébette (1996), a constituição dos atuais territórios agrícolas que se formaram em Anapu se deu a partir, principalmente, da abertura das rodovias e a chegada de grandes levadas de migrantes de diversas regiões do país. Esses migrantes trouxeram características próprias, suas culturas, suas práticas profissionais, suas aspirações, ambições, o que, certamente, introduziu novos tipos de saberes no trabalho agrícola, caracterizado, principalmente, pelo intenso desmatamento, pela depredação da biodiversidade e das riquezas naturais e pela deflagração de conflitos (HÉBETTE, 1996).

Na fronteira tradicional, o que se tinha como modo de prover o sustento das pessoas decorria de atividades predominantemente de subsistência, fundamentadas

em práticas ecologicamente sustentáveis, de origem indígena, comumente voltadas ao mercado local, em especial de produtos extraídos do rio e da floresta. Segundo Raffestin (2009), isso demonstra que a territorialidade dessas práticas agrícolas se fundamenta o fato de que os homens constroem cotidianamente os territórios, através de uma reorganização de suas condições iniciais. Eles se desenvolvem no tempo contínuo, partindo sempre de uma forma preexistente no lugar, onde vigora outro estado de natureza ou outro tipo de território. E assim forja-se uma adaptação que lhe é útil no presente, fazendo uso dos recursos locais.

A diversificação da cultura e das plantações partem, geralmente, do senhor das terras, onde o homem – marido – é quem busca inserir novos cultivares, a fim de garantir a produção da terra no decorrer do ano, superando a ideia de extração dos recursos florestais. É assim que, na fala dos entrevistados, apareceram diversas formas de produção, tais como: arroz, feijão, cana, abacaxi, laranja, açaí, cacau, milho, bem como, criação de gado de corte, galinhas e vacas leiteiras. Todos esses produtos cumprem uma função primordial – garantir o sustento da família. Ainda que busque vender um pouco da produção para obter retorno financeiro, a ideia inicial é saciar as necessidades alimentícias familiares. Em uma das falas, nas lembranças vivas de uma das entrevistadas, destacam-se os cultivos da sua propriedade:

Quando Manelão era vivo as terras tinham muitas plantações. A gente plantava maracujá, milho, cacau, abacaxi. O carro vinha, levava cheio, era fartura, era uma festa, era um momento. Vinha gente de todo lugar trabalhar. O abacaxi levavam de caminhão. Plantamos açaí. Os milhos, tinha por todo lugar, o bicho comia um ou outro, mas não ligava, tinha demais. Depois ele morreu não plantamos mais, o que tem aí é o que ele deixou, mas está tudo largado, meu sobrinho não cuida. (CARVALHO, JOANIRA, Anapu, 2019 - Entrevista Citada).

Notamos, na narrativa de dona Joanira, menção ao falecido esposo, Manelão, relacionando-o a um período de fartura, de abundância, afirmando que de sua propriedade saíam muitos produtos para o comércio regional. Isso se deu no passado e sua fala remonta a algo bastante comum nas entrevistas de história oral, ou seja, ao responderem às perguntas que lançamos, as pessoas também dialogam com seu tempo, tomando como interlocutores todos aqueles a quem desejam mandar mensagens – claras ou cifradas. No caso em tela, a reclamação ou lamento é dirigida a um dado sobrinho, que deixa “tudo largado” e “não cuida”. Nessa situação, aparece bem clara a ideia de que o sustento provém do lote que possuem

– da terra, interpreto. Assim, espero que as Figuras 5 e 6 nos ajudem a visualizar essa ideia de produtividade, conforme aparece no relato citado:

Figura 5 - Pés de açaí cultivados na propriedade de dona Joanira Carvalho



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Figura 6 - O açazal por dentro



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Nas Figuras 5 e 6, um dos frutos mais conhecidos da região, o açai, plantado na propriedade de dona Joanira. Conforme a entrevistada, havia cerca de 20 mil pés plantados quando seu marido cuidava da propriedade, porém, com a morte dele, a plantação sofre com o abandono, como mostra a Figura 6, pois não há a mesma dedicação dos responsáveis por cuidar da propriedade. Assim, a área que um dia deu grande quantidade de frutos, hoje corre o risco de desaparecer em meio ao matagal. Podemos perceber que são muitas as árvores que, aos poucos, vão se misturando com o capim e outras espécies arbóreas que vão crescendo com os açazeiros. É a floresta tomando seu lugar.

4.5.2 O cacau

Durante as entrevistas, e nas caminhadas pelas propriedades, pôde-se observar que há diversidade de cultivos na região pesquisada. Cada família de Anapu possui cerca de 10 ou 20 alqueires de terra. Um dos cultivos mais comuns é o cacau. Dele se pode obter um retorno mais eficaz, haja vista que os atravessadores compram e fazem o transporte direto das propriedades das famílias.

É importante destacar que existe todo um processo até a comercialização. Num primeiro momento, tem-se que debulhar, depois colocar no sol por cerca de 20 dias até secar e o cacau atingir o ponto. Quando isso acontece, é o momento de vender (Figuras 7, 8, 9 e 10).

Figura 7 - Roça de cacau de uma das famílias



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Figura 8 - Processo de secagem do cacau



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Figura 9 - Processo de secagem do cacau



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Figura 10 - Cacau após o período de secagem



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Nas Figuras 8, 9 e 10, observa-se um dos momentos da produção do cacau, denominado secagem. Nesse processo, o agricultor estende uma lona e espalha os frutos até que estejam separados um dos outros para que possam tomar sol, sendo necessário, uma vez ao dia, por cerca de três a quatro semanas, revolver as sementes – com uma espécie de vara que lembra um rodo – para que possam secar igualmente de todos os lados. A depender do sol, o revolvimento é realizado manualmente todos os dias desde o começo da manhã até o pôr do sol, caso contrário, pode ocorrer apodrecimento do fruto. Esse é um processo que acontece em todos os lotes produtores de cacau, sendo um dos principais tipos de cultivo das famílias e uma prática que tende a se estender nessas terras em função do retorno garantido.

À época que realizamos as entrevistas, um saca de cacau era comprada por cerca de R\$ 125 pelos atravessadores que, durante um determinado período, coletavam as sacas em cada comunidade. Quem consegue vender direto ao beneficiador, ou seja, possui transporte para levar o produto até a cidade e não depende apenas dessa fonte de renda, tende a vender a saca de cacau por cerca de R\$ 280 a R\$ 300. Ao questionar sobre a diferença nos valores, as pessoas relatam

que é uma prática comum entre a maioria dos pequenos produtores, independentemente do valor da saca.

De acordo com Adriano, um jovem produtor, essa prática é uma forma de se aproveitar de quem precisa, para ele,

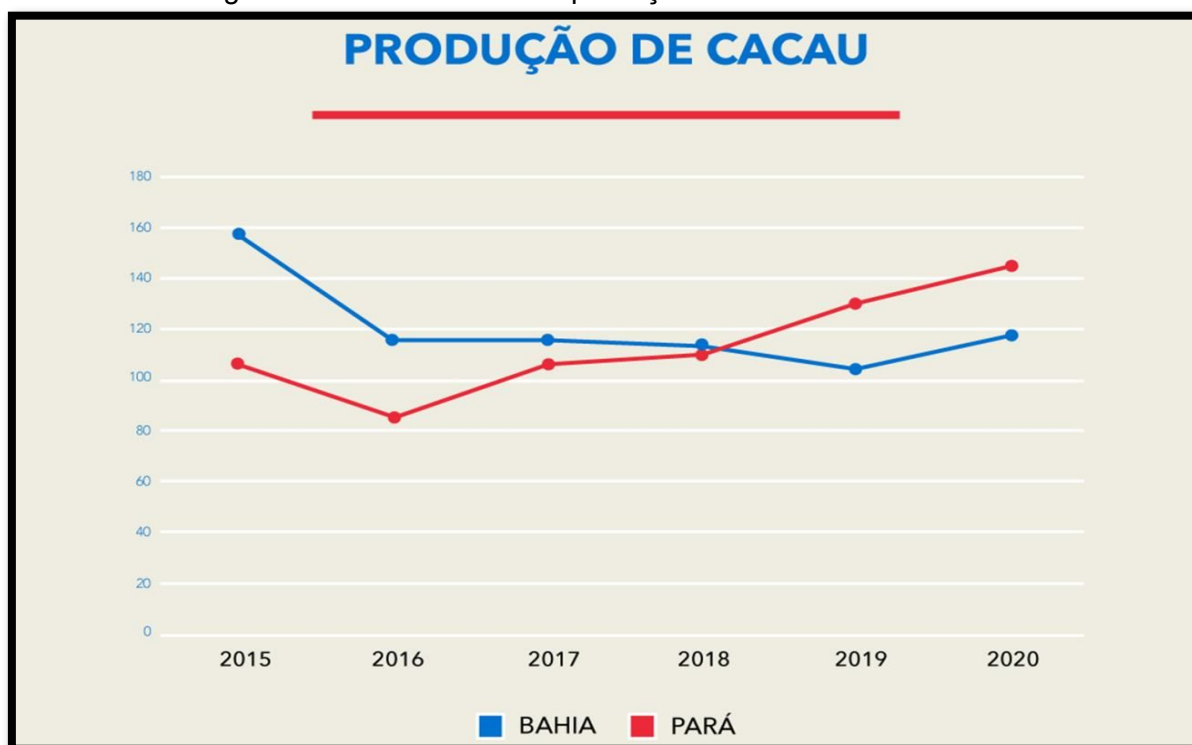
[...] é mais fácil guardar, eu não vendo assim, prefiro esperar, eles querem comprar muito barato, quem precisa, vende, mas quem tem outras formas de sobreviver aguarda para vender direto para quem vai estocar. Vende pra esses que vem buscar, você perde muito, pagam metade do que vale mesmo". (MOREIRA, ADRIANO, ANAPU, 2019 – Entrevista citada).

O investimento nesse tipo de produção é reflexo da grande importância econômica dessa cultura para o estado, uma vez que o Pará¹⁰ é considerado o maior produtor de cacau do Brasil, superando o estado da Bahia – que por muito tempo se manteve como principal fornecedor desse segmento. Dados evidenciam que esse título veio em função do aumento da produção no estado do Pará, tornando-o o número um no segmento cacauero no Brasil. Dessa maneira, mais da metade do cacau cultivado em todo o país é oriunda de solo paraense (51,54% produção resultante em 2020). A projeção realizada pela Adepara (Figura 11) indica o crescimento da produção de cacau nos últimos cinco anos no estado, nos levando a compreender as escolhas das famílias por esse tipo de cultivo. É uma produção que vem sendo abraçada pelo mercado econômico e, no entendimento das famílias, a mais rentável (ADEPARA, 2020).

Em função desse e de vários outros motivos, nos 10 ou 20 alqueires que as famílias possuem, há um espaço reservado para a plantação de cacau, ação realizada e acompanhada exclusivamente pelos próprios produtores, haja vista que não há auxílio de um profissional dos órgãos ligados à agricultura. Em suas narrativas, podemos perceber que é o cacau o carro-chefe do cultivo, por ser mais rentável às famílias, tanto para quem está na localidade desde sua criação quanto para quem chegou mais recentemente. Essa dedicação tem um grande fundamento, uma vez que a região é considerada uma das maiores produtoras de cacau.

¹⁰ As projeções para o ano em curso, mostram que esse desempenho só tende a melhorar. A estimativa é do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE (LSPA), elaborado pelo Núcleo de Planejamento e Estatísticas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap) - com base nos dados fechados até maio deste ano. <https://agenciapara.com.br/noticia/29134>

Figura 11 - Crescimento da produção de cacau no Pará



Fonte: <https://agenciapara.com.br/noticia/29134>

Contudo, por serem pequenos produtores e por dividirem suas terras com outros cultivos, há quem diga que investir no segmento cacauero é retorno garantido: *“Eu tenho 20 alqueires, planto cacau, tenho roça, mas o cacau é o que dá um retorno mais rápido”*. (SANTOS, SALVIANO, Anapu, 2019). Para outros, o investimento não compensa, entendendo que não é possível sobreviver somente com a renda gerada pela venda do cacau. Esse é o caso da família de seu Edmilson: *“Eu tenho uma roça de cacau, a gente vende, mas não dá pra viver só com isso, quando dá praga, perde tudo”*. (DANTAS, EDMILSON, Anapu, 2019).

Como se vê, ambos cultivam cacau em suas propriedades, mas, certamente, a quantidade de terra definida para o cultivo determina o valor que esse fruto tem em suas vidas, pois quanto maior a produção, maior o retorno financeiro. Vale lembrar que fatores como idade e saúde também influenciam nessa opção, já que demanda um tempo até que a planta comece a gerar frutos.

O trabalho na roça do cacau também é inserido na vida das crianças desde cedo, sendo realizada diariamente, como destaca Mariane (2019):

Todos eles trabalham na roça, quando chegam da escola, vão pra roça com meu marido. Todos já sabem usar o facão para cortar o cacau, a lenha pro fogão. Tá vendo o menorzinho, ele vai sozinho e tira o cacau. O pé é pequeno, baixo. (SILVA, MARIANE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

O menor a que se refere é uma criança com três anos de idade, desde muito cedo inserida na cultura familiar da roça. Significa dizer que não importa a idade ou mesmo o gênero, ir para a roça, cortar cacau é visto pelas crianças como diversão. Sabemos que não deveria existir essa realidade, pois muitas crianças perdem a infância para ajudar os pais. Contudo, não julgamos essas famílias, pois a necessidade e a pobreza também são uma realidade na floresta, sendo necessário que todos contribuam de alguma maneira com a renda familiar. Entretanto, muito além dos problemas de ordem econômica, que porventura possam incidir sobre cada família, aqui interpretamos que há, acima de tudo, uma prática relacionada ao processo educacional, ou seja, desde cedo as pessoas são iniciadas no mundo do trabalho, aprendendo, seja com a experiência dos mais velhos seja apenas olhando e ensaiando, ainda que não tenham nenhum resultado mais efetivo daquilo que fazem. O que mais importa é a construção de um dado sentido identitário, de pertencimento societário, por práticas em comum, forjando um sentido de corpo.

Há, ainda, em relação aos entrevistados, aqueles que ainda estão no processo de cultivo dos cacauzeiros, por serem de fora e novos na região, haja vista que leva um tempo até que se consiga produzir o fruto e gerar retorno financeiro. O senhor Guilherme, por exemplo, acredita que precisa aprender a manusear a terra, bem como realizar outros investimentos. Ainda não consegue compreender quando a terra é boa ou não, mas sabe que é preciso produzir:

Eu comprei 10 alqueiro, mas vou trocar mais por um de 20 alqueiro, mais pra dentro uns 20 km. A terra lá é boa pra plantar, todos plantam cacau, os pés dá carregado. Eu tô aprendendo a lidar com as plantações, ainda não tenho prática na de cacau, mas os moradores mais antigos daqui me ajudam. Aqui todos se ajudam. (GONÇALVES, GUILHERME, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

O ponto que mais chama a atenção, nessa fala, é o fato da troca por mais terra, não parece haver importância se fica próximo à rodovia ou da cidade, o mais relevante, nesse caso, é obter uma grande extensão de terra. Ao destacar “*mais para dentro*”, significa quilômetros de distância, pois é uma troca e não um compra, desse modo. A importância está no fato de obter um novo e vasto lugar, com terra suficiente que lhe permita ampliar os cultivos e as criações. Outro aspecto que

merece destaque nessa fala é o compartilhamento do conhecimento. Ainda que seja novo na localidade, recebe – de outros moradores, nesse caso dos mais antigos – auxílio quanto ao manuseio da terra. Com isso, aprende os segredos e é aceito na comunidade local.

Nas suas memórias, lembra-se do lugar que deixou para traz, partindo em busca de prosperidade, e esta tem a ver, literalmente, com a terra. Para Guilherme, “[...] *lá na Bahia a terra é cara demais, aqui tem muita terra e barata. Em 2005 vendi tudo e vim pra cá, eu, minha mulher e minhas filhas*”. Ainda que pareça tardia, seu Guilherme viu nessa comunidade a possibilidade de *recomeçar e prosperar*. Não podemos dizer que ele se incluiria naquele ciclo de grande migração, mas se formos analisar profundamente, percebemos que mesmo já tendo se passado quase mais de três décadas do grande pico, essa localidade, região e municípios situados ao longo da Transamazônica ainda recebem importante quantidade de famílias oriundas de outras localidades, cujo foco continua sendo *a terra*.

A princípio, pode parecer sem importância, mas ela, a senhora marrom, a terra, comumente intitulada por lote, alqueiro, é quem determina o ciclo familiar – todas as ações das famílias giram em torno de um pedaço de chão conseguido antes, durante ou após os grandes projetos de assentamento. Na atualidade, enxerga-se muito mais o grande produtor, o latifundiário, mas o pequeno – com suas roças – alimenta o mercado, produzindo, também, os insumos para a fabricação de alguns produtos, a exemplo do chocolate.

Seu Matias lembra que sua lida é diária e com ele atuam os filhos. Estes, no seu entendimento, tenderão a assumir o legado da família e continuarão a cultivar a terra que lhes será legada:

Todos eles trabalham comigo na roça, já têm umas casinhas lá. Por hora só temos cacau, porque o porcão come tudo, tem muito aqui, aí lá os meninos tão na beira da roça e tomam conta do cacau, e ainda tem muito bicho que come, eu ainda não tô tomando caldo de macaco por causa dessa doença do macaco. (MARTINS, MATIAS, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Não é incomum encontrarmos, nas falas dos entrevistados, a preocupação com os animais que entram nas plantações em busca de alimentos. Nesses casos, eles são vistos como uma ameaça e, muitas vezes, são eliminados quando encontrados dentro das terras. O que as autoridades de planejamento e desenvolvimento, bem como as nossas populações de outras regiões que vão para a Amazônia ignoram é que a floresta, com sua miríade de árvores, das mais

variadas espécies, na realidade é, ao mesmo tempo, um problema e uma solução. Por um lado, os que chegam ao lugar empregam técnicas que implicam na destruição da floresta para estruturar suas plantações. Por outro lado, a floresta serve de fonte de alimento para outra miríade de animais, que comem seus frutos, sementes e folhas. Todavia, quando a floresta é destruída, aqueles animais que têm maior capacidade de sobrevivência, entram nos roçados, provocando estragos.

Logo, tem-se, aqui, a configuração de uma supremacia, onde o homem, pelo domínio técnico e tecnológico, possui mais força para alcançar seus objetivos no processo de transformação e apropriação dos recursos naturais. Sendo assim, a região de Anapu tem sido palco das mais diversas manifestações de degradação ambiental sob o pretexto do desenvolvimento.

4.5.3 A criação de gado

Competindo com o cacau, desenvolve-se a criação de gado – que vem ganhando cada vez mais espaço nas terras de Anapu. Acredita-se que ela pode oferecer um retorno mais rápido, bem como possibilitar um ganho a mais na geração de renda das famílias. O gado é criado com objetivo de venda geralmente para os grandes fazendeiros. Existe, ainda, uma modalidade de criação de meia, quando as pessoas compram de forma conjunta uma ou duas cabeças e as criam até a engorda. Quando realizam a venda, os lucros são divididos em partes iguais.

A criação de gado é uma prática inserida pelos primeiros moradores que chegaram junto com a abertura da estrada. Na época, a criação tinha como foco a sobrevivência das famílias, além de servir como moeda de troca. Vender para gerar lucro era algo mais distante. Em uma entrevista, há o relato de como iniciou-se essa modalidade de criação.

O pai era pra ter mais gado aqui na Transamazônica. Ele foi o primeiro a criar gado por aqui, porque ninguém tinha vizinho do lado e do outro. Todos trabalhavam pra ele. Ele tinha tudo, venda, comércio. Eles trabalhavam no lote. Eles pagavam gente. Aí ele foi pro garimpo, não voltou mais. Aí a mãe não dava conta de oito filhos e o gado, então vendeu um por um, outras deu de meia. (SILVA, ELIENE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

No caso citado, há o desapego, ou seja, ainda que tivesse produção e criação, na visão da entrevistada, haveria possibilidade de crescer (*quem sabe fica rico*), assim, o fascínio pelo enriquecimento rápido através do ouro levou o pai da

entrevistada a abandonar a família. Isso nos lembra que, nas décadas de 1970 e 1980, o boom de terras e outros movimentos levaram indivíduos a abandonarem seus lares em busca de outras condições de ganhar dinheiro mais rápido.

Se esta pesquisa estivesse direcionada para as mulheres, talvez elas não aparecessem com tanta força quanto apareceram nas entrevistas, pois se tem, mais uma vez, uma mulher assumindo o comando da família e enfrentando o desafio de cuidar, sozinha, dos filhos. É fato que, naquela época, as mulheres não tinham vez ou não eram levadas a sério por outros produtores – que terminavam por se aproveitar da bondade ou ingenuidade, pagando muito pouco pela produção ou pelos animais.

O pai foi pro garimpo e não voltou mais. O gado que sobrou mãe deu de meia. Aí os homens cuidavam de meia dos gados, só morriam os gados da mãe. O problema é que eles estavam matando o gado da mãe. Era isso. Aí meu irmão se invocou e vendeu tudo logo de vez. (SILVA, ELIENE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

A situação relatada se soma a tantas outras que ocorreram quando as pessoas começaram a chegar na região e a criação de gado ainda era insipiente. Isso, hoje, talvez não seja mais possível, pois o gado exerce papel fundamental por sua valorização no mercado, bem como é uma das formas de obter rendimentos econômicos, como relatam seu Guilherme e seu João, que veem nessa criação a oportunidade de ganhos financeiros maiores: *“Agora eu já conto com 50 cabeças de gado, eu quero mais, é isso que dá mais dinheiro, cacau é bom, mas pagam pouco. (GUILHERME, Anapu, 2019); “[...] se eu tivesse condições eu só teria gado, mas ele também é caro pra manter, a roça não”.* (JOÃO, Anapu, 2019).

A ideia que se tem quando pensamos nas pessoas situadas em localidades rurais distantes dos grandes centros urbanos beira à imagem de que somente criam e cultivam para a sobrevivência, mas há um equívoco nesse pensamento, porque elas também atuam pelo viés econômico, assim, dada a sabedoria adquirida com os anos de vida no campo, realizam a leitura do mercado e são capazes de avaliar, dentro do cenário inserido, o meio mais rentável para determinada época. Podemos notar isso nas suas falas:

Todo mundo que tem terra cria um gadinho, há sempre um espaço preparado, pra receber, e que tem dado dinheiro. Eu vou comprar uma vaquinha também, da leite para as crianças, o gado é que vai dar dinheiro. (SOUZA, JOÃO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Esse ano meu marido tava dizendo que vamos tentar comprar uns gados, aqui tá crescendo as cabeças e nós vamos tentar. Criar de meia com a igreja, coloca ali naquele pasto. É o que vem crescendo aqui, quem tem um gado pode vender por um dinheiro bom. (SILVA, TANAGUANACIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Nessas duas narrativas, observa-se a leitura do mercado. Nas percepções dos entrevistados, é o gado o propulsor da localidade – “*é o que tem dado dinheiro*”; “*vamos tentar comprar uns gadinhos*”, “*o gado paga mais*”. Sob esse ponto de vista, eles também buscam o crescimento econômico, evidentemente mais voltado para suprir as necessidades familiares antes de qualquer outra ação, no entanto, projetam crescer enquanto produtores, no intuito de se destacarem na região e, assim, poderem adquirir mais terra. A diversificação é o ponto chave para as pessoas que residem em Anapu, por permitir que tenham uma produção diversificada para o ano todo, isso inclui as criações e os plantios.

Na Figura 12, ilustra-se o momento no qual o gado não é somente pensado para o lado econômico. As vacas são destinadas exclusivamente para dar cria e prover o leite para uso doméstico, sendo aproveitado, também, para a produção de queijos artesanais que são vendidos na própria comunidade.

Figura 12 - Produção de leite no lote de seu Hélio Sena, Grotão das Onças - Anapu



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

A ideia de criar gado não é algo pontual, é um evento de crescimento exponencial naquela localidade. Como um todo, na região Amazônica, a substituição da Floresta para dar lugar a pastos tem crescido nos últimos anos e vem chamando a atenção não só dos grandes fazendeiros e dos latifundiários, mas também do pequeno agricultor, que busca inserção nesse mercado em crescimento. A pecuária tornou-se atividade em expansão em muitos municípios fronteiriços à rodovia que corta grande parte da região, onde situou-se a pesquisa desta tese.

Durante as conversas e entrevistas, foi possível perceber que os pequenos criadores de gado se encontram satisfeitos com a atividade e demonstram que, se houver oportunidade e incentivo, têm o desejo de substituírem a agricultura exclusivamente pela pecuária. É importante ressaltar que as famílias possuem entre três a 50 cabeças de gado, sendo algumas criadas de meia, no entanto, há a clara

intenção de ampliarem a criação, ou seja, adquirir mais cabeças mediante compra ou troca. Esse pensamento entre os agricultores é um planejamento a médio prazo, pois os assentados mais antigos já instalaram pastagens, e ainda que não possuam uma cabeça de gado sequer, vislumbram parcerias, já que a atividade pecuária é vista pelos residentes como uma via mais segura no caso de necessidades, pois podem vender bezerros para fazendeiros das proximidades, além de proporcionar às famílias a produção de leite e queijo.

Contudo, não encontramos – durante nossas caminhadas, visitas e entrevistas – entre as pessoas assentadas nenhuma dedicada somente à criação de bovino, demonstrando, assim, que, para os pequenos agricultores, é um sonho distante sobreviver apenas da criação de gado. Dados do IMAZON do ano de 2005 evidenciavam que a pecuária já se destacava na Amazônia, por ser uma região onde os preços de terra eram considerados baixos se comparados aos de outras regiões, e o retorno era maior do que nos centros pecuaristas do Centro-Sul do país.

Na Figura 13, há um vislumbre da quantidade de cabeças de gado que um dos grandes produtores na localidade possui. Em comitiva, o gado cruza as estradas de chão, tornando-se a atração principal naquele momento. O manto branco toma a estrada, demonstrando a força econômica. São centenas de cabeças que, uma a uma, vão seguindo para seus destinos. É o gado da Amazônia lembrando que agora esse é o seu lugar.

Figura 13 - Transferência de gado pela comitiva nas estradas de barro em Anapu



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Os autores Arima, Barreto e Brito (2005) apontam o preço baixo das terras como o fator que mais proporcionou o crescimento da pecuária na Amazônia, pois isso permitia um investimento relativamente menor. Nas outras regiões do país, devido ao aumento do valor dos grãos, tornou-se mais rentável o investimento em agricultura mecanizada. Além do mais, a agropecuária praticada na Amazônia é do tipo extensiva e precisa de grande quantidade de terra para a reprodução do rebanho. Assim, a tendência do grande pecuarista é expandir suas áreas, avançando sobre os pequenos produtores e os suprimindo.

4.5.4 Outras produções

A subsistência das famílias também passa pela criação de galinhas e o cultivo de hortaliças que são incluídas na alimentação diária, sendo que esse tipo de atividade é comum em quase todas as propriedades das famílias entrevistadas. Das criações que mais se destacam, as galinhas servem exclusivamente para compor a mesa, mas também há a criação de peixes e de vacas leiteiras. Essas atividades são de responsabilidade de todos os membros das famílias, ou seja, mesmo aqueles que possuem emprego na cidade, acabam retornando para casa para ajudar na lida diária.

Eu só crio essas galinhas, não tenho tempo pra lidar com terra. Eu fiz um curso de técnica em agropecuária e meu irmão também. Ele sim está tentando plantar, todos aqui dentro do lote, não houve divisão, quem foi casando foi fazendo sua casa nas terras que mãe e pai deixou. Então temos onde plantar, mãe ensinou, mas meus irmão que querem plantar tem dificuldades, tem muitas coisinhas que impedem. (SILVA, ELIENE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Identifica-se, na fala de Eliene, que mesmo tendo crescido na cultura da roça, não se identificou com o manuseio da terra. Para ela, há mais vantagens em trabalhar fora do ambiente do campo, buscando fontes diferentes de renda, mas não esquece que há um lugar para cultivar. Conforme a entrevistada, criar galinhas não tem relação com a terra e, ainda que possua uma formação para realizar as tarefas relacionadas ao cultivo do campo, é enfática em afirmar que essa rejeição tem relação com as dificuldades que enfrentam na obtenção dos meios para fazer as terras prosperarem, justificando, de certa forma, a opção pela criação de galinhas. As “*coisinhas que impedem*” relacionam-se aos órgãos fiscalizadores, bem como à dificuldade para preparar a terra sem causar impactos ambientais.

Ele trabalha aqui neste lote onde moramos e também conseguiu comprar outro daqui a 10 km próximo ao local onde eu morava quando era pequena, 10 alqueiro, ele trabalha com isso hoje. Ele planta arroz, feijão, milho. Tentou plantar cacau, mas não deu. Ele disse que a terra é fraca pro plantio. (PAZ, MARIA DA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

No mesmo caminho, relacionamos Maria da Paz, ao lembrar que o marido cultivava diversas plantações, mas, diferentemente de Eliene, entende que a produção não prospera em função de a terra “*ser fraca*”. Esse fraca possibilita múltiplas interpretações, como empobrecimento do solo, desmatamento e queimadas, todos fatores que impactam diretamente a área de plantio, logo, afetam a produção. Contudo, mesmo sofrendo com as perdas, o amor pelo cultivo sobressai diante das dificuldades na medida em que o pouco que produzem certamente agrega mais qualidade à vida da família, bem como contribui para o aumento da renda.

4.6 QUAL O PAPEL DA MULHER NA CONTINUIDADE DO ROÇADO DAS FAMÍLIAS?

Neste tópico, iniciamos um diálogo a partir das falas coletadas durante as entrevistas com mulheres que residem e trabalham na cidade de Anapu-PA. Aqui, tem-se como foco o papel da mulher na continuidade da roça da família. É sabido que a mulher, desde os tempos mais remotos, desempenha múltiplas funções no cotidiano familiar, sendo, muitas vezes, uma jornada árdua e cansativa e sem muito reconhecimento. Não nos aprofundaremos na discussão de gênero, mas traremos para o debate (diálogo) autores da área que têm a questão de gênero como uma categoria de análise.

O papel da mulher no roçado é uma questão latente na localidade e ainda que estejamos no século XXI, para muitos, existem papéis definidos e claros. O trabalho pesado dentro desse entendimento seria atribuído ao sexo masculino, enquanto as tarefas domésticas mais leves do cotidiano seriam atribuídas às mulheres.

No sentido exposto, uma questão para as famílias reside na continuidade do cultivo nos lotes e a separação de gênero ainda é predominante. Não é incomum encontramos falas, frases ou situações que demonstram a separação nítida de atividades de homens e mulheres. As mulheres ficaram reduzidas aos trabalhos no espaço privado, ou seja, as tarefas domésticas e o cuidado com as crianças.

Ainda que acompanhem as atividades na roça com o marido e realizem a mesma função, tal trabalho é visto pelos membros das famílias, ou daqueles que residem na localidade, como uma ajuda. A fala de seu Edmilson, por exemplo, traz consigo a carga sentimental de que o homem no campo é feito para o trabalho na terra, e esse pensamento é fruto da ideia predominante no lugar onde cresceu. Ao se referir “*como só tivemos filha mulher*”, a conotação é de que não foram abençoados com um filho homem. Não ter um filho significa a não continuidade do seu trabalho no campo, e isso é expresso da seguinte forma:

Como só tivemos filha mulher, vou vender o lote. Não tenho pra quem passar. Só tive filha mulher. Eu não tenho mais força pra cultivar, perdi parte da visão, por causa da diabete. Minhas filhas não sabem lidar com a terra. Esse trabalho, professora, é para homem, mulher não aguenta. (DANTAS, EDMILSON, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

No auge de seus 65 anos, seu Edmilson é um homem de idade, então, tem um pensamento ainda pautado na separação de tarefas definidas. Vem de uma formação adquirida em um tempo em que mulher não podia exercer outras funções para além de esposa e dona de casa. Esse pensamento acaba refletindo na formação das filhas, pois mesmo que lidem cotidianamente com a roça, o pai acredita que não há lugar para elas nesse ambiente.

Também encontramos nessa fala o peso de sua “*formação como cristão*”, uma vez que pratica uma denominação protestante, a qual, historicamente, acredita que homens e mulheres são diferentes e possuem tarefas diferentes. Ao observá-lo no seio da família, é possível ver que os demais integrantes giram em torno dele por ser patriarca e deter o poder simbólico.

No entendimento de Scott (1988, p. 141), “[...] o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de representar as relações de poder”. Para Torrão Filho (2005), a partir do gênero, pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos. Acredita que o gênero se preocupa com a consolidação de um discurso, portanto, constrói uma identidade do feminino e do masculino que encarcera homens e mulheres em seus limites. Esses limites compõem uma linha tênue entre o poder e o não poder, que, na atual conjuntura social, não se alinha às novas demandas. O pensamento/ conhecimento evolui com o tempo, o ambiente e o contexto social.

O princípio da mudança do pensamento e comportamento é lento e gradual, ocorrendo com o passar dos anos através das inserções de novas práticas na sociedade, na economia, na evolução das tecnologias e no acesso ao conhecimento, bem como nas relações sociais. Pudemos observar que nem todos os membros da família, por exemplo, compartilham das ideias do chefe da família, é o caso da esposa, que, ao expressar sua opinião acerca do trabalho ou não das filhas na roça da família, acredita ser uma opção de escolha. No seu entendimento, não é uma obrigação ou legado, mas sim um escolha pessoal, na medida em que se faz necessária uma identificação com o lugar – não basta morar, crescer no campo, é preciso gostar das atividades que nele se desenvolvem.

Figura 14 - Família de seu Edmilson Dantas, pioneiro no assentamento



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Acima, temos a família de seu Edmilson – representada, por ele, pela mulher, filha e netos. São três gerações com pensamentos bastante diferenciados. A simplicidade é uma marca característica desses indivíduos, mas com uma sabedoria única do povo que habita as florestas, discutindo temas que são postos na

sociedade. É a fala da esposa que, na sua lucidez de mãe, reforça a ideia de liberdade da filha.

Se elas quisessem podiam ficar. Já tão com a agente na roça desde criança. Uma delas quase foi comida pela onça (risos). Elas sabem cuidar da terra, mas agora casada com maridos e com filhos, aí não tem como cuidar de tanta coisa, mas elas podem cuidar da terra, plantar. (DANTAS, ELISABHETE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Há, nessa fala, a ideia de que ficar ou não na roça é uma escolha das filhas e não uma determinação em razão de serem mulheres. Nela apresenta uma nova perspectiva sobre o papel da mulher na continuidade do roçado da família, lembrando que essas mulheres têm a capacidade de lidar com a terra e com o cultivo já existente no lote da família. É evidente que as funções de mãe e esposa têm um peso na decisão e as diversas responsabilidades provam um abismo no cenário do campo. A própria mãe, durante a entrevista, reconhece que é um desafio para a mulher conciliar tantas funções, agora *“casada com marido e com filhos aí não tem como cuidar de tanta coisa, mas elas podem cuidar da terra, plantar, se quiserem”*. (DANTAS, ELISABETH, ANAPU, 2019).

“[S]e quiserem”, nessa frase, Dona Elisabeth traz a conotação da força da mulher quando se dispõe a fazer algo, ou seja, mesmo diante de tantas responsabilidades, é possível conciliar multitarefas. Naturalmente, as mulheres tendem a acumular várias funções, seja por escolha ou porque está posto quando são inseridas no contexto social.

Geralmente, aceitam o que lhes impõe a sociedade, ou seja, está pré-estabelecido que mulheres fazem isso ou aquilo. Ainda que a sociedade tenha evoluído nas discussões acerca do papel de homens e mulheres a partir de debates acirrados, esse processo não é acompanhado na região desta pesquisa. Ainda podemos perceber que são poucas as discussões acerca desse tema. Durante as entrevistas, pude perceber que algumas mulheres ainda passam por situações que, para muitos, já foram superadas, mas, para elas, os desafios são postos todos os dias, como o simples fato de assumirem o controle do lote da família ou a roça.

Figura 15 - Dona Elizabeth Dantas



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Elisabeth S. Dantas, 55 anos, uma das primeiras moradoras do Assentamento Grotão das Onças. Mãe de dois filhos. Agricultora.

Na fala de outra entrevistada, dona Joanira, percebe-se, claramente, a questão definida de gênero, pois, mesmo após a morte de seu marido, o poder de decisão ainda era dele, a voz da mulher e sua opinião não foram consideradas. Essa mesma situação é vivenciada pela jovem Mariana, que no auge dos 28 anos se viu em meio às questões latentes na sociedade.

Quando meu marido morreu tudo ficou abandonado. Entregamos para nosso sobrinho cuidar, mas ele não cuida igual antes, quando Manelão era vivo. Ele não deu conta do lote. [...]. A minha filha queria assumir, mas Manelão sempre disse que era pra deixar nas mãos dele, que era homem, sabe lidar com a terra. (CARVALHO, JOANIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

O lote eu fiquei depois que o pai morreu. Mas é meu marido que cuida de tudo, todas as decisões. Eu fico aqui, cuidando das crianças. Antes aqui era mais fácil, eu não tinha tantas responsabilidades. Eu podia ir na roça mais dias. Eu fico mais aqui, faço comida, mando as escolas, eles vão pra roça. Eu fico aqui esperando. (SILVA, MARIANE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Aqui encontramos duas situações diferentes, mas ambas relacionadas ao poder de decisão atribuído a terceiros. A roça parece distante, uma por desejo do pai e outra em função de não conciliar a atividade de mãe e mulher do campo. Sabe-se que essas duas funções estão presentes no cotidiano familiar, isto é, as mulheres cuidam da casa e acompanham desde início do roçado até a colheita, no entanto, não estão lá o tempo todo. E é justamente por não haver dedicação em tempo integral que se cria a ideia de que as mulheres não trabalham com a terra – são apenas donas de casa. Essa percepção não representa a realidade das mulheres que participaram das entrevistas, pois, além de contribuírem com o trabalho no campo, também dedicam parte de seu tempo à criação de galinhas e cultivo de hortaliças, todos voltados para o consumo da família, bem como servem para gerar renda extra a fim de auxiliar na renda mensal.

Mesmo com todo esse protagonismo, o trabalho da mulher ainda é pouco reconhecido, é um trabalho invisível, que não pode faltar no dia a dia, mas, no fim, não é contabilizado. Essa necessidade de afirmação nos lembra a luta das mulheres em todos os setores da sociedade, seja na docência, na pesquisa, na ciência, no campo, seja em casa, a mulher ainda precisa lutar cotidianamente para ter seu trabalho reconhecido, ter sua vez de fala, de comando.

Nessa discussão, podemos perceber, também, que há uma diferença quanto à idade. Quando crianças, as meninas (que no futuro serão mulheres) participam

das atividades com os meninos sem a carga de gênero. Nesse momento, ainda não é atribuído a elas o fardo de ser mulher e cujas tarefas e afazeres já estão pré-determinados. Ao evocar suas memórias de infância, Mariane¹¹, saudosa, rememora momentos com seus pais:

Quando pequena ia com pai plantar, andava nesses matos, parecia um moleque. Mas depois que tive filho, fiquei mais em casa cuidando da mãe. Meus meninos também já vão pra roça, menos o de colo. As meninas já me ajudam aqui, os meninos vão plantar, caçar, pescar, tirar cacau. (SILVA, MARIANE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Figura 16 - Família da Mariane da Silva



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Na Figura 16, encontra-se Mariane e seus meninos. Ela representa o desafio de muitas jovens mulheres no campo, que, com pouca idade, assumem o papel de mãe e dona de casa, corroborando para a ideia predominante de que mulher tem atividades domésticas. Mesmo sonhando com um futuro diferente,

¹¹ Durante a entrevista realizada com Mariane Silva, seus seis filhos estavam presentes ouvindo a mãe. No momento da fotografia, se aninharam em volta dela para que sássem todos juntos. Os nomes deles não constam no texto, pois não eram parte da pesquisa, ou seja, não realizei quaisquer perguntas a eles, eram apenas expectadores.

inconscientemente reproduz o círculo familiar ao lembrar que *“meus meninos também já vão pra roça, menos o de colo. As meninas já me ajudam aqui, os meninos vão plantar, caçar, pescar, tirar cacau”*. Nessa fala, somente os meninos são livres, as meninas encontram-se presas na obrigação de realizar as tarefas de casa, aprendendo – com idades de seis e sete anos – as funções pré-estabelecidas pela sociedade às mulheres.

Nessa dura realidade, tem-se também a questão do trabalho, que, para suas crianças, inicia-se já na infância. Desde cedo, elas são postas para ajudar, sendo este um fator cultural da localidade. É importante destacar que os filhos de Mariane frequentam a escola e as atividades na roça se dão no contraturno. Essa é uma prática que faz parte da vida de quem mora no campo e não está relacionada à exploração de mão de obra, mas a uma cultura na qual os filhos, ainda bem jovens, aprendem os ofícios dos pais. Nesse contexto, não podemos julgar Mariane, pois ela oferece à prole a realidade que conheceu na infância e na juventude. Nem mesmo podemos criticar essa atitude, pois Mariane cresceu nesse sistema, logo, reproduz o mesmo cenário. Quando uma mulher tem a chance de olhar além das cercas, das plantações, ela passa a sonhar, a traçar metas, o que não foi permitido à Mariane, por ter sido mãe ainda jovem.

A situação apontada é diferente da que vive Dona Joanira, pois, mesmo sendo mulher do campo, ofereceu aos filhos e às filhas a possibilidade de trabalhar ou não nas atividades do campo. Assim, com um olhar diferenciado, possibilitou que vissem para além das cercas do alqueiro que lhes pertence. Com orgulho, evidencia o fato de a filha mulher assumir o legado do pai.

A minha filha, agora vai cuidar de tudo, ela sempre foi uma menina danada, sabe, trabalha roça e também é professora na escolinha ali, mas cuida das coisas melhor que muito homem. Ela estudada, foi pra faculdade, mas sempre voltou para ficar na roça. Ela está aqui, agora vai cuidar da despopadeira do meu marido. (CARVALHO, JOANIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Há duas falas de duas mulheres – Mariane e Joanira –, mães e mulheres do campo, cujas circunstâncias da vida dura e dos desafios postos lhes permitem olhares diferenciados quanto aos papéis da mulher. De acordo com Saffioti (2013), em todas as épocas e lugares ela tem contribuído para a subsistência da família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior às revoluções agrícola e industrial, a mulher das

camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel fundamental (CASTRO, 2015).

Para Neves e Medeiros (2013), as atividades da mulher rural não estão apenas circunscritas ao cuidado reprodutivo, pois elas também trabalham nas lavouras e na produção de alimentos, contudo, não são reconhecidas como parte produtiva da agricultura. Inclusive, na maioria das vezes, as mulheres rurais sequer são consideradas agricultoras, sendo conhecidas como a mulher ou a filha de determinado agricultor. Segundo Sales (2007, p. 437), a presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho.

Esse usufruir da terra livre com seu trabalho é o grande desafio da filha de dona Joanira. Por ser jovem, pensa de forma diferente, isto é, quer manter a tradição aprendida com seu pai, mas quer aproveitar suas experiências e implementar novas formas de produção, bem como inserir novas parcerias: *“Ela faz as polpas e vende lá na banca, lá na cidade conhecida como seu Manelão, usar o mesmo nome porque todos já conhecem o pai dela”*. (JOANIRA, ANAPU, 2019).

Por possuírem uma despoldadeira, que foi financiada pelo projeto Fundo Amazônia¹² (Figura 17), produzem polpas que são vendidas no comércio local para gerar renda para as famílias que usam suas produções para fazer sucos e polpas. Além da produção familiar, dona Joanira fornece polpas para a prefeitura, as quais

¹² O Fundo Amazônia foi criado em 2008 com o [Decreto Nº 6.527](#). A gestão do fundo é feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que também é responsável pela captação de recursos, de contratar e monitorar os projetos financiados. Os governos da Alemanha e da Noruega são os principais financiadores do Fundo Amazônia, que conta com mais de R\$ 3,1 bilhões. A Noruega doou 93,3% desse valor, seguido pela Alemanha (6,2%) e a empresa Petrobrás (0,5%). Em 2019, o ex-ministro do Meio Ambiente, [Ricardo Salles](#), aventou mudanças na estrutura do Fundo Amazônia, afirmando irregularidades na gestão, sugerindo que os recursos do fundo sejam usados para indenizar desapropriações de terras em unidades de preservação na Floresta Amazônica. Instituições do terceiro setor, além da Alemanha e da Noruega, protestaram contra as mudanças, afirmando que auditorias não haviam encontrado nenhuma irregularidade na gestão do fundo ou o acompanhamento dos impactos dos desmatamentos, afirmando, “[...] o aperfeiçoamento da eficiência, impacto e transparência do fundo” deve ser abordado “[...] dentro da atual estrutura de governança”. Em 10 de agosto de 2019, a ministra alemã do meio ambiente, Svenja Schulze, anunciou que, devido ao aumento no desmatamento na região amazônica, além das preocupações com o governo Jair Bolsonaro, a Alemanha iria suspender os investimentos de 155 milhões de reais para o Fundo Amazônia. (Disponível em fundoamazonia.gov.br; pt.m.wikipedia.org).

servirão para compor a alimentação escolar das crianças. Na cidade, são comercializadas polpas de açaí, de cupuaçu, de goiaba e de acerola, entre outras. É importante destacar que a produção das polpas obedece às estações que florescem.

Figura 17 - Placa de financiamento de um projeto na localidade Grotão das Onças



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Nesse sistema, tem-se a parceria local, a produção da roça, o processamento do produto e o consumo pela comunidade, portanto, todos se beneficiam, bem como ajudam uns aos outros, contribuindo para o desenvolvimento do município na medida em que se movimentam economicamente, relevando uma tríade perfeita e alinhada às necessidades comunitárias.

Na fala de dona Joanira, podemos perceber que não somente houve a perda do provedor da família, mas também daquela figura que articulava essa tríade, assim, perde a família e a comunidade como um todo, pois afeta diretamente o processo de produção que utilizava a máquina para fazer o processamento dos frutos. Por se tratar de um projeto de beneficiamento de fruta, gerou, também, para as famílias locais, a perda momentânea de processamento da produção local.

A despobladeira está parada desde que o Manelao morreu, mas agora com a volta da Vanice vai funcionar. Ela sabe usar [...] as polpas são feitas com

o que temos plantado do lote, quando é o tempo de açaí, fazemos de açaí, quando é de cupuaçu, fazemos de cupuaçu e assim vai. Também fazemos polpas com as frutas de conhecidos nosso. (JOANIRA, Anapu, 2019).

Figura 18 - Resultado dos produtos beneficiados na despulpadeira



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Acima (Figura 18), uma amostra do resultado do beneficiamento dos produtos da propriedade de Dona Joanira, que, depois de o companheiro falecer, administra, junto com a filha mais nova, a propriedade. Nessa nova empreitada, há um olhar mais atual, aproveitando todos os frutos produzidos, transformando-os em polpas que são comercializadas na comunidade ou fornecidas para as escolas locais.

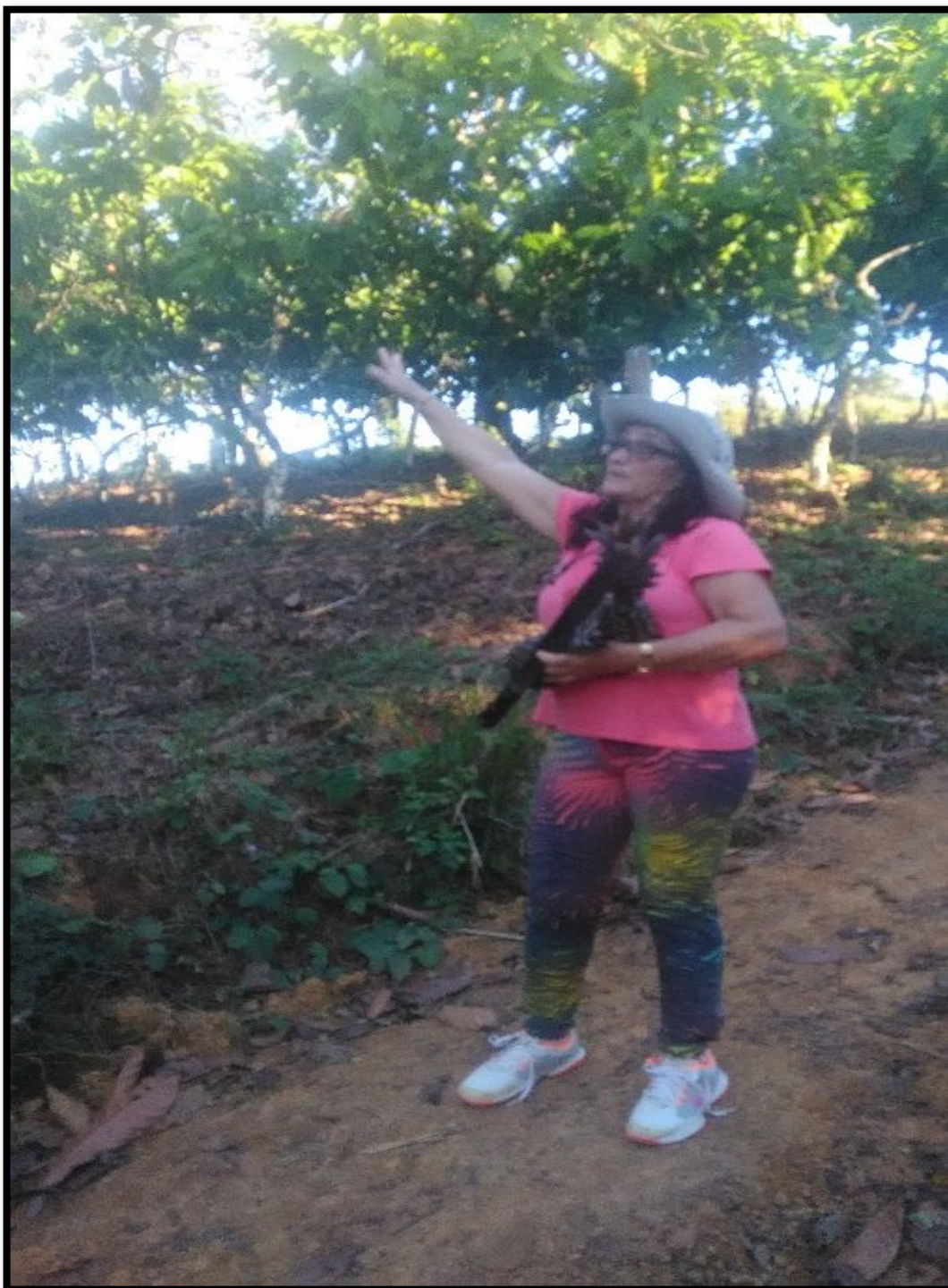
Quando o pai morreu tudo ficou abandonado. Entregamos para meu primo cuidar, mas ele não cuidava igual antes, eu pedi pra mãe para eu ajudar. Eu conheço tudo, cresci na roça. Ele não deu conta do lote [...]. Eu sempre quis cuidar, mas o pai sempre disse que era pra deixar nas mãos dele que era homem, sabe lidar com a terra. Mas eu não liguei, e produzir. Meu primo não liga, não faz, nem cuida do gado. Então eu limpei tudo, comecei a produzir. Eu pego de outros moradores, uso a despulpadora, faço. Eu compro as frutas, o açaí deles também e bato, produzo e vendo na cidade, aqui pros vizinhos. Eu produzo a polpa de cajá, de açaí, de acerola, de cupuaçu. Eu entrego na escola. Eu queria ficar com o lote, cuidar, mas

minha mãe cumpriu o que o papai queria, deixar meu primo cuidar, ele não sabe, não cuida das plantações, as mudas não planta na época certa. Deixa fechado tudo. A nossa despoldadora está fechada há tempos. Então agora eu abri, tô produzido as polpas, vendendo lá na cidade. Todo mundo conhecia seu Manelão. Então já tem o nome. (CARVALHO, VANICE, ANAPU, 2019 – Entrevista Citada).

Nas duas narrativas, observa-se mãe e filha incumbidas em manter o legado do esposo e pai, mantendo a produção na propriedade. O interessante é a união e a força de duas gerações, que mesmo contrariando o que lhes foi dito, produzem dentro das possibilidades que o projeto possui – as polpas. Nesse processo, não só se sustenta com o que a terra produz, como também ainda se faz a cadeia local circular. Ouso dizer que a Vacine é a nova cara do campo, uma jovem destemida que está sempre pronta para buscar o seu lugar.

Nas Figuras 19 e 20, ilustra-se a inspiração de Vanice, ou seja, a dona Joanira, que, no auge de seus 60 anos, demonstra que o tempo fortaleceu a mulher e aprimorou suas habilidades. Mulher que venceu diante das duras realidades enfrentadas, nas quais o predomínio masculino pouco abria espaço para a mulher lidar com o cultivo. Hoje, com tantas experiências, deixa seu legado para a nova geração da família, com a certeza de que sua missão foi cumprida.

Figura 19 - Dona Joanira Carvalho mostrando seus lotes e suas plantações



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Mulher forte e determinada, tem orgulho da sua origem, mãe de quatro filhos, no campo desde os 5 anos de idade. É fascinada pela terra, manuseia o facão com uma habilidade de quem passou anos fazendo essa atividade. Conta que está na lida desde muito cedo, que aprendeu tudo com os pais e procurou repassar para os filhos, ainda que goste da terra, sonha com uma vida mais fácil para as filhas.

Figura 20 - Trajeto percorrido até o roçado de abacaxi, no lote da dona Joanira Carvalho



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

A Figura 20 retrata o momento descrito e revela a felicidade de quem vive no campo, quando a produção prospera. Ainda que a plantação não esteja no auge, dona Joanira exhibe com orgulho seus abacaxis, frutos de um esforço coletivo da família. Como tantas outras, essa mulher tem sua história atrelada ao campo, onde a força e a superação fazem parte do cotidiano. E mesmo diante dos desafios, não perde o sorriso e a alegria de ver suas terras produzindo.

4.6.1 Mulheres do campo e suas estratégias de sobrevivência

Na ida a campo é natural nos depararmos com histórias de vida que se destacam em detrimento de outras, ainda mais quando a metodologia adotada permite que vozes ecoem mais alto para ter o seu lugar de fala. Neste tópico, são apresentadas as falas de quatro mulheres que, mergulhadas em um cenário predominantemente masculino, superaram obstáculos e reescreveram suas histórias de vida para além do ambiente da roça.

O que essas mulheres têm em comum? Elas nasceram ou cresceram na localidade, inseridas em um cenário dominado pela ação dos homens. A elas eram, ou ainda são atribuídas as funções que “normalmente” se considera papel da mulher, os afazeres domésticos. Contudo, engana-se quem imagina que as mulheres do campo se colocam em um lugar de fragilidade. Mesmo em um ambiente marcado pelo domínio masculino, essas mulheres demonstram que também são capazes de realizar as atividades que exigem mais esforço. Assim, encontro na fala de Eliene, de Clea e de Maria do Socorro a demonstração de que reescrever os cenários é possível quando se tem foco, força de vontade e oportunidades. Mas suas histórias não começam nas oportunidades, e sim nas dificuldades que as famílias enfrentaram quando migraram de outros estados para Anapu-PA. Começa na roça, no campo, dentro de um sistema masculino, que, em sua maioria, despreza o trabalho e a força da mulher no cuidado das plantações. Contudo, a mulher, nesse cenário, assim como em outros, traz consigo a capacidade de se adaptar e transformar as situações mais diversas.

Podemos nos questionar se isso é uma estratégia de sobrevivência, eu diria que sim, é! Através da força e da superação, essas mulheres mostraram que não saíram da localidade e ainda assim transformaram suas realidades a partir da roça, do trabalho com o gado, as galinhas, entre outros. Demonstraram que, para a

permanência e o crescimento da família, a reinvenção delas também é uma estratégia de sobrevivência na floresta, no campo, pois acabam por deter o conhecimento das coisas advindo da experiência na roça, mas também aprendem a usar os conhecimentos científicos e passam a contribuir com diferentes saberes a respeito da agricultura, das leis, dos projetos.

Figura 21 - Eliene Silva, mulher que transforma



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Eliene Silva, 35 anos, Moradora do Km 45-BR230, professora, agricultora. Mãe de 5 filhos, viu na educação uma forma de superar as dificuldades no campo. Coursou Pedagogia.

Eliene lembra que cresceu em uma família grande, oriunda do Maranhão. Assim como a maioria das famílias que chegaram na mesma época em Anapu, devido à extrema pobreza, a sua precisava que as crianças contribuíssem no sustento da casa – o trabalho a que a entrevistada se refere é a lida na roça. Essa lida é, naturalmente, incorporada na cultura das famílias que residem nas áreas rurais, ou seja, qualquer criança, independente do gênero, participa dessa etapa, respeitando-se os limites das idades.

No contexto familiar da Eleine, outra mulher exerceu um papel fundamental e que, no futuro, definiria a tomada de decisão para que a educação pudesse ser o diferencial na vida dela, tal mulher é sua mãe, pessoa que, nos relatos de Eleine, superou o abandono do marido e se viu obrigada a trabalhar e a encontrar meios para que seus filhos pudessem escrever uma história diferente. Essa mulher forte, determinada, que habita as memórias da Eliene, não só definiu o legado da família, como tem um papel fundamental na carreira escolhida por Eliene. Nas suas lembranças, recorda que sua mãe foi o grande diferencial na sua vida e na vida dos irmãos. Com o olhar de quem voltou uns vinte anos no tempo, Eliene rememora:

Aí quando eu terminei a oitava série. Na época já tinha mais série, aí a mãe ia (queria) botar no projeto gavião (lembra, falei disso atrás). Eu não queria, era só para professor. Eu não queria ser professora, não queria, olha onde acabei. Minha mãe era forte e brava, mas sobrevivemos por causa dela. Ela disse tu vai sim, porque não tenho condições de colocar em uma escola agrícola. E você, o que falava? Eu quero ir pra uma escola agrícola. Ela disse não tem condição de você ir, pra ela ir pra lá. Então eu disse se eu não for pra lá eu vou parar de estudar. Eu fiquei com isso na cabeça de ir pra Macapá. Eu não vi o lado da minha Mãe entendeu? Eu queria ir e ir pra lá. Ela não tinha condições, mas ela deu um jeito e fui pra Macapá estudar. (SILVA, ELIENE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

A importância dessa figura na formação da cidadã, da profissional e da filha reflete na profissão escolhida e no retorno que ela traz para o lugar onde a família fez morada. Não é um olhar de fora sobre a situação do campo, é o olhar de uma pessoa que viveu e sobreviveu às dificuldades da vida e acredita que poderá contribuir para a melhoria do lugar. Como todas as entrevistadas, Eliene possui 20 alqueires, mas acredita que pode contribuir muito mais na formação em sala do que no plantio das roças. Sobreviver, para ela, também perpassa por uma chance na educação.

Nasci no campo, me criei no campo, trabalhei no campo até me formar. Concluí meu ensino médio numa escola agrícola em outro estado. Como toda mulher aqui que buscava estudar, sofria preconceitos. Na época,

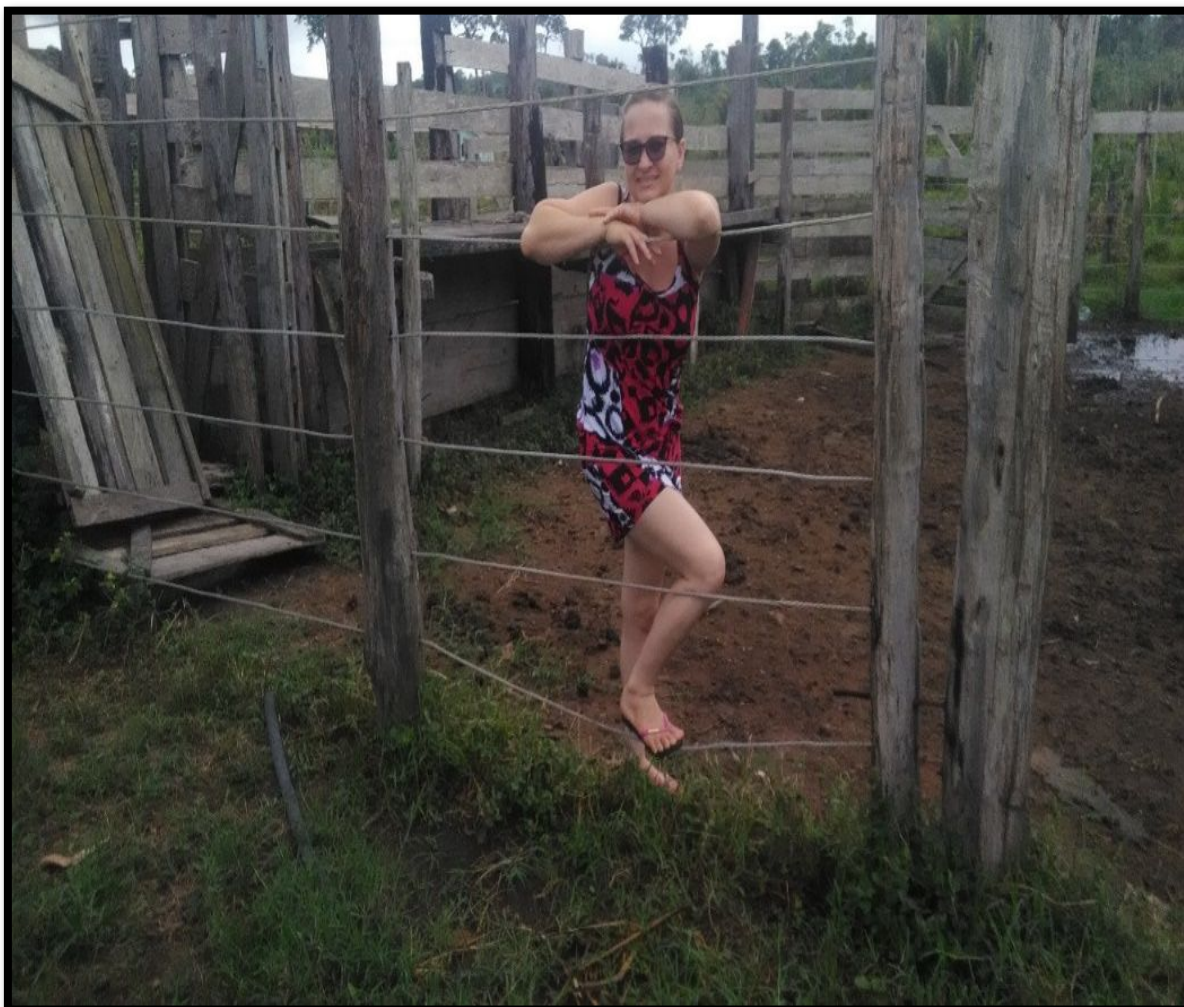
concluí o ensino técnico em agropecuária, na época surgiu uma vaga, mas preferiam homens para a vaga, como se eu não tivesse capacidade para está ali. Mas eu não baixei a cabeça, eu fui em busca do meus sonhos. (SILVA, ELIENE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Esse último trecho da fala reforça que, mesmo com boa formação, as mulheres ainda têm menos poder do que os homens, não têm o mesmo valor, nem em casa nem fora do lar, nas instituições. Seu papel é menos valorizado que o dos homens e suas conquistas são ainda maiores, porque, além de lutar contra dificuldades financeiras, de deslocamento, precisam lutar contra uma cultura que insiste em subjugar a força da mulher do campo.

Ser professora me fez olhar o campo de outra forma, porque eu vi, eu, no meu ponto de vista, porque minha mãe morreu pela aquela terra, porque ela tinha um objetivo na vida, pra levar a gente pra ser alguém na vida. Eu fui ser professora, porque queria outra vida para os meus filhos. Não foi fácil, não tive, com filhos pequenos. Meu marido não apoiava, me descobri grávida, mas mesmo assim não desisti. Ia com filho pequeno, minha mais velha ia junto, tomava conta dele enquanto estava na sala. Mas eu consegui. Hoje eu sou coordenadora daquela escola, que tá dentro do terreno que a mãe lutou. O terreno é nosso, quando olho, vejo tudo, então cada sacrifício da minha mãe valeu. A gente aprende muito no campo, mas no mundo que nós vivemos, eu quero o melhor para eles. (SILVA, ELIENE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Eliene é uma mulher daquele local, que saiu para buscar formação acadêmica e voltou por acreditar que as crianças também merecem a oportunidade de adquirir o ensino formal. No entanto, por acompanhar o sofrimento dos pais, e principalmente da mãe, ressalta que tem sonhos diferentes para seus filhos, reforçando a ideia de que as novas gerações tendem a sair da localidade em busca de formação e não retornam para ajudar no processo de desenvolvimento local. Esse sonho da Eliene também é o sonho de muitas outras mulheres para as quais o campo não é vida fácil.

Figura 22 - Edclea Sena, a batalhadora, agricultora



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Edclea Sena, 40 anos, professora, agricultora, mãe de dois filhos. Foi secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Atua, atualmente, no CRAS.

Outra mulher, nesse processo de idas e vindas para coletar os dados, que chamou a atenção, e cuja narrativa de vida merece destaque, chama-se Edclea Sena, ou, como bem é conhecida, a “Clea”. Na sua entrevista, demonstra a força e os sacrifícios que foram necessários para que pudesse escrever um história diferenciada das mulheres da sua família. Assim como dezenas de meninas, é na infância que a lida na roça começa, tanto para homens quanto para mulheres. E para Edclea começou dessa forma:

Eu já trabalhei na roça, tanto na minha fase criança, quanto na minha fase adulta eu sempre trabalhei no campo ajudando a minha família, no serviço mais maneiro, ou seja, nas colheitas do feijão, do milho, do arroz, mesmo no

processo da farinha, onde a gente preparava a farinha pra gente ajudar na despesa da casa, vendia, pra essas coisas. (SENA, EDCLEA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Nessa batalha de superação, assim como a Eliene, a Edclea venceu em um meio no qual o destino da maioria das mulheres é a cozinha e o lar. É importante destacar que não é desmerecedor estar nesse lugar, mas é ainda mais relevante quando essa mulher sai desse sistema pré-estabelecido e busca seu desenvolvimento pessoal. A entrevistada não nega e nem se vitimiza pelas dificuldades enfrentadas em busca de um sonho e, como toda mulher do campo, busca meios de superar os desafios e construir uma história diferente das mulheres da família, ainda que o apoio, algumas vezes, seja difícil. Nas suas memórias, essa mulher se volta para um período dos estudos, lembrando as dificuldades e os desafios:

Meus estudos foi uma fase bem difícil, tanto nas séries iniciais quanto na universidade, bem difícil mesmo, mas foi muito proveitosa. Eu jamais eu imaginaria que passando por toda a dificuldade, sem condição financeira e filha de agricultor, sair do campo e morar na cidade, e ainda assim ser professora, invertendo o quadro, em vez de aluna, ser professora. Uma nunca imaginaria que conseguiria, eu sonhava é ser professora do campo. (SENA, EDCLEA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Tem-se, nessa memória, a ideia longínqua de sair do campo como algo impossível de ser alcançado para uma filha de agricultor. Dessa forma, sair do campo representa uma vitória, pois é comum, na localidade pesquisada, nascer no campo e ter um vida inteira dedicada a ele, não por falta de sonhos, mas, muitas vezes, por falta de oportunidades. Nessa caminhada, Edclea conta um fato que se tornou motivador:

E que mais me despertou em ser professora foi o pai, porque ele falava da irmã dele que era professora e ele tinha muito orgulho da irmã dele, porque foi a única dos irmãos e das irmãs que conseguiu se formar, foi a irmã mais nova. Ele falava muito sobre ela, e aquilo foi fazendo com despertasse o desejo sobre ele, falando sobre mim, que eu era professora, com orgulho. Então eu coloquei no meu coração e na minha mente que seria professora igual à minha tia. Então eu comecei a me dedicar aos estudos de uma maneira que era difícil, mas eu não via dificuldade naquele momento, eu enfrentava sol, chuva, lama, travessia de rios, e consegui estudar, fui aluna da minha tia e ao falar nela, cada dia que meu pai contava, eu me imaginava igual ela. (SENA, EDCLEA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Motivada pelas histórias de seu pai e pela figura de outra mulher, os obstáculos, as necessidades foram sendo superados a fim de atingir uma meta: ser professora do campo. O que chama a atenção nessa narrativa é a força propulsora

para a mudança, pois a mulher sai da zona rural em busca de maior aperfeiçoamento e qualificação e volta para agregar maior valor em forma de conhecimento para a comunidade. Para Edclea, o retorno e o valor estão diretamente ligados ao ato de ensinar no campo. Quando questionada sobre as possíveis dificuldades que encontra por ser mulher, ela prontamente responde que as mulheres são capazes superar tudo:

Mas como as coisa foram ficando difícil, achei por um momento que não ia chegar e consegui chegar com muita dificuldade, mas cheguei. Na minha vida nada foi fácil, mas eu observei a dificuldade, elas vêm e você precisa estar atento e não tropeçar nela e cair, e mesmo que você tropece nela e caia, tenha tombo e cai, não é motivo pra você ficar no chão, você precisa levantar a cabeça e seguir. (SENA, EDCLEA, ANAPU, 2019 - *Entrevista Citada*).

Assim como Edclea, temos Maria do Socorro e Tanaguanacira, mulheres que venceram seus medos e desafios em uma localidade onde a mulher tende a ser subjugada e as oportunidades de transformar suas histórias geralmente passam pelo aval do companheiro. No caso delas, contaram com o apoio da família para buscar formação e realizar seus sonhos. Tanto Maria do Socorro quanto Tanaguanacira, apesar de viverem na roça, sonhavam em ter uma formação, não para sair do seu ambiente, mas para poder contribuir com o desenvolvimento do município.

Essas mulheres não somente formaram-se professoras, elas contribuem com a comunidade, prestando auxílio sobre assuntos relacionados ao cotidiano da roça, pois participam da organizações locais e acabam sendo incentivadoras dos projetos ou mesmo uma via entre as famílias e os órgãos. A capacidade de superação e a forma para sobreviver diante das adversidades fazem dessas mulheres seres essenciais para a transformação da dinâmica da família e da localidade, à medida que não são somente professoras, mas também espelhos e incentivadoras de sonhos para meninas e meninos de uma comunidade que, muitas vezes, é esquecida.

Eu queria me formar para ser professora daqui. E quando veio a oportunidade eu fui, queria ser igual à professora Jovanete, ela ainda é viva. E hoje dou aula na mesma escola que ela. Eu me sinto feliz, quando meus aluninhos aprendem. Eles lidam na roça, eu fui da roça, sei que é pesado, então quero que eles encontre um caminho diferente. Eu trabalho aqui, eu gosto, gosto de fazer parte da vida deles. (PAZ, MARIA DA, 2019, ANAPU - *Entrevista Citada*).

Nas narrativas dessas mulheres, obtidas ao longo deste trabalho de tese, observa-se que educação se constitui uma estratégia de sobrevivência no meio em que vivem, no qual os papéis são claramente definidos. Entretanto, há, por parte delas, o desejo, o sonho de reescrever ou mesmo escrever uma história diferente da vivida por seus pais e avós, que migraram e fizeram parte do processo de povoamento da região. Na fala de Maria da Paz, identifica-se alguém que busca a sobrevivência por meio do processo educativo, ao enfatizar que “*queria ser professora daqui*”. Isso nos lembra que sua história de vida começa no campo, no seu lugar de origem, e por isso considera que é necessário contribuir para a transformação das vidas das pessoas que residem ou nasceram nesse espaço. Percebemos, assim, alguém que não somente sonha com um futuro diferente, mas uma pessoa que viveu os desafios de lidar com a roça, com a floresta, com as dificuldades de morar em uma região onde a distância e a ausência de boas estradas são fatores-chave para a sobrevivência.

Figura 23 - Maria da Paz, grande educadora



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Maria da Paz, 42 anos. Moradora do Km 65 da Transamazônica, formada em Pedagogia. Trabalha na mesma escola onde estudou quando criança.

Ao olhar para as memórias de Maria da Paz e das outras mulheres entrevistadas, e também lembrar das suas motivações, há um retorno aos momentos de dificuldade enfrentados e que se assemelham aos dias atuais dos alunos com os quais Maria da Paz trabalha no dia a dia. Percebemos esse momento na seguinte frase: *“Eles lidam na roça, eu fui da roça”*. A propriedade com que pode falar desse momento é singular, na medida em que compreende as dificuldades dos alunos em conciliar aulas e o trabalho no campo, bem como as dificuldades que enfrentam para continuar com o processo educativo.

As narrativas dessas mulheres partem sempre de uma inspiração, de um sonho, de uma estratégia para sobreviver em um meio altamente masculinizado, no qual o processo de conhecimento e a formação são seus maiores aliados, constituindo-se, portanto, uma ferramenta de sobrevivência.

4.7 DA CULTURA DA FLORESTA AOS DESAFIOS PARA AS NOVAS DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS

4.7.1 O sustento da família

As pessoas enxergam na floresta e nas terras um meio de sobrevivência, o objetivo principal de quem migrou para as cidades em formação à época dos grandes projetos e incentivos do governo e tinham como foco obter extensas terras de terra na medida em que se abria um mundo de possibilidades. Era um mundo novo que, na visão da época, necessitava ser desbravado e conquistado. Foi com essa ideia de conquista que homens e mulheres atravessaram o país em busca de um lugar para chamar de seu. Seu Guilherme, assim como tantos outros, também escolheu a Amazônia para ter um lugar e nele plantar.

Nós viemos pra cá para fugir da seca a oito anos. Aqui com um alqueiro se consegue sustentar a família. Aqui cultivamos um pouquinho de cada coisa, tem cacau, laranja, e temos uma vaquinha que todos os dias tiramos leite. É uma vida simples, mas é melhor do que tínhamos na Bahia. (GONÇALVES, GUILHERME, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Observa-se, nessa passagem, uma ideia de produzir para a subsistência familiar, acreditando que há uma diversidade de plantio que “dá o ano todo”. Dessa forma, as famílias, mesmo não possuindo um renda definida em função do que produzem, têm, ao menos, o básico para a sobrevivência. O uso de dizer que não lhes falta a alimentação básica, pois possuem roça de feijão, arroz, mandioca, todos alimentos que vão para a mesa no seu dia a dia: “[...] aqui é bom pra viver, porque a terra é boa pra plantar, sabendo trabalhar a gente vive bem, sustenta a família”. (GONÇALVES, GUILHERME, ANAPU, 2019).

Guilherme é morador recente, chegou em Anapu e no assentamento Grotão das Onças há apenas oito anos, mas sente-se conectado com a localidade, considerando que a terra local é boa para realizar os plantios destinados à subsistência, lembrando que, no seu estado de origem, a terra tende a ser mais cara

e nem sempre é possível plantar e colher, pois costumam lidar com as intempéries. É notório que o processo de subsistir é o passo fundamental para as pessoas que migram de uma região para outra, ou entre as localidades, não possuindo a visão de um emprego como normalmente estamos acostumados, pois, para o homem do campo, a ideia de um trabalho fixo nem sempre representa o objetivo final, ou seja, plantar e colher seguindo os períodos sazonais ou anuais das plantações é o principal foco.

Eu estou aqui agora. Eu já rodei muito, tudo por aqui, procurando por um pedaço de terra... Eu sou homem que nunca gostou de trabalhar para ninguém. Eu gosto de trabalhar para mim mesmo, modo viver com minha família [...]. Aqui eu planto cacau, cuido do gado. A terra é boa. Tudo você pode plantar, filha. Se tem vontade, vai pra frente, se tem preguiça... Você pode não ganhar dinheiro, mas não vai morrer de fome. (SOUZA, JOÃO DE. ANAPU, 2019 - Entrevista citada).

A narrativa do sujeito em questão aponta uma postura de alguém que se identifica apenas parcialmente com o território, quando afirma que já esteve nas mais diversas localidades à procura de terra, mas em assentamentos diferentes, e não permaneceu, pois, para ele, o mais relevante era encontrar um ambiente no qual pudesse viver e trabalhar por si mesmo. Para as pessoas como seu João, possuir o que é seu torna-se fundamental – ser dono da terra e sobreviver dela representa, para ele, o *status* de chefe da família, cuja função é prover a alimentação, a moradia, o sustento, por isso parte da premissa: *“Eu sou homem que nunca gostou de trabalhar para ninguém. Eu gosto de trabalhar para mim mesmo, modo viver com minha família”*. (SOUZA, JOÃO DE. ANAPU, 2019).

Chama a atenção, também, nessa narrativa, a percepção de que mesmo aquele produtor cujo objetivo não está na produção vislumbrando a comercialização, ainda assim possui meios para obter os alimentos necessários à sobrevivência familiar ou individual. Direto e afirmativo, ressalta que, para o homem do campo, *“Se tem vontade, vai pra frente, se tem preguiça você pode não ganhar dinheiro, mas não vai morrer de fome”* (SOUZA, JOÃO DE, ANAPU, 2019), lembrando que, nas comunidades rurais, quem possui um lote tem meios e formas de subsistir.

A subsistência da família daqueles que migraram no início do povoamento de Anapu, quando as estradas e as comunidades se encontravam em formação, se revela, nas falas dos entrevistados, como um período árduo e difícil de prover o mínimo necessário e garantir a sobrevivência – a distância e a dificuldade de locomoção influenciavam na dinâmica familiar. Nesse caso, prover a alimentação

diária tornava-se uma batalha para além da comida, tornando-se essencial possuir conhecimentos a respeito do solo, da floresta, dos animais, porque, a partir de então, passariam a utilizar os recursos naturais que a floresta e a terra forneceriam no dia a dia da família.

Quando eu vim com minha família, não tinha mercado, não tinha onde comprar, pra ir na cidade, o jeito, menina, era plantar, tirar o sustento da floresta. Uma vez não tinha café, a mulher pegou umas plantas aí, fez chá, daquele jeito ficamos tempo, até ir na cidade e comprar, todo dia a gente ia pra roça e levava nossas meninas, elas ficavam lá, ajudavam, esperavam a gente voltar com a caça, comemos muita caça. (DANTAS, EDMILSON, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Cabe ressaltar que na época a que seu Edmilson se refere ainda era possível extrair recursos da floresta, bem como alimentos, sem prejudicar o equilíbrio, afinal, baseava-se numa relação de extrativismo, em que se buscava alimentos frutíferos, bem como a caça de animais apenas para a subsistência familiar, sem fins lucrativos. Mantinha-se uma relação saudável entre homem e ambiente. Essa mesma relação não se aplica na realidade de Maria do Socorro, que, na sua narrativa, expressa que os alimentos para o sustento familiar se baseiam tanto naquilo que se planta quanto na compra de produtos que a família não é capaz de produzir, deixando evidente que, como a maioria dos pequenos produtores, os cultivos são exclusivamente para consumo interno, não vislumbrando a comercialização em mercados ou feiras.

Entende-se, dessa forma, que se trata de uma realidade cada vez mais presente na vida dessas pessoas que têm o campo como forma de sobrevivência – onde plantar nem sempre se configura como a principal fonte de subsistência, pois, para alguns agricultores, constitui-se apenas uma fonte complementar. Isso se deve ao acesso a produtos industrializados, à falta de insumos e às dificuldades para acessar linhas de crédito, assim, plantar, na maioria das vezes, é mais dispendioso do que comprar. Fatores externos, por exemplo, acabam interferindo diretamente na vida dessas pessoas.

Professora, aqui a gente planta sim para ajudar na despesa da casa, mas mesmo assim a gente tem que comprar fora. Aqui nem sempre tem sementes, ou mudas para gente plantar. A gente planta cacau, uns abacaxi, açaí, mas está vendo ali, eu plantei milhos e arroz, um bicho, quesito come tudo. Eu não posso reclamar, a natureza já estava aqui, os animais são da terra, mas o prejuízo é grande, viu. (MARIA DO SOCORRO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Com tudo o que a natureza oferece, também os pequenos produtores sofrem com as investidas dos animais que habitam a floresta. É importante destacar que a maioria das famílias que residem na localidade investigada já sofreu com esse tipo de situação: “[...] *um bicho, quesito come tudo. Eu não posso reclamar, a natureza já estava aqui, os animais são da terra, mas o prejuízo é grande, viu*”. (MARIA DO SOCORRO, ANAPU, 2019), “*o Porcão come os milhos, as plantações*”. (JOANIRA, ANAPU, 2019).

Essas situações são resultantes de muitos fatores, mas o principal deles está relacionado ao desmatamento do habitat natural dos animais da floresta. À medida que a floresta diminui em função das derrubadas e das queimadas, a fauna se aproxima cada vez mais das comunidades, dos vilarejos, da cidade, em busca, principalmente, de alimentação. *Porcão e quesito* são as mesmas figuras, porcos do mato, que, em função do desmatamento e da ocupação das áreas que seriam consideradas seus habitats naturais, avançam para as cidades e para as plantações, tornando-se, para as pessoas que cultivam no campo, uma “praga”.

O desmatamento, nesse caso, é prejudicial para ambas as partes, sendo uma questão latente na localidade, assim, ao mesmo tempo, entendem que não podem desmatar ou queimar, embora desenvolvam um sistema de plantio no qual a queimada relaciona-se à preparação do solo. Com ela, buscam uma forma de enriquecer o solo, no entanto, como qualquer outra ação humana, há consequências, sendo, algumas delas, a aproximação dos animais e a alteração no ciclo de chuvas.

Nessa aproximação, o pequeno agricultor sofre com a devastação das plantações em decorrência das ações de animais, que, na falta de comida, a procuram nas roças, levando aos pequenos agricultores grandes prejuízos. Percebemos esse momento na fala de dona Maria da Paz, que mesmo compreendendo que estão nos espaços dos animais, afinal a floresta deu lugar aos plantios, enfatiza seu descontentamento e o do marido com as investidas desses animais. Há, nessa narrativa, um conflito pela ocupação do espaço, no qual existem interesses diversos e, por conta do processo de transformação do ambiente, não se consegue viver de forma harmoniosa.

[...] Esse ano ele fez uma roça aqui, mas tem uns animais aqui que o pessoal chama de capivara, não sei se você já ouviu falar. Então, na parte de legumes, arroz, milho. Elas devastaram, devoram tudo, não deixaram nada. Esse ano vamos ter que comprar. Então ele falou, se ele não tivesse

deixado um espaço para o pasto de gado, porque a gente cria um gadinho, é pouco, mas a gente cria. Se não fosse a questão do pasto, a gente ia ter muito prejuízo. (SOCORRO, MARIA DO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

É importante salientar que as ações dos animais junto às roças é um reflexo da intervenção humana, que se apoderou dos espaços sagrados destinados à vida dos animais, aliando-se, nesse processo, as queimadas e derrubadas desordenadas da floresta, produzindo, dessa forma, grandes reflexos sobre a sociedade, dentre os quais podemos destacar a alteração no ciclo de vida da floresta, da chuva e de todos os fatores interligados ao ambiente.

Ainda que ocorram esses contratemplos, para as famílias, plantar para a sobrevivência é uma ação de vida. Da plantação é possível garantir o alimento na mesa, mesmo em tempos difíceis. Essas ações são herdadas – passam de pai para filhos(as) – e são repetidas quase que diariamente pelos membros da família. É o exemplo da família de Maria da Paz, que viu seu pai iniciar nessa lida e, hoje, ela acompanha o marido na mesma vivência.

Algumas vezes nos ia mais o pai ia ajudar na colheita do feijão que o pai plantava. As vezes até na colheita de arroz a gente ia naqueles horários de sol mais frio. Porque apesar do meu pai não ter estudado, ele não era aquele pai carrasco que fazia pra explorar, ele ia de acordo com a nossa força dava. Tudo que ele plantava era pro sustento da família, plantava arroz, feijão, milho. Não tínhamos muito, não tinha ajuda, mas dava pra sobreviver com que ele plantava, não passávamos fome. (PAZ, MARIA DA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

[Atualmente ele produz pra sobrevivência ou pra venda?] Meu marido pra sobrevivência, às vezes, quando dá ele vende um pouco. Mas não é aquela coisa de plantar pra vender, é mais plantar para o sustento da família, pra sobrevivência, aí não temos que comprar arroz, feijão, porque tá caro, né. (PAZ, MARIA DA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Há, nas citações, dois momentos distintos, um na década 1970, com o pai, e outro momento nos anos 2019, com o esposo, mas o que há em comum? O cultivo de alimentos típicos da mesa do brasileiro – arroz e feijão. Por vezes, tem-se a ideia de que não é possível esse tipo de cultivo na região Amazônica, mas as narrativas das pessoas reforçam que há uma diversificação da produção de alimentos voltados para a subsistência familiar, e, ao afirmar “*tá caro*”, tem-se, também, o impacto da economia no cotidiano das famílias entrevistadas. Diferentemente dos outros cultivos, como cacau, abacaxi, cupuaçu, quem planta o arroz e o feijão o faz exclusivamente para a família, não há por trás disso interesse em comercializar.

Essas memórias tão singulares e subjetivas reforçam a relação do homem e da mulher com o ambiente, ou seja, revelam que, do seio da terra, brota a esperança de uma vida melhor, de uma condição socioeconômica estável, que lhes permita proporcionar aos familiares o bem-estar social e econômico.

Constata-se, ainda, nas narrativas, que há um padrão nos cultivos, pois em todas as memórias o início da lida no campo começa com o plantio do arroz e do feijão, sendo, a princípio, só mais uma questão de escolha, mas, se olharmos a fundo, é, de fato, o meio mais fácil de garantir um prato de comida: “[...] *não tínhamos muito, não tinha ajuda, mas dava pra sobreviver com que ele plantava, não passávamos fome [...] aí não temos que comprar arroz, feijão*”. (MARIA DA PAZ, ANAPU, 2019). Diante dos altos preços dos alimentos que compõem a cesta básica no país, quem consegue plantar o básico, consegue, no mínimo, comer.

Mesmo com a terra e as plantações, as famílias narram que é difícil sobreviver apenas com o que cultivam, pois, as alterações no ambiente, no ciclo das chuvas, os poucos incentivos para os pequenos agricultores, algumas vezes, acabam por tornar o cultivo mais um desafio do que uma forma rentável. Esse fato é explicitado por meio das memórias evocadas – saudosas, as pessoas lembram da fartura da terra, que, aos poucos, foi se perdendo, observando o declinar do processo de plantio, e a mesa, que podia ser farta, hoje é mais uma das preocupações que habitam os pensamentos dos moradores de Anapu.

Hoje a gente planta a mesma coisa hoje não dá mais pra sobreviver, há praga demais, a terra tá fraca, porque feijão mesmo, pra um conseguir o que conseguimos tá difícil, porque às vezes não chove, sabe aquele florzinha murcha, chega produzir nada. Ai quando nasce, vem aquela borboletinha fura, estraga o feijão, não compensa. (MARTINS, MATIAS, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

A ideia um dia difundida de que se plantando tudo dá não se aplica mais a essas terras em razão da ausência de assistência quanto ao uso de técnicas para adubar o solo, assim, o que outrora era fartura, converte-se em preocupação, em tristeza e ausência de esperança, pois, para muitas dessas famílias, sobreviver somente da terra não é mais possível.

Durante as entrevistas, constatou-se, ainda, que as mulheres são as que tendem a trabalhar tanto no campo quanto fora dele, em diferenciados serviços (escolas, prefeituras, lojas), principalmente na cidade, pois elas buscam, além da subsistência, também a formação. Algumas procuram formação aliada à agricultura,

mas a maioria, no entanto, opta pela área da educação e termina por ser a professora da escola local. Os homens, principalmente os mais antigos, costumam trabalhar no cultivo da terra – poucos fogem desse destino.

Segundo Roos e Beck (2012):

No mundo em que vivemos atualmente, enfrentamos uma época de acontecimentos estranhos e fatos inusitados que se manifestam em relação ao meio ambiente, sejam eles de ordem climática ou ao aparecimento de grandes problemas nas áreas produtivas de alimento do planeta. Tais problemas se devem a danosa influência do modo de vida que a humanidade escolheu para seguir, este que promove uma grande utilização exacerbada dos recursos naturais que nosso mundo tem a oferecer e, por isso mesmo, esse mesmo planeta que nos mantém, tende a querer que a nossa presença não seja mais parte integrante dele, como se fossemos um corpo estranho. Pois deixamos o planeta Terra, o nosso planeta, fraco e doente e, através de práticas prejudiciais, provocamos a ira da “mãe natureza” e encontramos a encruzilhada de nossas existências (ROOS; BECK, 2012, p. 858, grifo dos autores).

A grande maioria das famílias mantém a diversidade produtiva como estratégia fundamental para garantir o consumo familiar e as relações de troca e venda. Dentre as estratégias mais interessantes está a diversificação, ou seja, planta-se o produto da época sempre aliado a outros frutos. Há também uma preocupação com a preservação do ambiente, pois entendem que é uma relação de troca, ou seja, “[...] a natureza nos dá terra pra plantar, a gente tem que cuidar dela, se a gente só usa, elas morrer, todos sofremos”. (SENA, HELIO, ANAPU, 2019).

4.7.2 Meio ambiente e desmatamento

Essa relação homem-natureza deve ser permeada por uma relação saudável, que deve ser aprendida ou retomada, já que nossos antepassados mantinham esse viés e levavam uma vida sem muitos problemas. É certo que, com as mudanças nas sociedades e a globalização, os valores e as dinâmicas foram alterados, mas precisam ser retomados, revistas, para que se possa pensar na existência das gerações futuras. As relações com o meio ambiente estão diretamente vinculadas a valores e princípios que norteiam as interações que os seres humanos constituem consigo mesmo, entre si e depois com o ambiente que os rodeia.

As discussões sobre a exploração e a finitude do recursos naturais e meio ambiente originam-se em décadas passadas, mais precisamente a partir dos anos 1970, quando a Amazônia sofria com o processo intenso de exploração. De acordo

com Ferneside (2005), ao olhar para o passado histórico, este reflete um tempo quando a ocupação das áreas de floresta na Amazônia ainda estava restrita às margens das novas estradas e o desmatamento provocado pelos diferentes usos da terra era incipiente. Com o processo de ocupação se intensificado a partir da década de 1970, quando a Amazônia passa a ser prioridade para o governo militar da época, o lema – “Integrar para não Entregar” – provocou mudanças profundas na paisagem Amazônica, resultando em grandes alterações sociais e ambientais, aprofundando ainda mais a tensão entre meio ambiente e desenvolvimento, pois, quem chegava à região, vislumbrava ocupar grandes extensões de floresta, extrair riquezas minerais e iniciar o aproveitamento do seu potencial.

De acordo com Jacob (2005), as tensões entre meio ambiente e desenvolvimento ainda persistem e têm um viés economicista, desenvolvimentista. A economia focalizada no crescimento rápido considera o meio ambiente como um fator a ser dominado e aproveitado, e é a perspectiva do ganho imediato, do compromisso com o ganho fácil, que coloca em risco a permanência da floresta, do ambiente para as futuras gerações.

Ainda que possa parecer uma discussão distante, para as pessoas do Grotão das Onças, de Pilar Poente e dos travessões, há a preocupação com o uso exacerbado dos recursos naturais. Na sua simplicidade, se autoanalisam, se condenam, reconhecem que contribuem para o aumento dos problemas ambientais com as queimadas e o desmatamento, portanto, fazem parte da sociedade que degrada o planeta Terra.

Tem morador que derruba tudo, queima demais. Aí reclama que não nasce nada, que não tem chuva. Na natureza tudo tem seu lugar. Se queimar hoje aqui, ano que vem você deixa ela descansar, sabe, o solo precisa, por isso não nasce nada. (SANTOS, SALVIANO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

As questões apontadas por Salviano nos indicam que há uma responsabilidade individual e coletiva. Suas preocupações relativas ao descanso do solo indicam um conhecimento que serve para aprendizado dos demais – quando mostra a terra que não produz e a escassez de chuvas, compreende uma interrelação entre as funções da mata, da terra descansada na produtividade e da chuva. Sendo assim, no fim do dia, aos nos deitarmos, devemos ter feito alguma coisa para a melhoria, a manutenção e a qualidade de vida própria e do meio ambiente. Os problemas ambientais estão inseridos em nosso cotidiano, na

sociedade, dentro da nossa casa, no bairro, nas comunidades. Dessa forma, pensar os cuidados com o ambiente é uma forma de garantir a continuidade da vida com qualidade para as futuras gerações. Sendo assim, o relato de Tanaguanacira nos indica que a

Floresta é fonte de vida, é a parti da floresta que vem o ciclo da chuva, vem tudo da floresta, então é fonte de vida. Aqui respeitamos o meio ambiente, fazemos como foi ensinado, sim, só que quando a lei vem, a gente é criminoso, a gente corta, queima, mas não é igual a posseiros, fazendeiros, eles põem floresta inteira abaixo. Você olha, tem mata na frente, mas vai pra dentro, tá tudo limpo, derrubado. É comum. Não têm medo de serem pegos não. (SILVA, TANAGUANACIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Essa questão envolvendo o ambiente, para as famílias, é uma relação marcada por altos e baixos, pois, de um lado, entendem que precisam do ambiente para a sobrevivência e necessitam desmatar para prover os alimentos necessários à família. Para eles, o desmatamento não tem o mesmo significado que há para os órgãos responsáveis, porém, contribuem para as estatísticas, afinal, mesmo sendo inseridos na categoria de pequenos produtores, provocam danos ao meio ambiente e não estão isentos das leis e das sanções que regem a questão ambiental.

As pessoas entrevistadas acreditam que os governos deveriam rever as leis ambientais para obterem o mesmo tratamento que têm os grandes produtores. No seu entendimento, as leis os desfavorecem, existem mais para prejudicá-los do que necessariamente para contribuir com seu desenvolvimento, enquanto favorecem aqueles que têm mais. Não podemos impedir o processo já em curso de desenvolvimento, mas é urgente pensar na forma sustentável desse processo, e isso implica em “[...] um equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o planeta e, mais ainda, com o próprio universo”. (GADOTTI, 2009, p. 46). Todavia, para isso, faz-se necessário a compreensão do percurso que nos levou até o modelo de desenvolvimento atual, afinal, ao longo do tempo, a natureza amazônica tem sido entendida, e é tratada, como superabundante e inesgotável. Esse mito tem surtido um efeito dos mais perversos sobre a natureza, tomada como um recurso natural sujeito à exploração exaustiva. As ideias de superabundância e inesgotabilidade da natureza como recurso natural permanecem vivas e se refletem a todo o momento na exploração predatória que vivenciam a região e seus habitantes (LOUREIRO, 2009; CORRÊA, 2014).

Na fala de Tanaguanacira, podemos ver de forma clara esse pensamento:

Sabe o governo não ajuda o pequeno agricultor, deveria rever essas leis, a gente não entende. Então a gente planta, derrubamos, sem saber. O pequeno agricultor deveria ser tratado igual aos grandes agricultores, lá de cima não tem incentivo, e aqui embaixo tenta se virar como pode. Mas a gente nunca recebe nada. (SILVA, TANAGUANACIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Não podemos olhar para a fala de Tanaguanacira como um pensamento errado, mas sim como um desconhecimento a respeito das leis, ou melhor, da falta de entendimento causado pelas relações inadequadas com órgãos públicos, o que possibilita a formação dessas ideias que vão sendo difundidas nas comunidades, entre as famílias, causando, de certa forma, uma aversão às leis e aos órgãos públicos. Esse trecho: *“Então a gente planta, derrubamos, sem saber”*, é repleto de significados, precisamos lê-lo nas entrelinhas, pois ele pode indicar que a pessoa não domina as técnicas adequadas, não conhece as leis nos seus pormenores e, acima de tudo, pode indicar que o desconhecimento perpassa justamente por não saber, por não dominar a leitura. Isso não fica claro, mas abre grandes possibilidades para essa análise, na medida em que não é incomum encontrarmos, dentre os mais antigos, aqueles que somente dominam a escrita do nome. Além disso, essa visão, algumas vezes, também é reforçada pelos próprios órgãos estaduais, municipais ou federais, que acabam sendo mal vistos por atuações esporádicas ou mesmo pela falta de assistência às famílias que residem no campo.

Talvez, por todas as questões apontadas, quando solicitados a rememorar, a voltar ao passado, costumam enfatizar o descontentamento. Na fala de Adriano, por exemplo, o INCRA aparece como o grande vilão:

É caro a gente se manter aqui, todo mundo pensa que quem mora na roça está sempre com produção, nem sempre é assim, sabe, tem o pessoal do INCRA. Não pode queimar, desmatar, como vamos viver? Sei que temos que preservar, mas precisamos plantar. A gente sabe a época certa, nós não derrubamos a floresta, não derrubamos por derrubar. (MOREIRA, ADRIANO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

O entendimento do que pode ou não é uma situação que ainda se arrastará por anos nessa comunidade, afinal, quando os primeiros migrantes chegaram, lhes era permitido tudo – derrubar, queimar –, havia apoio dos órgãos governamentais para isso. O que não compreendem é que a evolução, as novas necessidades globais demandam nova postura diante da floresta, da forma de plantar, de colher, de produzir, de reinvenção das técnicas por muito tempo utilizadas.

Loureiro (2009, 2012), Becker (2001, 2009), Enriquez (2008) e Hébetete (2004) apontam, em seus estudos, essa dimensão histórica da Amazônia e seus reflexos. Discorrem sobre as novas demandas sociais, políticas, ambientais e econômicas à luz da necessidade do capital, destacando que, mesmo em um cenário que aponta para mais exploração dos recursos que a floresta possui, também permite pensar as diversas maneiras pelas quais se pode dar esse processo, levando a uma gestão desses recursos para que se transformem em benefícios econômicos, sociais e ambientais.

A exploração dos recursos naturais é uma construção histórica. É um olhar fortemente embasado na dimensão da abundância, dessa forma, mesmo com a preocupação de finitude, a comunidade que faz uso dos recursos se preocupa mais com a possibilidade de transformação deles em lucro, não importando a que custo isso se dê. Explorar é algo arraigado não somente em quem detém o poder sobre a terra, as florestas, os minérios, mas também em um país que não enxerga para além do seu potencial. É justamente nesse ponto que reside um dos grandes desafios para a gestão dos recursos naturais da região Amazônica na busca pela formação de uma nova mentalidade e por uma Amazônia sustentável, pois o processo em curso caminha para grandes e graves consequências nos âmbitos ambiental e social.

É de conhecimento que quem manuseia a terra conhece, nos seus pormenores, as peças certas, que não vai derrubar a mata para além do que precisa, no entanto, faz-se necessário entender que existem leis que normatizam as derrubadas, as queimadas. É justamente isso que as pessoas que vivem em Anapu não compreendem, pois, nos anos que estão ali, acreditam que não precisam seguir as leis ou que estas poderiam ser diferentes, pois são pequenos agricultores, ou mesmo antigos, portanto, anteriores às leis.

O pai caçava, pescava. Plantava. Não tinha essas estradas só os pic, nem ponte, mas tinha peixe, caça, hoje a gente mal planta. Não temos mais a mesma condição, tem falta de chuva, os rios não têm mais peixe, nem dá pra usar quase, muita gente não cuida, tem as queimadas, vezes ou outras o IBAMA vem aí, gente que denuncia nós. (LUIZA DANTAS, FILHA SEU EDMILSON, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Não podemos, contudo, demonizá-los. Sabemos que quem lida com a terra há mais tempo possui respeito pela natureza, pelos animais, pelo local de onde tira seu sustento, afinal, possui um relação intrínseca com esses elementos. Todavia,

ainda assim, todos estão sujeitos a leis, aos problemas socioambientais. Durante as entrevistas, pôde-se perceber isso nas falas dos sujeitos pesquisados, nas quais se enfatiza o respeito e o cuidado, mas não passam despercebidas as reclamações e as investidas dos órgãos públicos, ou seja, também são fiscalizados como qualquer cidadão.

Aqui moça, a gente vive respeitando a natureza, a gente planta e respeita o espaço da floresta, mas agora tudo é mais difícil, não pode mais queimar, não pode tirar as árvores, só a gente pobre, porque aqui que tem faz olhos fechado para lei, meu compadre foi chamado pelo IMBAMA porque cortou as árvores do terreno. Ele precisa plantar. (MARTINS, MATIAS, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Acredito que sim, pois não pode fazer uma roça, meu marido disse que ia fazer uma roça em uma área de invasão, eu disse que ele que se preso pelo IBAMA, mas ele disse que ele tem que tirar o sustendo da família dele de algum lugar, porque meu marido é agricultor mesmo. (PAZ, MARIA DA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Observa-se, nas duas narrativas, questões importantes: **o medo**, mas também a preocupação com **a preservação ambiental/sustentabilidade**. O medo passa pelo fato de estar sujeito à fiscalização. Existe um imaginário de quem conhece ou viu alguém que já foi fiscalizado por algum órgão ambiental. Na cabeça do pequeno agricultor, isso provoca o medo de ser preso, de ser pego em algum ato infracional que possa desqualificá-lo diante da comunidade. Sabemos que, aos mais antigos, a honra, o nome, é um peso muito grande. A palavra tem um peso forte, passar por uma situação de julgamento ou falatório é um fardo que nenhum agricultor espera.

O segundo ponto nas narrativas das famílias é a preservação. Todas as falas acima referendadas reforçam a importância de não derrubar ou queimar, que sabem plantar, deixar a terra descansar, demonstrando, implicitamente, a questão da sustentabilidade ou mesmo da preservação ambiental. Não podemos querer ou pensar que nos dirão que praticam a sustentabilidade com os conceitos que conhecemos cientificamente, mas estão lá: *“a gente planta e respeita o espaço da floresta; nós não derrubamos a floresta, não derrubamos por derrubar; deixa a terra descansar”*. Essa ideia é reforçada na fala do seu Edmilson:

Quem é antigo sabe que não pode tirar tudo, não pode tirar as árvores da beira rio, a roça a gente queima. Queimava, sabe, pra plantar, pra gente mode prepará a terra. Hoje nem isso pode. Se desmata a gente pode ser preso. Está difícil viver, não temos dinheiro pra nada, só sobrevivemos, ninguém do governo ajuda. (DANTAS, EDMILSON, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Antes aqui era mais fácil, a gente conseguia viver com que plantava e tirava na mata. Eu podia ir na roça com as meninas, mas hoje a gente tem muitas dificuldades. Meu marido não pode mais por causa diabete. Antes a gente vivia bem, não tinha dinheiro, mas tinha. (DANTAS, ELISABETH, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Outro ponto constante nas memórias narradas é a questão da queimada, mais presente no cotidiano dos moradores desse assentamento do que possamos imaginar, à medida que representa uma técnica praticada desde o início nas suas terras. Essa é uma das formas encontradas por eles para que possam preparar a terra ou mesmo adubá-la e, assim, realizar os plantios. Não se sabe ao certo onde se originou essa prática, mas podemos dizer que é a única técnica conhecida por eles que lhes permite preparar a terra, sem gastos excessivos.

Ferreira (2011) ressalta que o termo “queimada” pode ser compreendido pela queima de maneira controlada, sendo sua origem antrópica. Conforme o mesmo autor, parte das queimadas que ocorrem no Brasil é provocada por agricultores, pecuaristas, madeireiros, carvoeiros. Além do mais, “[...] as queimadas ocasionadas pelo homem, geralmente não obedecem aos intervalos necessários para a floresta e solo, impedindo a recuperação total e necessária do bioma”. (FERREIRA, 2011, p. 1).

De um modo geral, essa prática ocorre como limpeza e abertura de novos roçados no território almejado. No entanto, quando é feita sem um controle adequado, uma faísca pode ocasionar danos ambientais irreparáveis para as sociedades humanas e para os ecossistemas atingidos. As queimadas dentro do sistema de coivaras é uma técnica aprendida com os indígenas, desde períodos imemoriais. É comum em todo o Brasil e nas Américas, incluindo a região Amazônica, e continua sendo utilizada na agricultura de subsistência. No entanto, em grandes proporções isso provoca o desmatamento quando se ateia fogo em grande escala, quero dizer, com a floresta sendo destruída para a pastagem ou para o monocultivo.

A queimada, nos termos apontados acima, é uma técnica antiga e geralmente é feita por pequenos agricultores e nativos da região, que usam o fogo para limpar uma pequena área para o cultivo de **subsistência**. Nos dias de hoje, existe uma forma específica de ser realizada e é necessária autorização para isso, afinal, para muitos, essa é a única forma que conhecem para fortalecer a terra. Por outro lado, as pessoas sentem o medo de ser autuadas pelos órgãos ambientais, como é o

caso de seu Matias e de dona Maria da Paz, que têm um olhar diferenciado a esse respeito.

[E o plantio como faz, ainda queima?] A gente põe fogo roçado, mas não como antigamente. Antes queimava ninguém ligava, não vinha aqui, não tinha gente que denunciava. Hoje queima, mas fica com medo de ser preso, tem essas coisas de leis que não pode mais queimar e derrubar, então faz e diz que não faz. Ser preso por querer plantar o cacau. (SANTOS, SALVIANO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Eu já disse pro meu marido não queimar, eles fiscalizam agora, nós, os pequenos, sofremos mais. O lbama multa, você não pode usar a terra como meu pai fazia. Se atear fogo, todo mundo sabe, não tem mais como esconder. Mesmo que seja só pra plantar uma área pequena, não dá mais, ainda muitos faz, mas vez outra ficamos sabendo que sofreram multa, não sei porque denunciam, a gente não prejudica é pro solo ficar bom. (DA PAZ, MARIA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Para o mais antigos, para aqueles que chegaram na localidade no início de sua formação, antes se tornar o município que hoje é, existe uma preocupação com o ambiente, compreende-se os impactos das ações na floresta, nos animais, nos rios, bem como os efeitos na vida cotidiana da comunidade. Os impactos ambientais os afetam na mesma intensidade que em outros lugares, quando relatam a alteração no ciclo da chuva, no ciclo da floresta, na invasão dos bichos nas propriedades – todos reflexos dos impactos ambientais, do desmatamento, da poluição, das queimadas que acabam afetando o país e o mundo global.

A falta de chuva, não temos ajuda de ninguém, do governo nada; a falta da chuva às vezes, ai há queimada, e as vezes e ruim até de respirar, se não tem chuva, não nasce, o gado sofre, todo mundo sofre. (SOUZA, JOAO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Eu vi uma, uma onça preta; ela anda por aí, sabe professora, aqui tem bichos ainda, caititu, onça, cobra, muitos, mas se a gente continua derrubando, eles vêm pra cidade, porque não tem mais sua casa. Os bichos estavam aqui antes de nós, a floresta estava aqui ante de eu chegar, eu tenho que respeitar, meus netos têm que respeitar. (MARTINS, MATIAS, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

São povos da floresta, sabem viver na floresta, mas, como todos os indivíduos, passam por um processo de transformação, de aprendizado, pois precisam de formação para compreender os novos momentos do mundo global para que possam superar seus dilemas, seus medos e serem mais efetivos na preservação da localidade, da floresta. O cuidado e a preservação estão presentes nas suas atuações todos os dias quando vão lidar com a terra, nas suas vivências e

sabedorias, mas há a necessidade de aprimoramento dos conhecimentos outrora aprendidos.

Hoje, as técnicas utilizadas, e que eram outrora eram aceitas, não mais podem ser realizadas como antes, pois causam impactos ambientais tanto quanto as outras e necessitam ser aprimoradas por meio de um processo de formação, com conhecimentos que agreguem novas formas de trabalhar e lhes possibilitem superar a aversão que possuem em relação aos órgãos fiscalizadores, permitindo, assim, usufruir melhor das políticas ou projetos oferecidos pelo governo. IBAMA e INCRA são órgãos com funções específicas, mas que, muitas vezes, aos olhos das famílias, atuam com o objetivo de prejudicá-las, visão construída e/ou mitificada por ações pontuais ou mesmo baseadas em histórias locais que precisam ser superadas.

Não podemos esquecer que, na década 1960, o pensamento mundial estava voltado a temas relacionados à proteção ambiental, quando se deu início “a conscientização de que os recursos naturais eram finitos e que o ser humano precisava cuidar do meio ambiente para a garantia da própria vida, conseqüentemente, da vida das gerações futuras” (GARCIA, 2016, p. 135). No entanto, na região Amazônica, acontecia um processo inverso – havia um chamamento no qual desmatar, queimar, abrir estradas, povoar eram o lema, logo, estávamos na contramão do processo que, no futuro próximo, cobraria um alto preço dos migrantes, pois, diferentemente das épocas passadas, quando havia facilitação de acesso aos órgãos governamentais, hoje são enfrentadas inúmeras barreiras.

Nas falas dos entrevistados é possível sentir as angústias, bem como se observa uma breve noção dos processos penosos pelos quais passam e sua aversão aos órgãos governamentais:

[O senhor nunca procurou o banco pra um financiamento?] Sim, mas é difícil, tem gente que oferece ajuda, vão embora e deixam na mãos de outros; deixa nosso nome sujo. O banco, pra emprestar, também é bem difícil e atrapalha o pequeno. Aí a gente não consegue, pede coisa demais. (SOUZA, JOAO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Hoje o pequeno agricultor tem muita dificuldade pelo porque os órgão do governo atrapalham; nada podemos fazer, pedem muitas coisas, por isso é mais fácil vender, aqui do lado temos grandes fazendeiros que fica pressionado a gente, força. Quem tem medo abandona, vai embora respeitar. (MARTINS, MATIAS, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

[A senhora acha que as políticas que vieram atualmente prejudicaram mais os pequenos agricultores?] Sim, isso é quase um incentivo para o êxodo rural novamente; então uma situação que o pequeno agricultor não tem o incentivo necessário para poder crescer. A gente sempre dando um jeito, quem vai ficando é porque gosta de terra. (SILVA, TANAGUANACIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Nas narrativas, observam-se sujeitos com diferentes histórias, mas com problemáticas similares que levam a consequências enormes: o acesso ao governo ou órgãos governamentais e o abandono da terra, nos lembrando que há uma relação intrínseca nessa questão, pois, à medida que não se obtém uma forma de subsidiar as plantações, através de linhas de financiamento oferecidas pelo governo, a primeira ação é pensar no abandono da localidade e, logicamente, o abandono da terra. Nesse processo, há um deslocamento de famílias inteiras das áreas rurais de Anapu para a cidade, muitas vezes sem condições de sobrevivência. Outro ponto que advém com a falta de acesso relaciona-se à pressão dos latifundiários sobre os menores produtores que esbarram nas dificuldades de acesso aos meios de financiamento, chegando, por diversas vezes, a serem ludibriados, como consequência, acabam cedendo à pressão e terminam por vender suas propriedades por um valor que nem sempre lhes permite recomeçar uma vida com mais tranquilidade em outro lugar.

A partir das experiências pessoais e de amigos mais próximos que lidam com o campo, enxergam o governo e suas políticas muito mais voltadas para atrapalhar a vida do povo da roça do que realmente como um mecanismo que lhes permita plantar e competir no mercado, levando-os a adotar uma postura retrativa contra os programas de créditos oferecidos pelo governo. Evidentemente que a falta de conhecimento e a burocracia (que na verdade são exigências legais) levam às falas dos entrevistados, pois, numa linguagem mais formal, as exigências de documentos – que nem sempre possuem ou mesmo que não compreendem o que são – terminam em falas como estas sobre as políticas governamentais: “[...] *isso é quase um incentivo para o êxodo rural novamente; então uma situação que o pequeno agricultor não tem o incentivo necessário para poder crescer. A gente sempre dando um jeito, quem vai ficando é porque gosta de terra*”. (SILVA, TANAGUANACIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada). Nessa fala, há um temática interessante, o êxodo rural, que, para ela, parte da culpa é imputada ao governo, que não faz políticas voltadas para o pequeno agricultor. Isso significa que, por não compreender as normas e os mecanismos para se beneficiar desses programas, desenvolve-se um

processo inverso, ou seja, o deslocamento para a cidade tornou-se o objetivo das famílias que não conseguem se manter na terra.

4.7.3 Sustentabilidade e desenvolvimento

A sustentabilidade ambiental em comunidades ribeirinhas adquire um caráter de extrema importância para o entendimento das condições socioculturais que se manifestam no cotidiano das comunidades tradicionais. Os exemplos revelados pelas comunidades no que se refere ao funcionamento e à apropriação, ao uso e à gestão dos recursos naturais podem ser adotados como referência. A noção de sustentabilidade implica uma necessária interrelação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte para as gerações futuras (JACOB, 2010).

Roos e Becker (2012), ao discutirem sobre sustentabilidade, ressaltam que é necessário ponderar que a natureza não é fonte inesgotável de recursos, suas reservas são finitas e devem ser utilizadas de maneira racional e coletiva, evitando os desperdícios. Essa ideia corrobora o pensamento de Ramos (2010, p. 83), ao ressaltar que, “[...] seja como for, a visão atual de natureza, potencializada pela tecnologia, herdou o projeto de dominação assentado no dualismo homem-natureza, na qual a última é instrumentalizada em benefício do primeiro”. Em outras palavras, acostumou-se à atitude de transformar o conhecimento da natureza em máquina de domínio dessa mesma natureza.

A sustentabilidade é um processo que deve ser estabelecido a longo prazo, pois, de fato, para que haja um desenvolvimento sustentável, é necessário trocar o atual modelo de desenvolvimento, uma vez que ele é necessário, mas também se faz urgente encontrar uma maneira de aliar desenvolvimento e sustentabilidade, ou seja, devemos nos desenvolver, mas considerando que existem outras vidas a serem respeitadas, como a dos animais, das plantas, de todo o planeta Terra, desse modo, devemos ser sustentáveis em todos os aspectos da vida.

De acordo com Leff (2001), o princípio de sustentabilidade surge como um contragolpe à ruptura da razão modernizadora e como uma espécie de condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano,

pois, “[...] trata-se da reapropriação da natureza e da invenção do mundo; não só de um mundo no qual caibam muitos mundos, mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem econômica-ecológica globalizada”. (LEFF, 2001, p. 31).

A prática da sustentabilidade também está presente no cotidiano das pessoas, ainda que não entendam os conceitos teóricos, mas, na prática, fazem isso todos os dias, compreendendo a interdependência entre homem e natureza. Os estudos de Noda (2001) e de Fraxe *et al.* (2007) mostram que os agricultores familiares detêm meios ou ações capazes de manter os recursos naturais, empregando uma relação de produção articulada com a dinâmica do meio ambiente, o que estabelece uma conexão direta entre as populações atuais e as futuras, cujos sistemas de produção, batizados de sítios, roça, marcados pelo extrativismo vegetal e animal, são práticas enraizadas em uma lógica sustentável.

Figura 24 - Seu Salviano Santos, apresentando sua produção



Fonte: CORREA. Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Na Figura 24, destaca-se um morador nos mostrando, orgulhoso, seu roçado. Nela podemos perceber aquele sorriso da simplicidade de saber que mantém uma relação direta com a natureza. Não é uma relação predatória, mas de dependência, pois é da natureza que provém o sustento humano, é uma relação sustentável, trata

a terra como seu bem maior, respeita seus tempos. Podemos ver isso expresso na sua fala:

É bem aqui. Eu vou todos os dias na roça, levanto às seis e vou, volto por meio dia, lá tiro o mato, alimento os bichos, eles comem nossa roça, mas eles já estavam aqui antes de nós, então a gente deixa. O segredo aqui é faz roça aqui num ano, no outro ano faz em outro lugar, é assim que funciona. [...] eu gosto muito, não saio daqui, aqui eu vivo bem, planto, cuido da natureza, tem minha área verde. (SANTOS, SALVIANO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Isso é tão complicado professora, porque a gente percebe todas essas questões ambientais, porém, pra nós, agricultores, precisamos fazer uso disso, já que não recebemos ajuda dos governos, um maquinaria pra trabalhar essa terra. Não desmatamos, nos só usamos da terra o que precisamos, até queimar é bom pro solo. (SILVA, TANAGUANACIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista citada).

No entendimento dos entrevistados, na raiz da sua simplicidade, observam-se conceitos amplamente debatidos nas comunidades científicas nacionais e internacionais acerca do meio ambiente, demonstrando a interdependência realizada no cotidiano do trabalho e na roça. Sem perceber, seu Salviano e Tanaguanacira praticam a sustentabilidade, o manejo da terra sustentável, ao desatacar as formas como utilizam a terra, a floresta, nos lembrando que também estão dispostos a mudar: “[...] *a gente não desmata não, só fazemos uso do que nos foi ensinado, não precisa tirar mais do que precisa; o pai e mãe fazia assim, todos que eu conheci, fazia assim. Se mostrar a gente faz*”. (MARIA DO SOCORRO, ANAPU, 2019). As pessoas que vivem da agricultura na Amazônia têm suas lógicas de decisão baseadas no conhecimento do ambiente, dos ciclos da natureza e nas necessidades das famílias, que, se bem orientadas, tornam-se mais aliadas do que um vilão.

Os saberes locais, as experiências, devem se configurar como meios benéficos que possam ser revertidos como serviços efetivos para as comunidades, e esse conhecimento eles possuem, o que não têm é um apoio mais efetivo, pois, enquanto comunidade, dependem dos recursos naturais, ocupam ou utilizam a mesma área há várias gerações, de tal forma que não provocam alterações significativas no meio ambiente, isto é, são participantes da natureza, são comunidades com práticas sustentáveis. Essas comunidades são consideradas únicas por suas características sociais e culturais, são compreendidos como seres capazes de transmitir saberes e vivências no uso de recursos naturais, baseando-se nos conhecimentos acumulados e na permanente relação com a natureza, pois,

como sabiamente fala uma das entrevistadas, “[...] a floresta é fonte de vida, é a partir das floresta que vem o ciclo da chuva, vem tudo da floresta, então é fonte de vida”. (SILVA, TANAGUANACIRA, ANAPU, 2019).

A sustentabilidade que buscamos exige o reconhecimento de que existe uma relação de dependência entre a biodiversidade e o modo de vida das comunidades que assegura equilíbrio ambiental. Ela perpassa, também, pela concepção da biodiversidade como fonte de potencial econômico, isso porque, a mesma, quando utilizada como recurso para a fabricação de novos produtos comercializáveis, ultrapassa o âmbito local e passa a ter um alcance global. Essas pessoas produzem e comercializam seus produtos na localidade, contribuem para a economia local, sem esquecer que são parte daquele ambiente, ideias que surgem ali e que acabam por ganhar o mundo.

Mas, para que esse processo aconteça, é necessário um olhar diferenciado para o desenvolvimento dessas comunidades, acreditando-se que trazem consigo as experiências e vivências – é o que a maioria das famílias precisa, um reconhecimento das suas experiências, das suas práticas:

Eu tô aqui há 30 anos, não tem uma renda boa. Antes a gente tem que ter uma boa experiência, devido à nossa condição, que possa orientar o agricultor para pegar essa experiência que tem de lidar com a terra, respeita a natureza e usar aqui o que ela oferece [...]. (SENA, HELIO, ANAPU, 2019).

Essa é a visão de um homem que já transitou nas diversas cidades que cercam a Amazônia e, por fim, encontrou pouso em Anapu. É um homem vivido que vê na experiência e no apoio a possibilidade do desenvolvimento. Cumpre dizer que não está explícita essa parte, mas fica evidente que, ao citar o tempo na localidade, não se desenvolveram, mesmo com o potencial produtivo, pois é uma grande extensão de terra.

4.8 DOS CONFLITOS DA TERRA

Ainda que seja uma pesquisa sobre estratégias de sobrevivência, não é incomum encontrarmos nas falas do entrevistados, nos artigos, nos jornais e em outros diferentes meios de comunicação a questão dos conflitos pela terra. Não era um tópico sobre o qual eu gostaria de me debruçar, mas não se pode passar indiferente na pesquisa diante de uma localidade onde os conflitos por terra são

latentes. Quando falamos de morte, de assassinatos na região da Amazônia, principalmente nesse eixo que corta a Transamazônica, de Altamira até Marabá, qualquer morador local tem uma história que envolve violência, tanto da atualidade quanto da chegada dos primeiros migrantes na região.

Ferreira (2018), Folhes (2016), Becker (2014) e Loureiro (2009) destacam, em suas pesquisas, que a origem dos conflitos nessa região são as transformações históricas e profundas pelas quais o estado do Pará e o atual município de Anapu passaram em função dos projetos de ocupação, o que deixou marcas profundas que se perpetuam na atualidade. Dentre elas está “[...] o incremento dos conflitos fundiários, que se intensificaram e passaram a compor a realidade local”. (FERREIRA, 2018, p. 21-22). Além disso, os conflitos por terra e uso de recursos naturais passou a caracterizar a realidade socioespacial dessa porção do espaço amazônico. Trata-se da disputa travada entre os que ali residiam historicamente e os que chegaram em busca de melhores condições de vida, atraídos pela promessa de acesso fácil à terra.

O resultado de tudo isso, de acordo com Porto-Gonçalves (2008), é que

Os conflitos pela terra ganharam contornos dramáticos, sobretudo ao longo dos eixos rodoviários, tornando a extensa faixa de terras da porção meridional da Amazônia uma zona de conflito e o caráter de zona de fronteira de expansão capitalista ganhou dimensão de um verdadeiro front de guerra. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 54).

Em função dessa fama adquirida pelo município, e dos altos índices de violência por morte em razão do conflito relativo à posse de terras, acaba-se mascarando outros pontos positivos que essa região possui. Nota-se que há um receio em comentar, explicar, contar esse fato na medida em que acreditam que também podem ser alvo de alguma investida.

Na fala de seu Salviano, tem-se o ponto principal – o calar mantém a segurança –, ou seja, para ele, acontecem “desavenças” que podem ser ocasionadas por fatores pertinentes a relacionamentos ou à terra. Não passa despercebida a ênfase de “ficar no seu lugar, “[...] *aqui se cada um fica no seu lugar, todos vive bem. Aqui não é perigoso, mas vezes tem uma desavença aqui outra ali por causa da terra ou mulher*”. (SALVIANO, ANAPU, 2019). O ficar no seu lugar nos remete à ideia de segurança, oferecendo uma falsa sensação de que nesse ambiente não há conflitos, todavia, o viver bem significa não falar, não se envolver com grandes fazendeiros ou produtores, pois isso pode incorrer em ameaças à vida.

Corroborando com a discussão sobre os conflitos por terra, para Amorim, Herrera e Santos (2019), com o crescimento das cidades e da população, houve acirramento cada vez mais violento na localidade quanto à disputa por extensas áreas de terra. Dessa forma:

As disputas pela terra e seus recursos impulsionaram relações extremamente violentas dentro deste território, prevalecendo uma gestão territorial baseada na ilegalidade, gerando processos de intimidações e embate aos menos favorecidos. A violência passou a fazer parte do cotidiano das famílias de camponeses que ali se instalaram, muito desse movimento conflituoso foi possibilidade pelo conjunto de ações e políticas do estado brasileiro a fim de apropriação dos recursos aqui dispostos. (AMORIN; HERRERA; SANTOS, 2019, p. 3).

Em Anapu, podemos afirmar que os conflitos se configuram como uma busca por espaço, por recursos e, acima de tudo, por território, considerando que aqueles que detêm a terra fazem uso dela conforme os interesses econômicos. Quando olhamos os grandes conflitos, há sempre por traz deles alguém com poder, seja ele político ou econômico. De acordo com Porto-Gonçalves (2006), território é um espaço apropriado e, ao mesmo tempo, instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Complementando o pensamento do autor, Amorim, Herrera e Santos (2019) afirmam que, quando se trata do campo de Anapu, há dois cenários postos: de um lado, grupos sociais que buscam fazer uso dos recursos paisagísticos dos territórios que possuem, cuja intenção é a exploração dos recursos da floresta, sobretudo para exploração de madeira e formação de pastagens e/ou para manter imensas áreas na forma de reserva de valor; de outro lado está um grupo que busca fazer uso desse território para fins de sobrevivência, buscando viver de forma a manter atividades produtivas de baixo impacto (AMORIN; HERRERA; SANTOS, 2019). Nesse emaranhado de interesses, Santos (2000) explica que existem percepções diferenciadas entre o território – que é apropriado como morada – e entre o território apropriado como recurso financeiro por atores hegemônicos, tornando o território palco de disputas (SANTOS, 2000).

Na região onde se localiza o município de Anapu, na rodovia Transamazônica, já ocorreram e ainda se desenvolvem muitos conflitos sociais decorrentes de diferentes visões e relações e que resultam de distintas formas de exploração dos recursos naturais. Tais conflitos são incentivados ora pelas consequências das políticas de colonização, como o desmatamento de extensas áreas para a implantação dos projetos agropecuários e a grilagem de terras, ora

pelo atual combate ao desmatamento e incentivos à conservação do meio ambiente. Seria o processo inverso vivido nos anos de 1970.

É nesse palco de disputas que o enredo da memória de Mariane vem ao encontro das colocações de Porto-Gonçalves (2006) e de Santos (2000), ao lembrar e expressar claramente como ocorrem as disputas pela terra e a violência no campo, lembrando a forma trágica pela qual um dos seus parentes veio a perder a vida em função de um assalto. A naturalidade com que ela fala dos assassinatos, da morte trágica, nos leva à reflexão acerca da violência como algo corriqueiro na localidade.

Meu tio faleceu, aquele que veio antes, tinha 10 alqueires e a minha tia foi embora. Ele morreu, mataram ele num assalto, entraram na casa dele e mataram ele, não deu pra levar pro hospital, morreu ali mesmo. Depois minha tia ela vendeu terra e foi embora. [Edisa: vendeu caro ou barato?] Não sei, sei que ela vendeu e foi embora com medo. (SILVA, MARIANE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

A ideia que nos passa é a da naturalização da violência no campo, pois não nos apresenta uma insatisfação, um incômodo, ou seja, as histórias são contadas como algo corriqueiro. Não podemos julgar ou criticar – é uma realidade posta numa localidade que exala tensão e conflitos, que possui um povo que não se sente seguro, mesmo com as leis e a polícia.

Há, nesse município, dentre muitos, um caso emblemático de violência no campo que ganhou repercussão mundial por se tratar de uma cidadã estrangeira e missionária, criando uma sensação ainda maior de medo e insegurança. Ainda que não fosse foco nas conversas, o caso Dorothy se fez presente, tornando-se uma fala constante quando dialogávamos acerca de conflitos.

A Dorothy, quando mataram ela foi uma tristeza pra mim. Ela trabalha a favor do pobre, do pequeno. Eu posso dizer que ela me tirou da cadeia. Eu devo isso pra ela. Quando invadiram essa fazenda, veio um convite da justiça pra mim apresenta lá, dizendo que eu era o incentivador deles. Ela que me avisou. Eu ajudava porque eu já tinha o que comer. E quando tinha aquelas reunião deles eu era um dos enfrentante [enfrentava], que era mão aberta, dava duas galinhas, dava arroz, que era daqui. Eu ajudava eles muito. Eu já tinha e estava ajudando. Aí botaram na cabeça que fui eu que incentivou ela. Aí eles vieram aqui com puliça [polícia] e veio com uma reintegração de posse de terra. E o gerente da fazenda disse que eu era um invasor da fazenda. Eu disse que nem um filha da puta me prova isso. Eu provo que não sou invasor, e eu te aprovo. O doutor juiz deu que da minha cerca pra cá era propriedade privada, eu era assentado do INCRA, e eles foram embora. Com a semana ela ligou pra um advogado de Belém lá. [...]. (MARTINS, MATIAS, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

O caso Dorothy tornou-se um dos mais conhecidos no Brasil. Nessa narrativa de seu Matias, é possível perceber claramente o processo de disputa da terra entre os grandes fazendeiros e os pequenos produtores. Remonta, em suas memórias, ao processo para aquisição da terra que hoje cultiva, lembrando, ainda, as intervenções da justiça e da polícia diante do conflito, bem como seus desdobramentos. Esse momento é somente um diante de muitos outros, onde vence quem possui mais poder, nesse caso, os pequenos agricultores tendem a contar com entidades que nem sempre são ligadas aos órgãos públicos.

Assim, tem-se, através da vivência de um morador, como se dá o processo de alargamento da cerca, da expulsão do pequeno produtor e que, se não houver uma atuação mais direta, este acaba sendo expulso. Não podemos explicitar claramente, mas através do que ele reconta, do que viveu a partir da sua experiência. Como trabalhamos com história oral, e as memórias são os pontos principais, as memórias de seu Matias nos remontam a uma relação de conflito e de violência no campo em Anapu.

Segundo Dagnini (2011), por causa dessa situação, a região ficou conhecida como “terra sem lei”. Lembra, também, que a violência é decorrente dos conflitos, de disputas, em que o interesse em territórios destinados a usos diferenciados dos recursos naturais (PDS), a alta concentração fundiária e a falta de organização e ordenamento territorial são fatores que acirram a violência no campo. Além desses, os conflitos sociais e ambientais “[...] tendem a ter um desfecho violento também pela presença insatisfatória do poder público, principalmente, aquele poder legítimo e não corrompido pelos grandes interesses econômicos”. (DAGNINI, 2011, p. 22). Também Araújo (2006) já havia apontado que a ocupação desordenada da Amazônia na sua origem suscitou conflitos entre grandes proprietários de terras e comunidades tradicionais, além de agravar a questão ambiental em função do aumento do desmatamento. Não podemos negar que há uma divisão quando esse caso vem à tona nas memórias das pessoas, mas, por se tratar de um fato em que o conflito e a violência tomaram corpo para a comunidade, existem dois lados, duas versões: os que amam e os que são indiferentes. Assim, por ser um processo de rememoração, partimos sempre de um ponto.

Aqui todo mundo já se conhece ou se enxerga, mas se você mexer com gente errada, você morre. Viu a Dorothy, eu não gostava dela, ela se metia em tudo. Ajudou muita gente, mas também se meteu com gente grande daqui (MOREIRA, ADRIANO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Ela era metida, se metia em tudo aqui, mexeu com gente grande, aqui basta contratar e assim resolve os problemas. Ela mexeu, queria que fosse do jeito dela, deu no que deu. (SILVA, ELIENE ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Há, nas citações, duas pessoas indicando suas percepções sobre a missionária, demonstrando que não há unanimidade quanto à atuação dela nas comunidades, pois, alguns, viam-na muito mais como um obstáculo do que como uma mulher atuante que possibilitava ajuda. Tanto nas falas de Adriano quanto de Eliene, “se metia”, “mexia” são palavras que significam ultrapassar os limites das cercas impostas pelos grandes proprietários locais, significa criar uma divergência que será resolvida de forma não amigável. Nos parece uma situação com estruturas próprias já instituídas, ou seja, as peças permanecem nos seus lugares, imutáveis. Quando essas estruturas são “cutucadas” nessa localidade, tem-se, geralmente, os conflitos que acabam em mortes, o que, na fala da entrevistada, é simplificado desta forma: “*deu no que deu*”, expressão usada para indicar que a morte da missionária teve sua origem no envolvimento com pessoas com mais poder, que costumam resolver algumas situações relativas à terra ceifando vidas.

No caso de seu João e Tanaguanacira, suas memórias nos mostram uma ideia diferente quando o assunto da missionária aparece em suas narrativas, revelando um visão de gratidão e de coragem:

Você conheceu Dorothy? Ela morreu porque era pelo pequeno, muita gente não gostava dela, mas ela ajudou muito, ensinou, ajudou a gente a conseguir terra dos fazendeiros aqui, ensinou a plantar. (SOUZA, JOÃO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Eu era da pastoral da terra, eu conheci ela, ela ajudava na terra, plantava, ensinava o povo, ela gostava daqui, não tinha medo, enfrentava ali, sabe, sabe não deixava ninguém ir embora, abandonar sua terra. (SILVA, TANAGUANACIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Há, nessas duas narrativas, o olhar de gratidão pelo trabalho desenvolvido por Dorothy¹³, cujo grande feito relaciona-se ao fato de conseguir um pedaço de

¹³ A religiosa norte-americana Dorothy Mae Stang chegou ao Brasil em 1966, juntamente com outras irmãs da congregação Notre Dame de Namur, todas vindas dos Estados Unidos. Em 1982, mudou-se para a região da Transamazônica. Antes, viveu em Coroatá, no Maranhão (1966), e em Abel Figueiredo (1974) e Jacundá (1979), ambos no sudeste do Pará, onde se estabeleceu, juntamente com outras religiosas, para atuar como missionária, animadora de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e educadora popular. Irmã Dorothy formulou um modelo de assentamento nomeado Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Os PDSs são assentamentos agroextrativistas regularizados pelo INCRA. A diferença entre esses modelos de assentamento e os demais são as terras comuns. Cada assentado possui 100 hectares, 20% das terras é destinado ao cultivo (agricultura) e os outros 80% são áreas comuns, para fins de extrativismo ambiental. Cada família é

chão, de terra e de se fixar na região de Anapu. Além disso, traz consigo a ideia de ensinamento, pois a religiosa ocupou um espaço onde predominava a ausência do poder público no ato de ensinar e promover ações de formação relacionadas à terra. Ao adentrar na vida das comunidades, estabeleceu conexão e parceria de quem luta as causas dos menores, de quem oferece possibilidades, fato que lhe permitiu conquistar seu espaço na localidade.

Em outro relato, dona Joanira também enfatiza as ações da missionária diante da vitória frente aos latifundiários e grandes fazendeiros, são ações pontuais, mas que representam um avanço na questão da distribuição e do direito à terra.

Dorothy disse que a gente não podia ficar com essa terra, porque ela tinha tirado da mão do fazendeiro. Ela disse que tinha que entregar para as pessoas, que eles iam pagar pelas coisas que a gente tinha feito aqui dentro, tinha que dividir. Ela deu o direito de ficar 20 alqueires, ela ajudava a gente na formação, ensinava a plantar, deu orientação. Antes a gente só plantava, arroz, feijão, mandioca. Aqui não, eu pude plantar o cacau, o abacaxi, eu plantei pimenta também, cerquei tudo, não pude ficar [...]. Aqui não sabia usar a terra direito, quando Dorothy apareceu, ela ensinou nós tudo, ela foi um anjo, quando mataram ela nos foi uma tristeza pra nós, ela era pelos pequenos, andava por aí mata adentro, não tinha medo de nada. Aqui muita gente finge que não vê, mas tem conflitos, aquelas que manda matar. (CARVALHO, JOANIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Em contrapartida, há outros relatos nos quais se destaca que a violência no campo ocorrida contra a missionária Dorothy promoveu o êxodo de diversas pessoas, de famílias inteiras que abandonaram o município por medo, por desconfiança no espaço onde a terra, os lotes, têm como preço a vida. A terra, nessa localidade, é o ouro, e em muitos casos se mata e se morre por um pedaço desse chão, levando-se à destruição de famílias inteiras. De acordo com Acselrad (2004), podemos afirmar que, nos conflitos ambientais, tendem a surgir protagonistas lutando em lados opostos:

[...] envolvem grupos com modos sociais diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio, que desenvolvem ameaça por impactos decorrentes do exercício das práticas de outros grupos". (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Conforme relatam Adriano e Edmilson:

Aqui, tem gente que foi embora depois da Dorothy, abandonou a terra com medo, os grandes pressionam os menores, fazem de tudo pra ele vender e ir embora. Alguns abandonam, deixa a terra aí com medo de perder a vida,

responsável pela preservação das áreas comuns, compostas por zonas de reserva de mata nativa, das quais podem ser extraídas plantas medicinais, mel de abelha, sementes, como da andiroba, e resina de copaíba.

de se meter com gente grande. (MOREIRA, ADRIANO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Aqui as pessoas se matam pela terra professora, o grande, o pequeno, basta entrar um pedacinho, já viu, é morte na certa. Antes era mais morte, hoje mais calmo, parece que não tem. É tranquilo sim, mas vez ou outra acontece de fulano matar o vizinho. (DANTAS, EDMILSON, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Com o passar dos anos, os conflitos pela terra e seus recursos naturais estimularam relações violentas no território em questão, instaurando-se um gerenciamento territorial baseado na ilegalidade, provocando intimidação e embate aos menos favorecidos. A violência concretiza-se e passa a compor o cotidiano das famílias de camponeses que ali residem. Muitos desses movimentos conflituosos foram possibilitados pelo conjunto de ações e políticas do Estado brasileiro para uso dos recursos da região Amazônica (AMORIN; HERRERA; SANTOS, 2019).

A briga por terra aqui nunca vai ter fim, quem tem quer mais, que pode expulsa, pede pra matar. A família que mexe, não aceita, acaba morrendo. Tá vendo ali, tem dono, mas ele foi embora com medo de morrer porque disse que ele estava invadindo a terra dele com a cerca. (SOCORRO, MARIA DO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Podemos inferir que um dos principais motivos dessa violência no meio rural amazônico são os conflitos movidos por interesse econômico existentes no meio por parte daqueles que ocupam áreas, mas não possuem o título da terra. Para determinados indivíduos, o objetivo é possuir a terra para fins de trabalho, porém, para outros, o foco principal é a exploração. Com esses dois atores na disputa, abre-se o campo para os conflitos envolvendo a terra e os recursos naturais, caminhando para consequências desastrosas, como a perda da vida, mediante assassinatos. Durante esse processo, há um ritual a ser seguido até o ato final de violência contra pessoas, comunidades e famílias:

Os atos de violência contra pessoas se estruturam a partir de ameaças, intimidações, desqualificação de atos de resistência, criminalização de mobilizações coletivas públicas e assassinatos, especialmente de lideranças populares, individuais ou coletivos, são orquestrados e planejados coletivamente por associações de fazendeiros e corporações extrativistas nessas áreas de conflito, e contam com o apoio de forças policiais locais ou milícias privadas. Há no horizonte dos que planejam, financiam e executam a confiança na impunidade para este tipo de assassinato. (SOUZA, 2012, p 357).

Mendes (2012), Souza (2012), Hèbete (2004) e Porro (2019, 2015), ao tratarem sobre os conflitos pela posse da terra e uso dos recursos naturais, destacam que os mais atingidos em Anapu são as populações de pequenos posseiros e indígenas, sempre mobilizados por empresas extrativistas, de monocultivo e criadores de gado em larga escala, os quais, mesmo

[...] não possuindo documentos oficiais de posse de terra, contam com o apoio de elites políticas e de forças policiais para gerar um clima de ameaça constante e expropriação de famílias que residem nesta localidade há muitos anos, mas não possuem documentos oficiais de propriedade. (SOUZA, 2012, p. 359-360).

Na Figura 25, destaca-se o evento Romaria da Floresta¹⁴, que tem sua origem nos conflitos territoriais ocorridos no município de Anapu, referência em conflitos agrários, assim como outros municípios paraenses. Surgiu em decorrência de assassinatos por terra, o que é visto como resistência por parte dos pequenos agricultores ou defensores da floresta. Seu título – Romaria da floresta – é uma homenagem à memória da missionária que trabalhava junto aos agricultores pelo direito à terra.

¹⁴ A Romaria da Floresta é uma manifestação política e religiosa organizada pela Comissão Pastoral da Terra e realizada há 13 anos no município de Anapu-PA. A primeira Romaria da Floresta ocorreu entre os dias 22 e 25 de julho de 2006, pouco mais de um ano após o assassinato da missionária Dorothy ocorrido no dia 12 de fevereiro de 2005. A Romaria foi inserida no calendário das atividades ligadas ao Dia do Lavrador, que eram realizadas nos meses de julho em Anapu, e envolviam Comunidades Eclesiais de Base (CEEBs), trabalhadores rurais e membros de pastorais, caracterizando-se como um momento de formação política e de celebração.

Figura 25 - Cartaz da 20ª Romaria da Floresta



Fonte: CORRÊA, Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Para as pessoas que residem nessa localidade, o movimento é visto como uma forma de resistência, lembrando que, mesmo diante da violência, há uma forma de expor para as autoridades e sociedade em geral os desafios do povo da floresta diante do avanço dos latifundiários, de empresas, entre outras que se estabelecem no município a fim de explorar a terra e a floresta.

É importante considerarmos que, para essa localidade, há a necessidade de políticas públicas para se conseguir a harmonia social e o fim da violência no campo, compostas por ações que primem pela melhoria das condições de vida das populações locais, ações estas que devem ter destaque na agenda política daqueles que desejam debater o desenvolvimento da região e combater a violência.

4.9 AS NOVAS ESTRATÉGIAS PARA A MUDANÇA NA ROÇA

A questão da educação é um dos fatores importantes para os entrevistados. Durante o período em campo, esse assunto sempre se fez presente, demonstrado que exerce papel relevante na história das famílias. No processo migratório, um dos fatores que motivaram pais e avós foi o desejo de “colocar os filhos na escola”, pois acreditavam que, somente através da educação, novas histórias de vida

poderiam ser construídas para seus filhos, diferentemente daquela produzida por seus genitores.

O sentido de colocar os filhos na escola era bastante abrangente, representando a possibilidade de sonhar com um futuro longe da vida sofrida do campo e que afetava homens e mulheres, independentemente da idade. Era comum, à época, que o filho acompanhasse os pais no trabalho cotidiano de cultivo da terra. Não havia o peso do trabalho infantil ou da exploração de menores naquele tempo, era tão somente mais uma forma de contribuir para a renda familiar.

Ao retornar ao passado, uma entrevistada revela um dos desejos de seus pais:

Quando era no tempo do inverno, quando era tempo da escola de inverno, a gente vinha esses 10 km de pé, na lama, na chuva, do jeito que fosse pra gente estudar aqui na escolinha. 10 km essa era a lida de todo dia, a gente tinha que vim. No verão era bem melhor, a gente podia vim de bicicleta, quando melhorou um pouco a vicinal, mas foi bem difícil. (MARIA DA PAZ, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Podemos perceber a emoção vivenciada no tempo em que a motivação era fator essencial para não desistir diante das dificuldades, entendiam o investimento em educação como uma forma de sair da vida difícil e crescer. Também, ao voltar no passado, nos apresenta fatores climáticos interferindo, ou seja, as estações do ano também determinavam a vida escolar das crianças, especialmente os períodos mais chuvosos, conhecidos como inverno amazônico:

Daqui da vicinal do km 80 todas as crianças iam para escola na cidade, nos dias que chovia a gente não ia, porque a vicinal era um lamaceiro só. Eu me lembro que nós até íamos, mas a gente chegava sujo de lama, tinha que passar pelos rios, não foi fácil, mas hoje lembro e dou risos. (SOCORRO, MARIA DO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Figura 26 - Trajeto percorrido para chegar às escolas nos dias atuais



Fonte: CORREA, Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

O sorriso de Maria do Socorro ao retornar àquele período nas suas vastas memórias traz, consigo, a força da mulher da Amazônia, que, mesmo diante das situações adversas, consegue obter boas lições, as quais serviriam de impulso para escrever uma história diferente no futuro, lições envoltas na educação.

As narrativas de Maria da Paz, de Eliene e de Maria do Socorro apontam que o processo educativo é uma mola propulsora para as mudanças empreendidas na

vida das famílias, bem como evidencia que é por meio das mulheres que ela se concretiza no seio familiar. A educação tem um peso significativo para as mulheres? Sim, pois, para uma parte delas, há um genuíno interesse em colocar filhos(as) na sala de aula. Tal preocupação não é somente dos dias atuais, antigamente já havia a intenção de mudar a história da família por meio dos estudos.

Mesmo para as condições mais difíceis encontramos narrativas que apontam a educação como estratégia de mudança de vida, como perspectiva, como possibilidade de sonhos, pois, conseguem perceber que através do conhecimento podem escrever uma história diferente para as novas gerações da família. Percebe-se que a educação chega por meio das mulheres, indicando que o papel de educar é função do gênero feminino, ou seja, há uma espécie de acordo não dito ou não declarado, mas que é presente, em que homens e mulheres exercem funções diferenciadas na vida dos filhos. Enquanto ao homem é imbuído o ensinar o trabalho, a lida na roça, à mulher cabe a função de criar e educar os filhos para que possam almejar novas oportunidades no mercado de trabalho, ou seja, o incentivo à formação escolar vem do lado feminino. Isso pode ser observado nas narrativas de Eliene, de Maria e de Joanira:

Para a parte mais velha estudar, aqui só tinha a quarta série. Não tinha mais estudo naquele tempo, só ia até a 4ª série, não tinha ensino fundamental maior, só o menor. Aí a mãe pegou, alugou uma casa em Altamira e colocou as duas para estudar. Ela vendeu o gado na época, se não me engano, e comprou uma casinha em Altamira e botou os três para Essa uma que falou que queria estudar. Então a mãe foi e pegou ela e deixou ela na casa de pra outra pessoa e foi procurar em Altamira e foi procurar uma família para ela ficar para trabalhar e estudar. Aí ela achou uma mulher lá que queria. Minha irmã sofre muito na casa dos outros. Ela dormia por último lá, fazia as coisas para poder estudar. Aí ela sofria porque quando ela não dava conta na casa de um porque era muito enjoado ela falava, mãe não estou mais aguentando, aguentando. Então a mãe ia procurar outro lugar. Foi assim até ela terminar de estudar em Altamira (SILVA, ELIENE, ANAPU 2019 - entrevista Citada).

A situação acima relatada acontece nos anos finais de estudo e demonstra os sacrifícios necessários para se buscar uma transformação de vida. Nessa narrativa, o papel da mãe é fundamental, demonstrando que, nas comunidades, o diferencial no papel educativo das famílias vem da mulher. Evidencia-se, também, ainda que culmine em algo doloroso, que é a mulher quem enxerga a transformação durante o processo de crescimento dos filhos. Se prestarmos bastante atenção às falas, observamos diferentes narrativas dentro de uma família quando o assunto é refletido tanto pelo homem quanto pela mulher. Encontramos, nessas narrativas, o pilar

formativo na figura feminina, e podemos ver e quase sentir isso no discurso de Eliene:

Minha mãe foi abandonada pelo pai, ele foi pra um garimpo e deixou nos aqui com a mãe. Ela se viu sozinha. Então passou a cuidar do lote e junto com nós os filhos, mas todos nós íamos para a escola. Sabe, a mãe não tinha estudo, mas queria que seus filhos tivessem uma profissão. Botou nós lá na cidade, pediu pra gente morar com outras famílias, pagava, dava ajuda. (SILVA, ELIENE, ANAPU 2019 - Entrevista Citada).

Em outra narrativa, é possível compreendermos a educação como uma estratégia de sobrevivência para as famílias. Em outros tempos, os pais enxergavam o trabalho dia após dia no sol escaldante da roça como única forma de superar as dificuldades, ou seja, para obter sucesso, era necessário investir no trabalho árduo, braçal. Isso não significa que não aconteça mais, contudo, agora, enxergaram e percebem na educação o meio mais fácil para transformar o círculo onde estão inseridos. Essa educação que buscam, não somente para a formação escolar, também serve para aprender a lidar com o ambiente e os recursos naturais existentes.

Ao evocarem suas memórias, é possível ver, ou mesmo compreender, o porquê a educação foi um dos aspectos mais fortes durante a pesquisa. Ainda que não pareça uma estratégia convencional, ou comum, é possível vislumbrar uma mudança no pensamento dos pais após, ou durante, o processo de fixação no lugar. Talvez fundamentado no sofrimento, nos percalços do início, das caminhadas até a conquista da terra, todo o processo vivenciado tenha permitido aos pais oferecer outras opções para além do trabalho braçal na terra. É o que diz Maria do Socorro:

Meu pai, devido eles não gente estudado porque não teve oportunidade não queria que acontecesse isso com os filhos, então veio embora pra cá. Então ele tinha um primo que tinha vindo pra cá primeiro e passou essas notícias que aqui tinha bastante terra e a vida era mais fácil, tinha uma escola mais perto de estudar. Eu já tinha um primo e um tio que morava aqui. Vamos pra lá que fica mais fácil de colocar essas crianças para estudar, aí a gente se juntou com outras famílias e veio, a gente se instalou aqui e até hoje tá aqui, moramos aqui, ficamos aqui, estamos aqui. Eu me formei e trabalho aqui. (PAZ, MARIA DA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

O relevante nessa parte da entrevista está justamente no pensamento de futuro e é com essa ideia que a trajetória de Maria do Socorro irá criar raízes em Anapu, bem como definir sua profissão. Em uma das suas memórias, relembra a dificuldade para transitar na estrada até a escola, ressaltando que, durante o período chuvoso, era quase impossível em função do lamaçal. Todavia, foi com essa

motivação e pela figura de uma professora que a entrevistada se agarrou ao sonho de também ser professora:

No verão a gente vinha, caminha 10 km, 12 km, mas dava pra vim, mas quando era o período mais chuvoso, a gente não vinha, a gente vinha, mas chegam sujo, era um sacrifício. A professora Jovanete ficava falando pra gente que tinha que se esforçar, que tinha que estudar. Então eu guardei aquele sonho, queria ser igual ela, sabe estudar, ser professora. (PAZ, MARIA DA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

E como diz Arroyo (2008) sobre a educação no campo,

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo do processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando uma humanidade mais plena e feliz. (ARROYO, 2008, p. 23).

Figura 27 - Escola rural no assentamento Grotão das Onças



Fonte: CORREA, Edisa, 2019. Pesquisa de campo em Anapu.

Na Figura 27, tem-se a imagem da escola frequentada pelas crianças que moram nos assentamentos. Ela funciona tanto para a educação das crianças, quanto dos jovens e dos adultos, ou seja, há uma atuação no sentido de oferecer alfabetização a todos. Essa é a primeira porta para a comunidade visualizar um

processo de transformação. A maioria das famílias encaminha seus filhos e netos para a escola.

Aqui se a gente qué mudar, o jeito é estudar moça, eu não quero que meu filhos passassem pelo que eu mais meus irmãos passamos, quero se formem, estude para se alguém. Começa a trabalhar na lida da roça, daí não quer mais, abandonam os estudos. (SOCORRO, MARIA DO, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Se meu filho quiser estudar e retornar para cá eu vou achar bom. Eu deixo a decisão pra ele, mas a gente tem uma terra, tem o que plantar. Eu estudei, meus irmão também, quem ficou na roça, ficou técnico agropecuário. (SILVA, ELIENE, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

Hoje os filhos não ficam mais. Aqui as mulheres da região mais idosas continuam no trabalho da terra, já as mais novas saem para procurar trabalho fora, vão estudar, não voltam, ninguém quer ficar lida do sol. (SILVA, TANAGUANACIRA, ANAPU, 2019 - Entrevista Citada).

A educação aparece nessas falas como uma estratégia de sobrevivência e mudança, tendo como cenário, ao fundo, a terra. A busca pela formação se entrelaça às mudanças sociais que afetam o cerne familiar, evidenciando a necessidade de novos pensamentos, novas formas de lidar com os cultivos pertencentes às famílias, bem como novas maneiras de lidar com o ambiente. Nos lembram que os filhos não precisam mais se limitar ao trabalho na roça. Para algumas dessas pessoas, é mais positivo ter um filho formado, conforme se observa nas palavras de um dos entrevistados:

[...] meus filhos moram ali, meu neto também, eles vão pra escola. Tem que estudar pra cuidar do cacau, do gado. Hoje tem essas coisas da modernidade, eu sou velho, meus filhos só trabalham, eu não entendo. Eu quero que eles cuidem. Foi sofrido pra nos quando chegamos, mas pra ele vai ser mais fácil ser doutor. (MARTINS, MATIAS, ANAPU, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para qualquer pesquisador, o deslocar-se do seu ambiente para um lugar desconhecido é um desafio constante. Quando esse lugar é permeado por histórias e projetos algumas vezes equivocados, não é um desafio, é uma aventura, é uma descoberta. Ainda que seja filha da região, que meus traços negros e indígenas estejam aparentes em mim, não significa que conheço a fundo a história do meu lugar. Foi nessa aventura de conhecimento que mergulhei ao me propor estudar famílias que residem na localidade de Anapu desde a abertura da BR-230 (Transamazônica). Famílias essas que não são vistas em um cenário global maior, pois, aos olhos do restante do país, Anapu é conhecida pelo viés da violência no campo. Engana-se quem pensa que ali a cidade gira em torno da disputa exclusivamente da terra. Nela habitam famílias, pessoas que usam a terra, os meios naturais como forma de sobrevivência. Sobrevivência que se inicia com o processo migratório ocorrido na década de 1970, com o deslocamento de pessoas de diversas partes do país.

Essa localidade foi e ainda é campo de disputas movidas pela busca de expansão territorial e econômica, um sonho de muitas pessoas. Assim, aquelas que ocuparam lotes de forma espontânea ou mesmo por compra de um segundo morador, tinham a terra como principal fonte de produção da família e, mesmo com grandes dificuldades enfrentadas no início do processo, os mecanismos de partilha baseados em laços de solidariedade foram de fundamental importância para sua permanência na terra.

Ao mergulhar nas memórias desses migrantes, é possível entender os meios pelos quais conseguiram manter-se em Anapu, além de compreender que, com o surgimento das cidades, acabaram por trazer nova configuração ao processo de permanência das famílias e de fortalecimento da cultura e da economia local. Apesar de distantes dos grandes centros comerciais, realizar atividades com o viés econômico e de preservação é pauta constante. Com um objetivo focado na estratégia, é comum buscarmos isso insistentemente, mas, quando se trabalha com memórias, emergem falas e personagens que gritam acima de tudo o que foi planejado. Nesta pesquisa não foi diferente. Percebemos, ao logo do percurso, que não estaríamos presos somente às memórias da relação com a terra, com a

chegada, mas também nos depararíamos com personagens que fizeram de Anapu um local de luta e de transformação das suas vidas.

Durante os relatos, notamos que as famílias ainda sobrevivem do que produzem anualmente, ou nas fases sazonais, mas não somente disso, há complementação da renda com trabalhos formais, principalmente para as mulheres que se ocupam com os afazeres na roça, mas também com serviços em lojas na cidade. Nesse caso, é a mulher o grande diferencial na renda e na transformação familiar. Essa realidade nos remete à ideia da dificuldade para o pequeno produtor sobreviver somente do que cultiva. E isso se deve a diversos fatores, como política, órgãos reguladores, ausência de financiamento, falta de organização das comunidades, entre outros. Com o avanço do capital e o desenvolvimento baseado no lucro, essas pessoas são as que mais sofrem, pois estão diante de uma disputa na qual são meros peões de um jogo gestado pelo mercado.

A exploração dos recursos naturais vem aumentando para atender às demandas e necessidades familiares ou mesmo locais, todavia, não se pode mais explorar esses recursos de forma desordenada. Existem regras e leis que necessitam ser cumpridas por todos os que lidam com a terra, no entanto, para os entrevistados, tornam-se mais difíceis, por estes não compreenderem os desígnios das leis. Competem ou tentam competir com os grandes produtores, cuja tecnologia e mão de obra não estão ao seu favor. Nesse caso, há apenas o apoio do sindicato rural, mas que, nos últimos anos, vem se mostrando ineficiente, pois não se consegue oferecer uma assistência próxima nem auxílio de profissionais, sequer há possibilidade de captar recursos para subsidiar os cultivos e meios de financiamento que atendam às características locais. É importante lembrar que os moradores de Anapu não demonstram uma unidade enquanto comunidade, o que se observa, em geral, é um trabalho isolado que não permite concorrer ou mesmo obter lugar nas feiras locais para distribuir ou vender seus produtos. Sobrevivem, mas não sobra para reinvestimentos pensando no crescimento.

As pessoas entrevistadas acreditam que, economicamente, estão conquistando seus espaços, por produzirem cacau, criar gado e diversificar os cultivos. De certa forma, estão inseridas em um nicho de mercado, mas não podemos dizer que seja do grande mercado nacional, pois ainda não conseguiram se organizar coletivamente e se fortalecer. Ainda que estejam em um assentamento, não se reconhecem enquanto comunidade que caminha e produz. No caso dessas

peessoas, apenas residem, pois, quem possui condições financeiras, tende a obter um retorno mais eficaz, o que não é a realidade da maioria, que ainda se submete a tratar e negociar com atravessadores a fim de sobreviver. É importante lembrar que acreditam ter uma vida fácil, porém, basta um mergulho no dia a dia para compreendermos que sobreviver da floresta, às vezes, é mais sofrido e angustiante do que possamos imaginar. Para quem não vive na roça é um desafio, todavia, àqueles que crescem inseridos nessa realidade, é uma vida simples, mas feliz. Em nenhum momento das narrativas os participantes mencionaram que não é possível viver e sobreviver ali, pelo contrário, a terra lhes permite existir e sobreviver, ainda que tenham dificuldades.

Notamos, também, nas narrativas de homens e mulheres, que a ausência do poder público é, para eles e elas, o que mais dificulta trabalhar de forma rentável. Ainda, que o desconhecimento ou mesmo as confusões em relação às funções dos órgãos públicos e ambientais acabam, por vezes, desanimando-os e os impelindo a buscar alternativas. A individualidade, na maioria das vezes, impera, não significando que as famílias não dialoguem entre si, mas, por não possuírem associações, é mais fácil cada uma definir o que plantar e para quem vender, sem antes considerar unir forças com as demais famílias para entrar no mercado de forma competitiva.

Isso não significa que os entrevistados estejam errados, trata-se, apenas, de uma forma diferente de lidar com a arte de compra e venda, ou seja, para nós, meros expectadores, é quase incompreensível o porquê dessa forma de atuação, mas, para eles, o mais importante é sobreviver, ou seja, o valor não está necessariamente no montante, mas na capacidade de sustentar a família com o que produzem na terra. Nesse caso, é o ato de produzir e manusear a terra o que realmente importa. A simplicidade das estratégias adotadas para criar e produzir garante a fonte de renda, logo, a sobrevivência das famílias, por se encontrarem estabelecidas em uma terra de fácil manuseio, os anos de experiência na localidade os favorece para isso.

Contudo, apesar desse discurso, já é aparente que também querem mais do que sobreviver e, para tanto, buscam se adequar às novas demandas de produção, investindo principalmente no cacau e no gado, ainda que de forma primária, ou seja, poucas famílias não reservam parte do seu alqueiro para a produção e criação. É um mercado em expansão nessa região, tornando-a atrativa, mas é a terra o grande

trunfo das famílias. Ainda que não possuam investimentos necessários e nem atenção do governo, é um local que tem vocação para a produção agrícola.

Não podemos afirmar, certamente, se há uma estrutura montada para o atendimento das famílias pelos órgãos citados ao longo da pesquisa. O que podemos dizer é que há, nas famílias entrevistadas, um sentimento de abandono, sob a alegação de que foram esquecidas em relação a investimentos ou infraestrutura. No entanto, ainda que esse sentimento predomine, conseguem sobreviver daquilo que produzem. É importante destacar que, na análise das entrevistas, foram observadas reclamações a respeito do INCRA, do IBAMA e da EMATER, todavia, não foi possível identificar se os reclamantes já haviam procurado esses órgãos para algum tipo de assistência. Em muitos casos, trata-se de histórias que ouviram falar de um fulano, ciclano ou beltrano, o que acaba impedindo a busca por assistência, pois, a partir do que ouvem, acreditam que os órgãos governamentais só trabalham em prol dos grandes fazendeiros e agricultores.

Essa é uma visão que precisa ser superada, afinal, há políticas de atendimento ao pequeno agricultor oferecidas tanto pelo governo federal quanto pelo governo estadual. Contudo, o desconhecimento e a ausência de uma atuação mais próxima dos órgãos junto às comunidades mais distantes dos centros urbanos causam esse desconforto ou, diríamos, visão distorcida. A preocupação ou aversão se justifica porque as pessoas residentes nas comunidades pesquisadas estão sendo afetadas pelos problemas socioambientais que assolam o mundo global e pelas mudanças locais referentes à chegada de novos moradores.

A queimada, o desmatamento e a violência no campo são cenários postos para as pessoas que vivem em Anapu e, ainda que não contribuam com um grande percentual, são fatores que também interferem em suas vidas. Não foi difícil percebermos nas memórias evocadas pelos entrevistados que, hoje, a situação de sobrevivência está bem longe daquela encontrada quando as primeiras famílias chegaram na região. O encarecimento dos produtos e bens de consumo, as mudanças econômicas, a diversificação da produção, bem como a baixa competitividade têm levado muitos moradores ao desejo de vender seus lotes. Esse processo, ainda que não exposto diretamente, ocorre em função da morte ou aposentadoria do que eles costumam chamar de “senhor” ou “dono”, abrindo espaço para o aumento de latifundiários e grandes criadores de gado, acirrando ainda mais os conflitos no campo.

De certa forma, não há um conflito armado, há casos pontuais de morte e violência no campo, no entanto, é com a emblemática morte da missionária, conhecida na região por sua atuação junto aos pequenos produtores, que se tornou mais evidente a violência no campo nessa localidade. Antes, o que sabíamos baseava-se em artigos ou reportagens que marcavam a disputa pela terra, mas a violência no campo existe e é palpável, embora poucos ousem comentar sobre as disputas ainda existentes por causa da terra. São relatos tímidos, contados de forma simplificada, talvez com medo de se expressar, nos remetendo ao silenciamento das comunidades que habitam Anapu há mais tempo. Os conflitos, muitas vezes, acontecem de forma velada e resultam no abandono das terras por famílias inteiras, ainda que tenham casa, plantações, sendo que, em muitos casos, vendem seu pedaço de chão por um preço inferior ao que vale. Geralmente, essas terras são compradas por grandes fazendeiros da região voltados à criação de gado que buscam, cada vez mais, expandir suas cercas.

Enquanto pesquisadora, me vi assim, como muitos, com medo, com receio de falar e, às vezes, de importunar ou mesmo causar algum problema futuro para alguém que me permitiu conhecer sua história. Pode parecer sem relevância, mas em pleno século XXI ainda temos os silenciamentos latentes daqueles que lutam para preservar, que lutam por igualdade. O valor econômico na região pesquisada está acima da vida.

Além disso, uma questão que ganhou seu espaço em nossas discussões é a situação das mulheres, pois há, por parte delas, uma intensa participação de fala. Mesmo não sendo uma pesquisa de gênero, foi uma questão que ultrapassou nossos objetivos, e que não poderia ser silenciada, pois elas contam como, a partir das suas realidades e com uma relação intrínseca com a terra, transformaram suas vidas. É difícil pensar, mas ainda hoje temos mulheres que precisam lutar dentro e fora do seu ambiente familiar para construir caminhos de realização dos seus sonhos, para trabalhar e mostrar que possuem tanta qualidade e valor quanto um homem.

Não foi incomum encontrar famílias enfatizando que o lote, alqueiro, quando se aposentarem, tende a se desfazer porque as mulheres não dão conta da terra. É uma visão machista, que subjuga o trabalho das mulheres como secundário ou sem valor. É uma visão forte e algumas vezes reforçada pela própria família. Mesmo que demonstrem dia a dia as mesmas habilidades para cultivar e negociar, as mulheres,

suas vozes, são desvalorizadas, demonstrando-se, assim, que a mulher do campo tem muitas barreiras para vencer, dentro e fora das suas casas. Ainda que, juntamente com as famílias, contribuam para a geração de renda, o papel a elas atribuído é o cuidado dos filhos e da casa. A mulher do campo é silenciada em seus sonhos, em suas ideias, está presa em um sistema que não privilegia todas as suas habilidades. Mesmo que demonstre capacidade para transformar a realidade da família, o peso da decisão parte das vozes dos homens.

É uma visão que, aos poucos, vem sendo superada. A mulher do campo encontra como estratégia de sobrevivência o processo formativo, enxerga na educação uma forma de transformar a dura realidade através de uma formação em nível superior. Com isso, consegue buscar uma fonte de renda alternativa que lhe permita ter voz e, muitas vezes, transformar a realidade familiar. A educação passa a ocupar lugar de destaque nas famílias, nas quais o papel feminino é fundamental, pois, vimos que, como estratégia para sobreviver em meio às mudanças sociais e ambientais, há, por parte da mulher, um olhar aguçado para o futuro dos filhos. Pensar nos filhos, em uma vida diferente, acompanha essas pessoas desde o início da migração – a vida no campo é difícil e os pais sonham com um futuro para os filhos que seja diferenciado do seu. Encontramos pessoas que já possuem um discurso favorável à formação das gerações seguintes, não somente dos filhos homens, mas também das mulheres, na medida em que enxergam ou são forçados a se adaptarem às novas demandas. São as lembranças dos tempos difíceis, memórias do trabalho sofrido na roça que fazem com que os mais antigos vislumbrem outros sonhos, outras profissões que possibilitem aos filhos, netos e netas, atuarem no campo, mas não diretamente na lavoura, que tenham a possibilidade de sair, voltar e transformar a comunidade. A educação, nesse caso, é uma estratégia não só de sobrevivência, mas de permanência e de resistência.

Antes de realizar os sonhos, porém, as famílias precisam superar os grandes desafios, dentre eles, destacamos a distribuição e a venda do que produzem. As polpas de frutas, a exemplo do cacau, da laranja, do abacaxi, do cupuaçu, do maracujá, e de tantas outras que costumam ser vendidas em suas residências, geralmente para conhecidos, precisam alcançar as feiras e os mercados locais, pois ainda são poucos aqueles que conseguem chegar à cidade. Além do mais, os produtos não comercializados são consumidos ou doados, transformando-se em um gargalo de produção. São transações realizadas da mesma forma que antigamente,

quando a comunidade estava no início, do mesmo modo, também não conseguem se organizar para vender coletivamente. Talvez, porém, não seja esse o objetivo, acredito que esse sistema esteja confortável para eles, lhes permitindo possuir o básico.

Outra dificuldade levantada pelas famílias é a venda para atravessadores por um preço considerado abaixo do valor de mercado, gerando desvalorização do produto, neste caso, o cacau. Por não possuírem competitividade, são os atravessadores que definem o preço e o dia da entrega, sendo que a coleta é realizada uma única vez. Logo, as famílias colhem e secam já com as sacas negociadas. Aceitam esse padrão em função de não possuírem outros meios para comercializar o que produzem, bem como as estradas são consideradas ruins para que possam transportar as mercadorias para os centros urbanos. Além disso, maioria das famílias só tem como meio de transporte as motocicletas, fato que não lhes permite deslocar a produção. No campo, posso afirmar, ainda há fartura, pois as famílias consomem o que plantam e criam nos lotes, o que lhes permite uma mesa adequada todos os dias. Todavia, acredito que podem fazer mais com o que é produzido em suas propriedades, ou seja, essas famílias podem ter a chance de se desenvolver e contribuir para a renda do município, bem como desenvolverem novas técnicas de cultivo e de produção que lhes permitam crescer sustentavelmente e sem a necessidade de abandonar as terras ou vendê-las por falta de incentivos. Defendo o processo de organização, porque as famílias têm diversidade produtiva, logo, podem manter um feira do produtor, negociar, obter um preço justo por seu trabalho, contudo, para isso, faz-se necessário uma parceria dos governos local e estadual com as comunidades.

Hoje, plantar, para as famílias de Anapu, não é mais certeza de colheita e de renda, sendo essa uma das mais relevantes reclamações, pois o campo configura-se como a vida desses indivíduos, todavia, a ausência de investimentos os impede de crescer enquanto comunidade. É importante lembrar que essas pessoas foram assentadas, mas não com o viés de desenvolvimento sustentável existente na localidade. Na verdade, o nome é assentamento, mas é uma questão individualizada, cada família sobrevive da forma que consegue, não havendo assistência programada e muito menos associações ou cooperativas. O sindicato, embora existente, para os entrevistados é pouco atuante, mais restrito, portanto, não

agrega todos os pequenos agricultores, o que não lhes permite nem o fortalecimento da agricultura nem o da comunidade.

São pessoas importantes para a preservação da floresta, com elas são guardadas estratégias para se lidar com o ambiente, pois trabalham sob o viés da sustentabilidade e preservam conhecimentos locais. Por essa razão, necessitam de mais atenção, precisam que suas histórias sejam conhecidas e, acima de tudo, que suas vozes sejam ouvidas e possam resultar em ações e projetos viáveis. Que ninguém tenha que morrer por morar no campo, por querer plantar, que tenha seus direitos reconhecidos pelos órgãos governamentais e que estes atuem no sentido de oferecer a essas pessoas as novas técnicas que entendam às novas demandas. Por fim, que suas memórias não sejam em vão.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

Disponível em: Acesso em: 13 mar. 2018

ALBERTI, V. Fontes Oraís. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ALBERTI, V. **História Oral**: a experiência do CPEDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: 1989.

ALBERTI, V. Manual de história oral. 1990. Centro de Pesquisa e ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 81-229.

ALBERTI, V. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. CPDOC-FGV. Trabalho apresentado à mesa-redonda "Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral", durante o II Seminário de História Oral Promovido pelo Grupo de História Oral e pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996. Disponível em: cpdoc.fgv.br/produção_intelectual/arq./869.pdf. Acesso em: 12 nov. 2017.

ALBERTI, V. **Ouvir, contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALVES, M. S. O. A importância da história oral como metodologia. Semana de História Oral do Pontal, 5, 2016. Universidade Federal de Uberlândia. Campus Pontal. **Anais [...]**, Uberlândia, 2016.

AMADO, J. FERREIRA, M, (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação na história oral. **História**, São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1996.

AMORIN, E. B.; HERRERA, J. A.; SANTOS, T. S. Território e conflitos agrários na Amazônia paraense, um estudo a partir dos conflitos pela terra em Anapu PA, ENAPEGE, 8, **Anais [...]**. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.enapege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562614692>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ANAPU. Prefeitura Municipal de Anapu: Anapu em boas mãos. Disponível em: <https://anapu.pa.gov.br/>. Acesso em: jun. 2019.

ARAÚJO, M. A; BELO, P. S. Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. Revista Política, São Luís, v. 13, n. 2, jul./dez. 2009.

ARIMA, E.; BARRETO, P.; BRITO, M. **Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005.

BACZKO, B. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In: Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência. **Parcerias Estratégicas**, [S. l.], n. 12, set. 2001.

BERGSON, H. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Trad. Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOFF, L. **História da sustentabilidade**. São Paulo: Vozes, 2008.

BRINGEL, F. de O. **Fronteiras agrárias intermitentes e processos de territorialização do campesinato na Amazônia: uma análise comparativa de projetos de assentamento no sudeste e sudoeste do Pará**. 2015. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

CÂNDIDO, G. A. (Org.). **Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

CASTRO, A. M. **Fios, tramas, cores, repasso e inventabilidade: a formação de tecelãs em Resende Costa, MG**. 2015. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAVES, A. R. dos S.; CASTRO, R. R. A.; PORTUGAL, A. de M. A busca pela ascensão feminina no PDS Virola Jatobá, Anapu/PA. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, e42742, 2018.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CORREA, E. **Os dilemas e as proposições da educação ambiental na Transamazônica (BR-230):** do atendimento as normas para o licenciamento ao encontro das expectativas das comunidades da rodovia. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação. Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará. Belém, PA.

COSTA, F. A. Questão agrária e macro políticas para a Amazônia. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 19, n. 53, p. 131-156, 2005.

COSTA, M. C. F. Bérqson e a subjetividade: memórias da terra natal. **LTP** [online]. v. 36, n. 74, p. 125-135, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-0972_0180_00300125&lng=pt&nrm=isso. Epub 02-Ago-2019. ISSN 2317-0972. Acesso em: 14 jul. 2022.

DAGNINI, R. S.; EL SAIFI, S. Conflitos pela terra na Amazônia: o caso da região sudeste do Pará. **Com Ciência** [online], n. 133, 2011. ISSN 1519-7654.

DIAS, G. F. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Gaia, 2006, 224 p.

ELIAS, N. Civilizacional y violència. Disponível em: http://www.4shared.com/file/31103882/882f48f5/Norbert_Elias_Cilizacin_y_violencia.html?s=1. Acesso em: 19 jul. 2022, p. 141-151.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENRIQUEZ, G. E. **Desafios da sustentabilidade da Amazônia:** biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas. 2008. 460 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, DF.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. p. 7-19. In: FEARNSIDE, P. M. (ed.). **Destruição e conservação da Floresta Amazônica**. Vol. 1. Manaus, AM: Editora do INPA, 2020. 368 p.

FERNANDEZ, B. M. Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], n. 23, p. 109-120, jan./jun. 2011. Editora UFPR.

FERREIRA, J. M. A. **Romaria da floresta:** a fé entre territorialidades e resistências no município de Anapu. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia. Univesidade do estado do Rio de Janeiro, RJ.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, W. P. M. As queimadas e as mudanças climáticas. **Revista Eco 21**, [S. l.], ed. 120, 2017.

FOLHES, R. *et al.* Conflitos Fundiários e Reforma Agrária na Amazônia: Experiência do PDS Esperança no município de Anapu. **Passajes de Paris**, [S. l.], v. 12, p. 304-318, 2016.

FRAXE, T. de J. P.; PEREIRA, H. dos S.; WITKOSKI, A. C. (org.). **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, [S. l.], v. 24, n. 4-96, out./dez. 2004.

GARCIA, D.; SCHMITT, S. Dimensão econômica da sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do crescimento. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 133-153, jan./abr. 2016.

GARNICA, A. V. M. **A História Oral como recurso para a pesquisa em Educação Matemática**: um estudo do caso brasileiro. 2005. Disponível em http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ponte/fdm/estudos_de_caso.htm. Acesso em: 04 jul. 2016.

GODARD, O. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. *In*: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2002, p. 201-266.

GUEDES-PINTO, A. L. **Rememorando trajetória da professora-alfabetizadora**: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissionais. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HÉBETTE, J. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. *In*: HÉBETTE, J. *et al* (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

HÉBETTE, J. Terra “pra burro no Pará”. *In*: HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol 2. A questão agrária: problemas e conflitos não resolvidos. Belém: Editora Universitária UFPA, 2004.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. E. A. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. *In*: HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. 1. Migrações, colonização e ilusões de desenvolvimento. Belém: Editora Universitária UFPA, 2004a.

HERRERA, J. A.; MIRANDA NETO, J. Q. de. Altamira-PA: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. **Confins**, [S. l.], n. 28, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11284>. Acesso em: 5 set. 2017.

HERRERA, K. M. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. *Fazendo Gênero*, 10, 16 a 20 de setembro, Florianópolis, 2013. Desafios atuais do feminismo. Florianópolis, [Anais Eletrônicos]. Florianópolis 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQUIVO_ArtigoFazendogenerofinal.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

HOMMA, A. K. Amazônia como aproveitar os benefícios da destruição? **Estudos Avançados**, [S. l.], n. 19, 2005.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 019-071, jun. 2005. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/anapuhttp://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/missao-da-pfdc-vai-a-anapu-pa-avaliar-conflitos-por-terra-no-assentamento-virola-jatoba>. Acesso em: 5 set. 2017.

JACOBI, R. **Educação Ambiental**: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

JACOMEL, F. **Conflitos socioambientais em áreas úmidas na zona costeira catarinense**: estudo de caso relacionado à ocupação predatória do Banhado da Palhocinha, no Município de Garopaba, no período de 1998 a 2012. 264 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

LACERDA, C. de S.; CÂNDIDO, G. A. Modelos de indicadores de sustentabilidade para gestão de recursos hídricos. In: LIRA, W. S.; CÂNDIDO, G. A. (Orgs.). **Gestão sustentável dos recursos naturais**: uma abordagem participativa [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2013, pp. 13-30. ISBN 9788578792824.

LE TOURNEAU, F.-M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 111-130, jan./jun. 2010.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LÉNA, P. Os limites do crescimento econômico e a busca pela sustentabilidade: uma introdução ao debate. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 23-43.

LESSA, R. **Amazônia**: as raízes da destruição. São Paulo: Atual, 1991.

LIMA, D; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, [S. l.], n. 19, 2005.

LIMA, J; OLIVEIRA, C. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, maio/dez. 2003. *Revista de Planejamento e Políticas públicas*, n. 13, 1996.

LOUREIRO, V. R. A. Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista de Direito**, FGV, São Paulo. p. 527-552, jul./ dez, 2012.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Ed: Empório do Livro, 2009.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia**: estado, homem e natureza. Belém, PA: Cejup, 2004. (Coleção Amazônia).

MARIOTTI, H. **Pensamento complexo**: suas aplicações à liderança, à aprendizagem, e ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. História oral como fonte: problemas e métodos. **História**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Azul – 4.ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: MCT/CGEE, 2010.

MELLO, A. F. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: O caso brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 107, p. 91-108, 2015.

MENDES, J. F. **O direito vivo na luta pela terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá em Anapu/PA**. 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, 2012.

MENDES, J. F.; PORRO, N. M. S. Conflitos sociais em tempos de ambientalismo: direito vivo à terra em assentamentos com enfoque conservacionista. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 97-114, abr./jun. 2015.

MILLER, G. T. **Ciência ambiental**. Tradução de All Tasks. São Paulo: Thomson, 2007.

MIRANDA NETO, J. Q. de. **Os nexos de reestruturação da cidade e da rede urbana**: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP – São Paulo.

MONTENEGRO, A. T. **História e memória - combates pela história**. História Oral da Associação Brasileira de História Oral, v. 10, sem. 2, 2007.

MONTENEGRO, A. T. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTIBELLER-FILHO, G. Crescimento econômico e sustentabilidade. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, p. 1-89, 2007.

MONTYSUMA, M. F. F. Subjetividade e História Oral: possíveis interpretações na autorização de cessão de uso de relatos. *In*: MONTENEGRO, A. *et al.* (Orgs.). **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife/Florianópolis: EdUFPE/EdUSFC, 2012.

MONTYSUMA, M. F.; MOSER, G. P. A História Oral em diálogos interdisciplinares: algumas reflexões sobre memória e narrativas de problemas contemporâneos. Encontro Regional Sudeste de História Oral, 11, Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2015. **Inf.**. Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em: http://www.sudeste2015.historiaoral.org.br/informativo/id_informativo=77. Acesso em: dez. 2018.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**. Repensar a reforma, reformar o pensamento. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000a.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORIN, E. **Desenvolvimento, incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MORIN, E. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

MORIN, E. Para além da globalização e do desenvolvimento: sociedade mundo ou império mundo? *In*: CARVALHO, E. A.; MENDONÇA, T. **Ensaio de complexidade 2**. Porto Alegre: Sulina, 2003, pp.7-20.

MORIN, E. **Para um pensamento do sul**: diálogos com Edgar Morin. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2011.

MORIN, E; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

NASCIMENTO, E. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, [S. l.], v. 26, n. 74, 2012.

NETO, R. B. G. Violência e trabalho na Amazônia: narrativa historiográfica. **Revista Territórios e Fronteiras**, [S. l.], v. 7, Esp. p. 27-46, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/283>. Acesso em: 10 nov. 2022.

NEVES, D; MEDEIROS, L. (Orgs.) **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói, RJ: Alternativa, 2013.

NODA, S. do N. *et al.* Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas. *In:* DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 41-48, maio/ago. 2002.

PASSET, R. **A ilusão neoliberal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

PAULA, J. A. de. Amazônia: fronteira e acumulação do capital. *In:* RIVERO, S.; JAIME, F. (Orgs.). **As Amazônias do Século XXI**. Belém: Ed. Universitária - UFPA, 2008.

PEREIRA, J. M. O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 34, n. 134, p. 75-85, 1997.

PLACCO, V. M. N. S.; SOUZA, V. L. T. **Aprendizagem do adulto professor**. São Paulo: Loyola, 2006.

POLICARPO, M. A.; SANTOS, C. R. Proposta metodológica de uma gestão integrada e participativa dos recursos naturais de uso comum: a contribuição da análise *trade-off*. **REA – Revista de Estudos Ambientais**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 71-87, jul./dez. 2008.

PORRO, N. *et al.* Capacidades organizativas para el manejo forestal comunitario frente a las demandas y expectativas oficiales. *In:* SABOGAL, C. *et al.* **Manejo forestal comunitario en América Latina: experiencias, lecciones aprendidas y retos para el futuro**. Belém, Pará: Centro para la Investigación Forestal (CIFOR), 2008.

PORRO, N. S. M.; PORRO, R.; ASSUNÇÃO, H. N. Roças e florestas em Assentamentos Ambientalmente Diferenciados na Amazônia: reflexões para uma Agroecologia no PDS Virola Jatobá. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 19, n. 2, p. 188-214, 2016.

PORTELLI, A. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como experimento em igualdade. **Revista Projeto História Oral**, São Paulo: EDUC, n. 14, p. 1-279, fev. 1997.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 148 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, E. C. O processo de constituição das concepções de natureza: uma contribuição para o debate na Educação Ambiental. **Revista Ambiente e Educação**, [S. l.], v. 15, p. 67-91, 2010.

ROOS, A.; BECKER, E. Educação ambiental e sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental** - REGET/UFMS, v. 5, n. 5, p. 857-866, 2012. e-ISSN: 2236-1170.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes** – Mito e Realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528 p.

SAFFIOTI, H. I .B. **No caminho de um novo paradigma**. Paper apresentado na Mesa Redonda Análises de gênero construíram paradigmas metodológicos? N. 21, Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro, 1997.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista de Estudos Feministas*, [S. l.], v. 15, n. 2, p.437-443, ago. 2007. ISSN 0104-026X.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, p. 103-109, jul./dez. 2000.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia** (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAUER, S. **Violação dos direitos humanos na Amazônia**: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba; Terra de Direitos, 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Desenvolvimento em questão**, Ed. Unijuí, n. 3, jan./jun. 2004.

SONAGLIO, C. M.; VIEIRA, N. M. **Crescimento e desigualdades da renda per capita no arco do povoamento adensado, Amazônia Legal**. Estudos do CEPE, [S. l.], n. 27, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/323>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SOUZA, A. P. S. **O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso a muitas vozes**. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém/PA.

SOUZA, C. M. de. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. **Revista contemporânea**, [S. l.], Dossiê 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão, n. 5, p. 1-19, 2014.

SPANVELLO, R. M. A situação das filhas na transmissão do patrimônio na agricultura familiar. Fazendo gênero – UFRGS, Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008, **[Anais eletrônicos]**. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST3/Rosani_Marisa_Spanevello_03.pdf. Acesso em: jul 2016.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu** [online], n. 24, pp. 127-152, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000100007>. Acesso em: 21 jun. 2022.

VIEIRA, P. F.; WEBER, J. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

VIEIRA, P.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: APED, 2005.

VILANOVA, M. Pensar subjetividade: estatísticas e fontes orais. *In*: FERREIRA, M. M (Org.). **História Oral e Multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim/Fundação Getúlio Vargas, 1994.

APÊNDICE A – QUADRO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS, ANO DE CHEGADA

Família	Ano de chegada na localidade/quantidade de lotes
Família Edmilson Santos Dantas	1970, 10 alqueiros, pioneiro no grotão das onças
Família Tanaguanacira da Silva	Avo 1970, possui 20 alqueiros de meia com a pastoral da terra da igreja católica
Família Adriano Martins	1985, possuem mais de 20 alqueiros
Família Seu Hélio Sena	1978, possui mais de 20 alqueiros
Família seu Guilherme Gonçalves	2005, possui 20 alqueiros,
Família Clea Sena, filha de Seu Helio Sena	1981, Anapu, 1989, 20 alqueiro
Família Eliene Silva	Seu avo Jose da silva foi pioneiro, Raimundo silva, foram pioneiros abertura da transamazônica.
Família Maria do Socorro	Migrou 1970 com 6 anos de idade
Família de seus Matias Martins	Chegou na década de 1970, possui mais de 20 alqueiros
Família Dona Joanina Carvalho	Está na região desde dos anos 1980, possui 20 alqueiros
Família Mariane dos Santos Silva	Nasceu em Anapu, possui 10 alqueiros
Família Salviano Dos Santos	Chegou 1983, possui 20 alqueiros
Família Seu João de Souza	Veio em 1982, possui 20 alqueiros
Elisabeth Dantas	Veio com o marido Edmilson Dantas na década de 1970
Família Maria da paz	Migrou em 1980, moraram em Brasil Novo, depois Belo Monte, para comprar o lote em Anapu

Fonte: Elaborado pela autora (2020).